

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Cristiane Corrêa Strieder

AS ESCOLAS MULTISSERIADAS DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
1980-2008

SOROCABA/SP
2009

Cristiane Corrêa Strieder

**AS ESCOLAS MULTISSERIADAS DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
1980-2008**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Sanfelice

**SOROCABA/SP
2009**

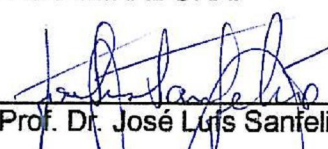
Cristiane Corrêa Strieder

**AS ESCOLAS MULTISSERIADAS DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
1980-2008**

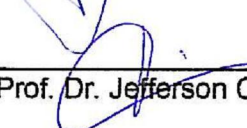
Dissertação aprovada como requisito parcial para
Obtenção do grau de Mestre no Programa de
Pós-Graduação em Educação da Universidade
de Sorocaba.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Ass.: 
Pres.: Prof. Dr. José Luis Santelice - Uniso

Ass.: 
1º Exam.: Prof. Dr. Wilson Sandano - Uniso

Ass.: 
2º Exam.: Prof. Dr. Jefferson Carriello do Carmo - UCDB

Dedico este trabalho as minhas filhas
Lyrian Lee e Luana, que sempre
estiveram presentes, principalmente em
minha vida acadêmica;
Aos meus alunos, pelo estímulo constante
em aprender e ensinar;
Aos meus colegas da Educação, que
dividem comigo os sucessos e conflitos
nessa profissão nossa de cada dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus ...por tudo e mais um muito!

Às pessoas que direta ou indiretamente ajudaram na elaboração deste trabalho.

Ao meu professor orientador, Sanfelice, sempre presente, que, com tanta paciência, soube conduzir e organizar minhas ideias e dúvidas, ensinando-me que, por mais complicado que seja, sempre existe a possibilidade de dar certo;

Ao corpo docente do curso de mestrado, pelos ensinamentos;

À bibliotecária Regina Boaventura, pela paciência e dedicação na reorganização da estrutura da pesquisa;

A minha avó, mãe e filhas, pelo apoio constante;

A Sandra, pelo companheirismo, dedicação e auxílio na execução de cada etapa da pesquisa;

Ao amigo Roberto, pela presença;

Ao amigo Joel, pela boa vontade em ler cada palavra do texto e revisá-lo

Aos colegas do curso, pelo incentivo constante, mas especialmente a Marinete, pelo material de cada aula, pela presença positiva, pela batalha pra que tudo desse certo do primeiro ao último dia dos nossos trabalhos;

A minha Diretora Neli, sempre disposta a ajudar nas dúvidas sobre legislação;

Às supervisoras Cleide e Sandra, pelo incentivo neste trabalho e pela transação para a conquista da bolsa mestrado;

Ao supervisor Carlos, disposto a auxiliar nas questões relativas à LDB;

Aos funcionários da Secretaria Municipal de Educação de Iguape, sempre dispostos a colaborar com as informações necessárias sobre as escolas multisseriadas e

Especialmente aos moradores das comunidades iguapenses às quais percorri, onde estão situadas as escolas multisseriadas, pois, sem eles, este trabalho não teria sentido.

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonhos sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida

(M. Nascimento; F. Brant, 1986)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo abordar o funcionamento das escolas multisseriadas que se mantêm em atividade no município de Iguape, cidade localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, e, visa compreender as diferenças desta forma escolar da que ocorre nas escolas situadas na zona urbana, assim como a importância destas instituições para a comunidade rural. Apesar de focalizar um local específico, é possível compreender através do estudo dessas escolas, a diferença que há entre a Educação rural e urbana, diante de um contexto histórico que abrange os setores político, econômico, social e cultural. As classes multisseriadas existem desde o final do século XIX e início do século XX. Funcionavam em salas cedidas por moradores de comunidades ou na casa de algum professor. Nesse ambiente, os alunos de diferentes séries podiam permanecer, de forma concomitante, com o mesmo docente. Por isso, posteriormente, essa organização escolar também ficou conhecida como 'escola multisseriada' e continua em funcionamento na atualidade, apresentando em sua estrutura semelhanças significativas com a forma em que funcionava nos séculos anteriores. O procedimento metodológico da pesquisa norteou-se pelo levantamento e estudo da bibliografia sobre a história de Iguape, assim como de trabalhos científicos sobre instituições rurais e unidocentes no Brasil. Por meio da legislação e da colaboração dos órgãos oficiais responsáveis pela educação foi possível compreender a organização e o funcionamento das escolas multisseriadas. O contato empírico com a realidade deu-se por meio de visitas às escolas, entrevistas com moradores envolvidos com as instituições e docentes de classes multisseriadas. Como resultado da análise dos dados teóricos e empíricos, foi possível esclarecer a importância daquelas instituições para as famílias que ainda se vinculam efetivamente ao meio rural. Perceberam-se, também, algumas diferenças entre as escolas da cidade e as do campo. Por último, registraram-se tensões entre as populações do campo e da cidade.

Palavras chaves: Escolas multisseriadas. Escola rural. Educação – Iguape (SP). Instituição escolar-história.

ABSTRACT

The present paper has the objective to approach the working method of the multigraded schools that keep the activities in Iguape, a little town situated on the south shore of the state (São Paulo), and has the intention to understand the deferences between this system of education and the one applied in urban areas, as well the importance of that intitutions for the rural community. Although focused in a specific place, we can understand, throughout studying these two kinds of schools, also the difference between the rural and urban education, sited in a historic context, that comprises the political, economical, social and cultural sectors. The "*multigraded*" classrooms first started in the end of the 19th century and beginning of the 20th Century and had theirs classes in rooms yielded by inhabitants of communities or some teacher's house. In this environment, students from different series could stand studying, side by side, under the same educator. That's why, later, this kind of school organization was called multigraded school, and it still works in our days, presenting in it's structure significant likeness with the way it functioned on the previous centuries. The methodological research procedure was oriented by the surveying and analysis of the bibliography of Iguape story, as well as analysis of scientific works about rural institutions and uni-docent classes in Brazil. With collaboration from the Brazilian official organs responsible for education and using the Brazilian legislation, it was possible to understand the organization and the working mechanism of the multigraded schools. The empiric contact with the reality was achieved by visiting such rural schools, interviews with the locals involved with the institutions and also the school teachers from the multigraded schools. As results from the analysis of the theoretical and empiric data, it was possible to enlighten the importance of those institutions to the families still deeply connected to the rural environment. It was also noticed some differences between city and farm schools. At last, it was registered some tension between both populations.

Keywords: multigraded schools, rural school, Iguape, school institution, history of education.

LISTA DE SIGLAS

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEI – Coordenadoria de Ensino do Interior

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EM – Escola Municipal

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

HTPC – Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PRODESP – Processamento de Dados do Estado de São Paulo

RA – Região Administrativa

SEDUC – Secretaria de Educação do Campo

SEE – Secretaria do Estado de Educação

SME - Secretaria Municipal de Educação

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Mapa do território do Vale do Ribeira	21
FIGURA 2	Ídolo de Iguape	23
FIGURA 3	Casa de Fundação	28
FIGURA 4	Mapa do Vale do Ribeira	29
TABELA 1	Distância entre Cidades do Vale do Ribeira (Referência: Iguape)	29
FIGURA 5	Porto Grande	31
FIGURA 6	Máquina de beneficiar arroz	34
FIGURA 7	Almanaque de Iguape 1879	38
FIGURA 8	Valo Grande	42
FIGURA 9	Rio Ribeira desaguando no mar	42
FIGURA 10	Grupo Escolar de Iguape	43
FIGURA 11	Casarões de Iguape	45
FIGURA 12	Plantações na Planície Costeira	46
FIGURA 13	Plantação de banana às margens do rio	46
FIGURA 14	Procissão de Bom Jesus de Iguape	52
FIGURA 15	Centro Urbano	57
FIGURA 16	Bairro Rocio	57
FIGURA 17	Centro urbano e periferia divididos pelo Rio Ribeira	59
FIGURA 18	Mapa da Rodovia Casimiro Teixeira	62
FIGURA 19	Grupo Escolar de Iguape	63
FIGURA 20	Escola Municipal Vaz Caminha	63
FIGURA 21	Escolas Estaduais transferidas para as Administrações Municipais	

	Administrações Municipais	86
FIGURA 22	EM Bairro dos Engenhos	92
FIGURA 23	EM Barra das Areias	97
FIGURA 24	Sala fora de uso devido aos dejetos de morcegos	98
FIGURA 25	Sala em uso para as quatro séries iniciais	98
FIGURA 26	Cortina improvisada para evitar reflexos	98
FIGURA 27	EM do Bairro Itatins	99
FIGURA 28	Tamanho das salas multisseriadas (m²)	111

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	IGUAPE, CARACTERÍSTICAS MUNICIPAIS	21
2.1	Iguape, um pouco de história	24
2.1.1	Ciclo do ouro	27
2.1.2	Ciclo da navegação	31
2.1.3	Ciclo do arroz	32
2.1.4	Marca do trabalho negro	33
2.1.5	Educação escolar	36
2.1.6	Contradições decorrentes da prosperidade econômica e social	37
2.1.7	O valo grande e suas conseqüências	39
2.1.8	Iguape: transformações econômicas, políticas e sociais do século XX	42
2.1.9	Declínio econômico e suas conseqüências	49
2.1.10	Iguape na atualidade	50
2.1.11	Religiosidade popular	51
3	DEFINIÇÃO DE ESCOLAS MULTISSERIADAS	65
3.1	Necessidade social	79
4	AS ESCOLAS MULTISSERIADAS DE IGUAPE	88
4.1	Escola Municipal do Bairro dos Engenhos	91
4.2	Escola Municipal do Bairro do Retiro	94
4.3	Escola Municipal do Bairro Tucum	96
4.4	Escola Municipal do Bairro Tabaquara	96
4.5	Escola Municipal de Barra das Areias	97
4.6	Escola Municipal do Bairro Itatins	99
4.7	Escola Municipal de Itimirim	101
4.8	Escola Municipal do Bairro Peroupava	102

4.9	Escola Municipal do Bairro Morro Seco	103
4.10	Escola Municipal do Bairro Divisor	105
4.11	Escola Municipal do Bairro Pinheiros	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	123
	APÊNDICE A – Questionário para o professor	131
	APÊNDICE B – Questionário para a comunidade	133
	APÊNDICE C – Questionário para escola de Ensino Fundamental Urbana	134
	ANEXO A – Mapa da localização das escolas multisseriadas	135

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre as escolas isoladas multisseriadas faz-se necessário uma vez que, diante do processo de modernização pelo qual vem passando a Educação, e de políticas que promovem subsídios a esse setor, estas instituições, localizadas em pontos de difícil acesso, centradas na zona rural, parecem, em primeiro momento, não participarem de tais considerações, funcionando em condições precárias, tanto no que concerne à estruturação física quanto à pedagógica.

Há controvérsia entre estudiosos da educação, que apoiam ou criticam essas pequenas instituições multisseriadas, uma vez que estas escolas incorporam uma clientela, cujo comprometimento do aprendizando evidencia-se principalmente no momento em que estes alunos buscam continuar seus estudos nas instituições urbanas. Perante essa afirmação, há o questionamento: de que forma ocorre esse comprometimento?

Diante dessa realidade, torna-se imprescindível a preocupação de um estudo sobre esse ambiente escolar tão distinto das escolas situadas na localização urbana do município e compreender a importância destas escolas para as comunidades as quais pertencem e se existe preocupação do trabalhador rural em manter essas instituições em funcionamento nas suas comunidades.

Iguape foi a cidade escolhida como universo de análise, diante de sua riqueza histórica e das diversidades político-econômicas, assim como sócio-culturais, uma vez que está situada em uma das regiões consideradas mais carentes do Estado de São Paulo: o Vale do Ribeira. Neste município, concentra-se número significativo de escolas rurais com classes multisseriadas, que apresentam ambiente escolar bastante distinto da região central do município.

Apesar dessa realidade, poucas pesquisas relativas ao assunto foram efetuadas, quando o tema é voltado especificamente a Iguape.

Para se compreender a realidade das escolas multisseriadas, algumas considerações fazem-se necessárias, como o conhecimento das características do município de Iguape, que motivaram e ainda estimulam a existência destas salas em funcionamento, logo, o reconhecimento dos fatores que fundamentam a vivência de uma

cidade é importante para que se compreenda a estrutura e a organização dos setores nesta inseridos, uma vez que estes respondam às exigências sociais, ou mesmo sejam pontos conflitantes entre as classes formadas por diferentes níveis econômicos. A Educação não pode se desvencilhar desse processo.

Iguape foi contemplada com um dos primeiros grupos escolares fundados no Estado de São Paulo: o Grupo Escolar de Iguape, atualmente, Escola Municipal Vaz Caminha que, inicialmente, teve a função de agrupar as escolas isoladas, multisseriadas da região em um só espaço. Essa instituição está totalmente vinculada ao crescimento econômico pelo qual passou a cidade do início do século XX, assim como a fixação do sistema capitalista mediante a agricultura. Logo, justifica-se acompanhar o desenvolvimento de Iguape como um todo.

Diante dessa perspectiva econômica, situa-se o trabalhador agrícola, principal usuário das escolas multisseriadas situadas na zona rural deste município. Portanto, também carece que se efetue uma relação dessas pequenas instituições com os fenômenos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais que as permeiam.

As dificuldades encontradas para obtenção de fontes que pudessem dar melhor esclarecimento sobre essas escolas aparecem justamente pelo fato de situarem-se no meio rural, relativamente distantes da zona urbana e, por isso, pouco contempladas.

Por esse motivo, a pesquisa abrangeu um período de 28 anos, ou seja, de 1980 a 2008, o que foi possível, não apenas através de fontes primárias, mas também por relatos e entrevistas com alunos e pessoas que estiveram ou ainda estão envolvidas com esse contexto, ter uma visão mais esclarecedora das escolas multisseriadas em Iguape. Apesar dessa restrição de tempo, não se pode ignorar a existência dessas instituições em períodos anteriores.

Quando se busca resgatar o homem ribeirinho, as comunidades quilombolas ou indígenas que habitam o local, estas são, muitas vezes, apresentadas como alegorias culturais que marcam as variações lingüísticas, as atividades artesanais e outros aspectos que definem a cultura, geralmente valorizados pelo turismo que busca originalidade.

Mas o homem do campo ainda que marginalizado pela urbanização, é responsável pela constituição da história local. As escolas multisseriadas, objeto principal

desta pesquisa, não aconteceriam se as comunidades situadas no interior do município não existissem.

Esse povo não é mero espectador, mas protagonista da sociedade à qual pertence. Portanto, através da história da cidade, da análise das escolas multisseriadas, não só é possível compreender a organização destas instituições, mas o reconhecimento dos habitantes da zona rural na luta pelo exercício de sua cidadania, principalmente quando estes recorrem à Educação como força que impulsiona seus descendentes para condições mais dignas de vida e igualitárias diante da sociedade urbana.

Outro aspecto relevante para a compreensão da educação nas salas unidocentes está no entendimento do que são as instituições multisseriadas, como surgiram e ainda se desenvolvem, pois, diante da legislação e dos parâmetros que definem o funcionamento dessas escolas, é possível visualizar os fatores integrados na Educação do homem trabalhador campestre. Diante da estrutura física dessas escolas unidocentes, da proposta pedagógica e das ações que interferem no processo ensino-aprendizagem, podem-se esclarecer as distinções que ocorrem em um mesmo setor público de quando este atua no meio urbano e quando se faz no meio rural.

As considerações sobre a importância social dessas salas multisseriadas, como formas de expansão da Educação para os habitantes das zonas mais distantes do centro urbano, assim como suas funções como meio de integração da comunidade, mediante possíveis eventos efetuados nestas escolas também são relevantes para que se possam traçar conclusões sobre os motivos que levam essas salas multisseriadas a funcionar.

A possibilidade de as crianças residentes distantes do centro urbano poderem estudar dentro de sua comunidade e a relação desse vínculo como estímulo de permanência desses estudantes em seu ambiente são essenciais para a valorização das regiões agrícolas e do homem pertencente a essas localidades. Portanto, as escolas multisseriadas têm papel fundamental no que se refere ao êxodo.

No entanto, ainda que se faça relevante o estudo sobre o funcionamento dessas escolas multisseriadas existentes na zona rural, o número de pesquisas que abordam essa organização educacional, como já citado, é escasso. Por isso, a bibliografia utilizada, principalmente no que se refere aos estudos de Iguape feitos por Young (1903),

Fortes (2000) e Collaço (1989), foi de grande valia para o esclarecimento dos aspectos históricos que constituíram Iguape.

É importante ressaltar que as pesquisas voltadas à história geral de Iguape são limitadas e, por isso, as considerações desses três nomes foram usadas em grande parte das citações.

Como explica Young (1903, p.223):

Infelizmente documentos importantíssimos existem em poder de particulares que, por motivo inexplicável, recusam-se fornece-los para tirar cópia. Outros forma subtraídos de arquivos a que pertenciam e , consta, acham-se em mãos de pessoas que estão fora de Iguape.

Logo, esta pesquisa foi norteadada principalmente pelas fontes literárias citadas, assim como pelas dissertações e artigos científicos sobre instituições rurais e unidocentes no Brasil. Através da legislação e da colaboração da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, e dos membros da Secretaria Municipal de Educação de Iguape, foi possível ter uma perspectiva mais próxima da realidade sobre a organização e funcionamento das escolas multisseriadas na atualidade.

Porém, diante da escassez de recursos que pudessem fornecer maior números de dados sobre o funcionamento dessas escolas na região iguapense especificamente, principalmente no período anterior à construção das instalações às quais estão organizadas atualmente, como procedimento metodológico, foi fundamental recorrer à memória da comunidade, através de depoimentos de antigos moradores e docentes que conviveram diretamente com essa realidade educacional, nestas regiões de difícil acesso, esclarecendo quanto à importância dessas instituições, assim como as dificuldades no funcionamento das mesmas tanto em épocas mais remotas quanto na atualidade.

Desse modo, foram feitas cinco visitas às escolas multisseriadas. Na primeira, foi feita visita à Secretaria Municipal de Educação para levantamento do número de escolas multisseriadas existentes em Iguape. Também foi feita entrevista com o secretário

municipal de Educação, que apresentou as alterações feitas nas escolas após municipalizadas.

Ainda nesse momento, foi possível chegar à Prefeitura Municipal da cidade para levantar fontes que comprovassem a existência das escolas. Porém não se obtiveram resultados.

Então, foram visitadas quatro escolas situadas à margem da rodovia: EM do Bairro de Itatins, EM do Bairro Tabaquara; EM do Bairro Tucum e EM do Bairro dos Engenhos. Nessas escolas, pôde-se avaliar a estrutura física, o material didático utilizado, assim como conversar com os professores sobre o comprometimento da Secretaria Municipal de Educação de Iguape com as escolas. Também foi possível observar o material pedagógico. Foram entrevistados alguns moradores das comunidades as quais estas escolas pertencem, em que se discutiu sobre a importância de manter estas instituições em funcionamento.

A segunda visita a Iguape teve início na Diretoria de Ensino de Miracatu com a finalidade de identificar fontes sobre a existência das escolas, material pedagógico utilizado, termos de visitas efetuados por supervisores de ensino e assistentes pedagógicos. Então, obteve-se a informação de que não havia quaisquer informações arquivadas naquele setor, uma vez que a cada cinco anos os documentos são incinerados, e há mais de 5 anos as escolas multissriadas passaram à responsabilidade do município.

Ainda foi visitada a escola de Barra das Areias e efetuada entrevista com moradores locais que cuidam e se responsabilizam pelo prédio escolar. Foram feitas fotos que comprovam o estado do prédio (estas inseridas no corpo da pesquisa).

A terceira visita ocorreu com intenção de levantar dados sobre o município de Iguape e sua história. Na Biblioteca Municipal, foi possível conseguir um exemplar do livro do historiador Roberto Fortes contendo informações sobre a formação da cidade. No museu da cidade, obteve-se o livro de Collaço, também com informações sobre a fundação de Iguape. No cartório da cidade não foi possível conseguir informações, pois relataram que os documentos foram queimados em um incêndio.

As duas últimas visitas foram para conhecer as escolas dos bairros Morro Seco, - remanescente de quilombola -, Maria Tereza, Alto Peroupava e Pinheiros. Foram

respondidos questionários por moradores das comunidades e docentes sobre a importância da escola, a forma escolar e principais dificuldades dos professores e alunos (apêndice A).

Na última visita, o responsável pelo setor de transportes apresentou mapa do percurso que as peruas fazem para chegar às escolas. Também teve-se contato com o historiador Roberto Fortes, que se dispôs a auxiliar nas informações que lhe fossem possíveis sobre Iguape, mas afirmou nada saber sobre as escolas multisseriadas daquela região. Em seguida, houve encontro com a professora coordenadora da escola Veiga Jr., onde estudam crianças provenientes das escolas multisseriadas. Esta informou sobre a aprendizagem e relação social dos alunos vindos da zona rural.

Com o objetivo de melhor interpretar sobre a história das escolas multisseriadas iguapenses, também se optou pelo uso de imagens extraídas do site do pesquisador Fortes e fotografias efetuadas durante a pesquisa de campo que puderam transmitir melhor definição do ambiente em questão, pois, como esclarece Kossoy (2003, p.101).

Uma única imagem contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado; ela sintetiza no documento um fragmento do real visível, destacando-o do contínuo da vida. O espaço urbano, os monumentos arquitetônicos, a pose e as aparências elaboradas dos personagens estão ali [...]

Este trabalho subdivide-se em capítulos que abordam cada um dos itens citados, para melhor clareza sobre o tema, mas com o cuidado de não se perder a integração dos assuntos, uma vez que não podem ser considerados de forma fragmentada, pois constituem estudo sobre as escolas multisseriadas em sua totalidade.

Assim, o primeiro capítulo, subdivide-se em ciclos econômicos pelos quais passou a cidade e trata da apresentação desta e de sua história que, como já citado, é de fundamental importância para a compreensão da existência das escolas multisseriadas e dos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que as permeiam.

O segundo capítulo apresenta definição do que vem a ser uma “escola multisseriada”, contemplando o processo de criação, organização, aspectos pedagógicos

e estruturais pelos quais passaram através de períodos diversos desde sua criação, assim como a legislação que regulamenta seu funcionamento.

O terceiro capítulo apresenta a forma escolar das escolas multisseriadas de Iguape especificamente, considerando as transformações ocasionadas pelas alterações políticas, reorganização dos prédios e da localização, necessidade e característica das comunidades às quais pertencem, aspectos pedagógicos, didáticos e funcionais. A pesquisa efetuou a análise dessas escolas partindo do ato de criação das mesmas, uma vez que não há fontes suficientes que contemplem informações sobre o período anterior a este fator legal.

2 IGUAPE, CARACTERÍSTICAS MUNICIPAIS

Iguape é um município brasileiro que se situa no litoral Sul do Estado de São Paulo, na Região do Vale do Ribeira, a uma latitude de 24°42'29 sul e a uma longitude de 47°33' oeste, estando a uma altitude de 3 metros conforme apresenta Pereira Jr. (2005,p.9).

Em área, é considerado o maior município paulista, com 1.964 km² e está entre as 15 estâncias balneárias do Estado. Seu relevo é constituído “de áreas planas e baixas formadas pelas margens do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, áreas típicas de formação litorânea, com alguns pontos de morros e ondulações e encostas e serras” (2005).

Através do mapa abaixo, é possível visualizar a localização da cidade.

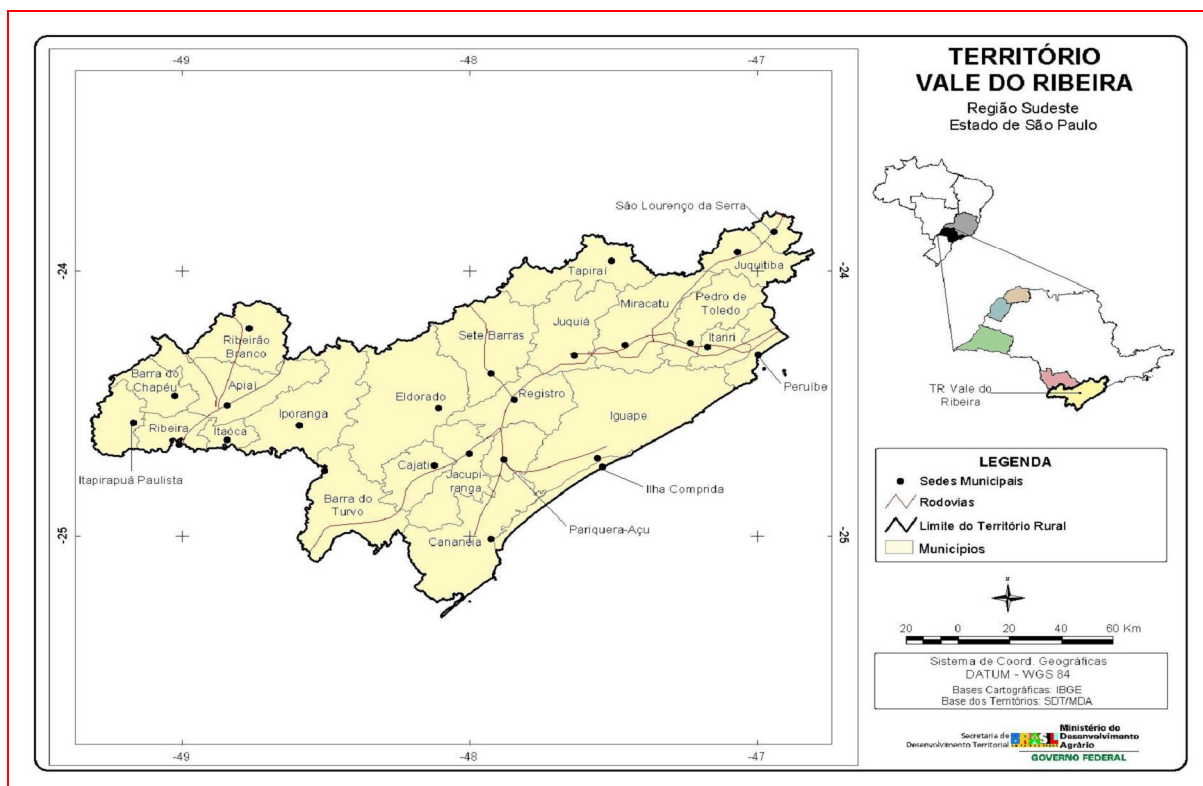


Figura 1 – Território do Vale do Ribeira

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário 2009. Disponível em:
<http://www.condraf.org.br/biblioteca_virtual/ep/EP_PR_Vale_do_Ribeira.pdf>
Acesso em: 20 abr. 2008

A única opção por terra para se chegar a Iguape é a rodovia Regis Bittencourt (BR 116), que dá acesso à rodovia Pref. Casimiro Teixeira. Esta passa por Iguape e, mudando seu nome para rodovia Ivo Zanella, chega a Pariquera-Açu, município vizinho.

A população iguapense, conforme dados do IBGE (2002), constava no ano de 2002 27.813 habitantes, com uma densidade de 14,5 habitantes por quilômetro quadrado, sendo 22.127 residentes na zona urbana e 5.686 na zona rural. Já o censo do ano de 2006 indica que estes descendem, principalmente, de italianos, com porcentagem de 47%. Em seguida, 21% dos habitantes descendem de portugueses, 12% de franceses, 11% de japoneses, 7% de africanos e 2% de outras nacionalidades.

Essa região litorânea apresenta características interessantes devido às contradições que fomentam não apenas sua história, como os aspectos sócio-culturais e econômicos. Como exemplo, pode-se citar a grande extensão territorial, de rica diversidade de fauna e flora em contraste com a pobreza do povo ribeirinho, que sofre constantemente com as enchentes, uma vez que nessa região as chuvas são constantes durante quase metade do ano.

O clima tropical úmido, numa amplitude térmica de 22 a 28°C, mantém Iguape em temperatura estável, mas o período chuvoso prolonga-se de outubro a março. Apesar desse fato, não significa que não ocorram temporais ou garoas em outras épocas do ano. Segundo Pereira Jr. (2005, p. 9) o índice pluviométrico é de 1895mm/ano.

A cidade também é contemplada com um dos maiores complexos ambientais. “São mais de 2,1 milhões de hectares de florestas, equivalentes a aproximadamente 21% dos remanescentes de Mata Atlântica do País, 150 mil restingas e 17 mil de manguezais.” (p.106).

Um dos fenômenos naturais mais importantes para o povo iguapense é o Rio Ribeira, que tem sua foz na Barra do Ribeira, dentro do município. Este teve e ainda possui grande relevância para a vida da população, que dali tira seu sustento. O mesmo autor (p.9) esclarece que o rio Ribeira de Iguape é o principal da região, atravessando o município e desaguando no mar, no bairro Barra do Ribeira, localizado a 18km do centro.

A cidade tem o turismo bastante acentuado, não só devido à riqueza natural, como às lendas, ao folclore e aos próprios fatores históricos partes de sua formação.

Um exemplo, está no “Ídolo de Iguape”, estatueta encontrada em um sambaqui de Morro Grande, em 1906, por Ricardo Krone, como narra Fortes (2009):

O naturalista acreditava que essa peça teria sido esculpida por algum povo indígena dos Andes, vindo parar no sambaqui após longa imigração. Sua descoberta provocou grande efervescência nos meios científicos nacionais e do exterior, pela singularidade da peça e por estar relacionada às origens do homem pré-colombiano, sendo sua idade calculada, pelo Carbono 14, em,aproximadamente, 25 mil anos .



Figura 2:Ídolo de Iguape

Fonte: Iguape em imagens

Disponível em:

<<http://robertofortes.fotoblog.uol.com.br/photo20050304183715.html>>.

Acesso em: 25 mar.2008

Iguape é uma cidade contraditória, pois se, por um lado, sua valorização histórica se deve principalmente por ter vivenciado o período colonial, por outro, também sofreu com a degradação do meio ambiente. Essa ação deu-se, principalmente, no que diz respeito ao transporte fluvial, que estimulou a abertura do canal do Valo Grande, como será mostrado mais adiante. Também ocorreu na cidade forte especulação imobiliária, e muitas terras foram “griladas”.

Outra situação prejudicial à cidade ocorreu devido à exploração dos agricultores da região, que sofreram grandes prejuízos com a agricultura, como o cultivo da banana, por exemplo, vendida a baixo preço.

Logo, o valor histórico só permanece vivo devido às organizações que se preocupam com o meio ambiente e, assim, conseguiram que o município seja amparado por proteção legal como reserva ambiental. Essa iniciativa ajudou a controlar a invasão de terras e incentivou a preservação do patrimônio histórico.

Essas contradições foram provocadas, principalmente, pelos setores político e econômico, pois, desde os primeiros momentos em que Iguape foi visitada, no século XVI, iniciou-se sua exploração. Esse fato não apenas marcou os diversos setores econômicos, político, social e principalmente a educação da região naquela época, como se mantém em vigor na atualidade, evidenciado pelas consequências que acarretaram a decadência da cidade.

Para que se possa analisar e traçar considerações sobre esse fenômeno, há necessidade do reconhecimento de algumas informações relativas ao município, como sua formação social, política, econômica e cultural. Assim, justifica-se conhecer, ainda que de forma sucinta, os fatores mais relevantes que influenciaram na formação de Iguape e, principalmente, na educação rural, com a formação das escolas multisseriadas, que ainda se mantêm em atividade.

2.1 Iguape, um pouco de história

Iguape pode ter sido um dos primeiros locais visitados pelos portugueses, quando estes chegaram ao Brasil. Segundo o historiador Roberto Fortes, citado em Pereira Jr. (2005, p.16) consta que logo no início do século XVI, possivelmente nas primeiras três décadas, aquelas terras já haviam sido povoadas por “degredados europeus, corsários e náufragos, que viviam em harmonia com os índios”. Assim, em 1531, Martim Afonso de Souza teria passado pela Ilha do Cardoso, na região de Cananéia, ancorando na Ilha do Bom Abrigo, onde encontrou castelhanos e mestiços. Este navegador

Em 1532, fundou oficialmente o povoado que já existia em São Vicente desde cerca de 1510. Antes, tinha estado mais ao sul, chegando à região de Cananéia em 1531, ancorou seus navios na Ilha do Bom Abrigo (PEREIRA JR., 2005, p.16).

Como muitos registros sobre a origem do município foram queimados em decorrência de incêndio que destruiu grande parte dos documentos que comprovam aspectos históricos sobre a cidade, as versões distintas sobre Iguape resultam numa ótica, aparentemente, mais mística que real, como comprova o próprio Livro do Tombo – 1785/1827, através do seguinte trecho transcrito

Para bem cumprir o que devo em rezam do meu cargo era necessário examinar o Cartório desta Villa, porque só delle se podia bem conhecer a fundação della, mas como dos primeiros feitos já não há memória pela extinção do antigo que mandou queimar o Corregedor Pedro de Hunhão Castello Branco, vista a destruição em que achou todos os seus papeis: resta consultar os que existem de mayor idade para saber delles tudo o que pode útil áesta narração (FORTES, 2000, p.42-43).

Um exemplo da força folclórica que impera no município está na origem do próprio nome. Iguape, antes, era chamada de Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Iguape.

O povo relata de geração a geração a história contida no Livro do Tombo, que fala sobre um navegador que trazia de Portugal a imagem de Nossa Senhora das Neves em sua embarcação. Para protegê-la de piratas hereges, resolveu deixá-la na baía do Icapara, fundando naquela localização uma pequena Igreja em homenagem à santa, dando ao povoado o nome da mesma.

No que se refere ao nome 'Iguape', este pode mesmo ter sua construção através do vocabulário indígena : AWA = seio fluvial, bacia fluvial + PE= enseada em bacia fluvial, pois é certo que estes índios tenham sido os primeiros habitantes da região, ainda que haja marcas de homens primitivos, que podem ter habitado o Brasil há mais de 5000 anos; estas estão evidenciadas nos sambaquis¹.

¹ Sítios arqueológicos intimamente ligados ao tipo de alimentação das populações indígenas. São protegidos considerados patrimônio nacional pela Constituição Federal do Brasil, especificamente pela Lei nº 3.924 de 26/07/61, para fins de estudos científicos e museológicos. (COLLAÇO, 1989, p.87).

Outra sugestão para o último nome da freguesia pode ter sido feita entre portugueses e índios e estar relacionada com a vegetação denominada “iguape”, abundante na região. Explica Fortes (2000, p.31) “esses companheiros, auxiliados pelos índios, trataram de dar impulso à povoação, a qual denominaram Iguape, devido a uma planta aquática conhecida por Uapê ou Guapê.”

O fato é que a existência do local e a influência católica em seu nome são coerentes diante dos registros que indicam a presença dos Padres Manoel Paiva e Leonardo Nunes em Iguape, no ano de 1554, juntamente com a celebração da primeira missa no mesmo ano na região, tendo como primeiro padre oficial o jesuíta Pedro Corrêa.

O historiador Fortes ainda afirma que há registros de jesuítas desde 1549, confirmados através das salas de aula, que funcionavam como escolas de primeiras letras, cujos professores eram esses padres. Assim, compreende-se que a educação iguapense teve como base os dogmas católicos, pois, considerando o esclarecimento de Nolasco (2008), esta afirma que a manifestação dos jesuítas nunca está desvinculada dos fins pedagógicos.

Esses fatores também ajudam a conferir a existência da vila, conforme aponta Fortes, que complementa declarando que foi em Icapara que ocorreu o primeiro núcleo de povoação, ainda que este tenha permanecido menos de um século naquele local, e ainda explica que

no livro do Tombo de Iguape, um registro afiança que a Vila mudou-se do Icapara para o Bairro da Enseada – mais exatamente para o local antigamente conhecido como Cubixatyva -, tendo, posteriormente, se transferido para o lugar atual (FORTES, 2000, p.25).

Segundo Fortes, essa mudança de local deu-se devido à falta d'água, ventos fortes, ataques piratas e falta de espaço. Posteriormente, os moradores perceberam a

importância de residir próximo ao Rio Ribeira, conforme explica o historiador através da cópia de trecho do Livro de Tombo.²

[...] mais tarde, os moradores vendo que o lugar mais próprio era aonde hoje está edificado por ficar mais próximo da comunicação com o Ribeira, mudarão para aqui com a denominação de Villa da Senhora das Neves de Iguape, com esse nome conçervou-se até o anno de 1849 que por uma lei provincial de 3 de Maio de 1850 foi mudada para Cidade do Bom Jesus de Iguape, continuando até hoje, como padroeira, a Senhora das Neves (FORTES, 2000, p.25).

Diante destes acontecimentos que se misturam entre lendas e fatos reais, alguns fatores comprovam a riqueza histórica existente em cada setor que se relaciona não só com a origem, mas com o desenvolvimento da cidade.

2.1.1 Ciclo do ouro

Na época em que a Freguesia de Nossa Senhora das Neves mudava-se para as margens do Rio Pequeno, deu-se o início de seu desenvolvimento econômico. A economia voltou-se ao extrativismo mineral. O ouro já havia sido encontrado em grande quantidade na cidade, mas, no século XVI, teve sua maior exploração, originando o Ciclo do Ouro, tão marcante na região, pois Lucci (1987,p.57) aponta que “Os primeiros registros da existência de ouro no Brasil datam de aproximadamente 1551-1552, no Vale do Ribeira de Iguape e arredores de São Paulo”.

O crescimento da cidade foi tão significativo que, nessa época, a Freguesia de Nossa Sra. das Neves de Iguape foi elevada à Vila. Fortes esclarece que, apesar de não se ter uma data exata sobre essa nova categoria da cidade, ali já existia uma câmara, uma cadeia e um pelourinho, fatores estes essenciais para um local chegar à condição de vila.

² A expressão Tombamento e Livro de Tombo, provém do Direito Português, onde a palavra tomar tem o sentido de registrar, inventariar inscrever bens nos arquivos do Reino.
Disponível em<<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?>> Acesso em 8 abr. 2008.

Não se sabe a data exata em que a Freguesia de Iguape foi elevada à categoria de Vila. (...) tão logo deu-se a mudança, no novo local foi iniciada a construção da Igreja das Neves, de uma Casa de Fundição e também da Casa da Câmara e Cadeia (FORTES, 2000, p.25).

Pereira Jr. (2005, p.26), diante da pesquisa de Fortes, aponta que foi nesse período de riqueza que se deu a construção dos primeiros casarões. Muitos ainda sobrevivem auxiliando na reconstrução da história da cidade, como a Casa de Fundição, apresentada na foto seguinte:



Figura 3: Casa de fundição

Fonte: História da cidade de Iguape

Disponível em:

<<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://files.myopera.com/perfeito/album/477526/Iguape%2520>>.

Acesso em: 25 mar. 2008.

Esta Casa de Fundição teve papel fundamental para a cidade durante o período do ouro. Fortes (2000, p.58) explica que esta tinha a função de “transformar em barras todo o ouro encontrado na região, bem como fiscalizar e cobrar o quinto real”.

Como a movimentação do século XVII era feita, principalmente, por meio aquático, o Rio Ribeira de Iguape teve grande importância para o desenvolvimento da cidade, que

englobava os bairros vizinhos: Registro, Jacupiranga, Sete Barras, Juquiá e Eldorado Paulista. Era por esse rio que os navegadores transportavam cargas entre as regiões.

Para se ter idéia do caminho que os carregamentos de ouro percorriam por via fluvial, o mapa seguinte (FIGURA 4) ilustra a localização destes locais que, um dia, foram parte deste território iguapense, hoje municípios independentes.



Figura 4: Mapa do Vale do Ribeira

Fonte: Distância entre as cidades do Vale do Ribeira

Disponível em: <<http://camiloaparecido.blog.terra.com.br/files/2008/06/mapa-do-vale-do-ribeira.jpg>>

Acesso em: 22 nov. 2008.

TABELA 1 - Distância entre cidades do vale do ribeira (referência:iguape)

CIDADES	DISTÂNCIA
Iguape – Ilha Comprida:	2km
Iguape – Registro:	75km
Iguape – Paríquera-Açu:	35km
Iguape – Jacupiranga:	53km
Iguape – Eldorado:	95km
Iguape – Miracatu:	63km
Iguape – Juquiá:	70km

Fonte:Guia Quatro Rodas, 2008

Disponível em: < <http://viajeaqui.abril.com.br/g4r/>>. Acesso em: 18 mar. 2008.

A busca pelo ouro resultou na expansão da região iguapense, pois

com o incremento do ouro aluvional, os mineiros estabelecidos na região de Iguape foram se embrenhando pelos sertões ainda selváticos do Vale do Ribeira à procura de aluviões auríferos e também de minas (FORTES, 2000, p.66).

Como consequência do desenvolvimento aurífero, o comércio de escravos também cresceu. Fortes (2000, p.48), reescrevendo informações obtidas no Livro do Tombo, apresenta que

Pelo Rol da Igreja tem novecentos e secenta edois fogos, com trez mil seiscentos esetenta equatro pessoas entrando neste numero dois mil setecentos evinte brancos e libertos, entre maiores, e menores, e novecentos e sincoenta equatro escravos entre maiores, emenores; sem contar os que não são de Dezobriga emais de cem escravos neophitos, chamados bucais, vindos da costa d'Africa, os quaes por não terem a necessária instrução da Doutrina Christã não tem ainda admittidos aos Sacramentos da Igreja.

O mesmo ainda aponta que, segundo relatos do historiador Young (1903), já em 1635 as transações comerciais eram feitas à base de ouro. Essa afirmação também vem ao encontro do esclarecimento de Collaço (1989, p. 34): "Consultando os documentos da época confirma-se que, naquele tempo, as compras de casas e terrenos eram feitas à base do ouro em pó ou barras".

Porém, no início do século XVIII, o crescimento da economia proveniente da comercialização do precioso metal começou a entrar em declínio, por este ter sido encontrado em abundância no Estado de Minas Gerais, o que atraiu muitos mineradores para aquela região. Contudo, houve aqueles poucos que ainda persistiram na busca do ouro até o início do século seguinte.

Apesar de terem sido descobertas as Minas Gerais por volta de 1697 – o que diminuiu bastante as atividades mineradoras em Iguape, com muitos mineiros se

transferindo para lá-, a mineração do ouro, pelo menos até meados do Século XVIII, ainda manteve sua importância (FORTES, 2000, p.66).

2.1.2 Ciclo da navegação

Diante dessa realidade de decadência, aproveitando o privilégio de possuir portos e contar com a presença do rio Ribeira de Iguape como importante via fluvial, Iguape voltou sua economia à construção de embarcações, encomendadas principalmente pelo Estado do Rio de Janeiro, tornando-se, também, importante cidade portuária.

Iguape, ao passo que ia perdendo representatividade nos trabalhos de mineração, em meados do século XVIII começa a se erguer economicamente, com o advento das atividades ligadas à construção naval, ocasião em que se estabeleceram em Iguape muitos estaleiros, nos quais foram construídos inúmeros navios e barcas (PEREIRA JR., 2005, p.26).

A foto mostra como foi edificado o Porto Grande, onde entravam e saíam as embarcações com mercadorias:



Figura 5: Porto Grande

Fonte: História da cidade de Iguape

Disponível em:

<<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://files.myopera.com/perfeito/albums/477526/Iguape%2520>>. Acesso em: 25 mar.2008

O município chegou a destacar-se com essa atividade, até a construção do Canal do Valo Grande, que serviu, então, como atracadouro.

Em agosto de 1827 foi iniciada a abertura do Canal do Valo Grande. O canal, com mais de 2 km de extensão, 1m de profundidade e 2 m de largura, foi aberto por escravos, ao custo de 47 contos de réis. (...) O rio passava a cerca de 2km da cidade, desembocando no oceano 27 km acima da barra do Mar Pequeno, que abastecia o porto (p.39)

2.1.3 Ciclo do arroz

No entanto, a região também começara a progredir consideravelmente com a agricultura voltada ao arroz, que prosperou de forma significativa devido aos grandes espaços alagados. Esta cultura já tinha se iniciado no século XVIII, como explica Fortes:

[...] a lavoura do arroz se impôs como atividade econômica a partir do final do século XVIII, consolidando-se efetivamente a partir do princípio do século XIX, quando se transformou na principal economia do Município (FORTES, 2000, p.79).

O crescimento econômico da cidade passou, então, a depender principalmente desta cultura agrícola e se expandiu de forma tão ampla que ocupou boa parte do território iguapense, o que estimulou as comunidades rurais:

Na década de 1830, segundo evidenciam as estatísticas, a lavoura de arroz atingiu seu apogeu. Basta dizer que, no ano de 1836, existiam na Vila de Iguape nada menos que 82 engenhos de beneficiar arroz movidos à água [...]. Esses engenhos se situavam, principalmente, em fazendas nos bairros dos Engenhos e Porto do Ribeira, existindo também em outros sítios localizados na zona rural do Município (p.82).

2.1.4 Marca do trabalho negro

Em decorrência desse processo, a mão-de-obra escrava era indispensável. Eram os escravos que participavam do plantio e colheita do cereal. Porém, como essa lavoura é feita em locais charcosos, as doenças eram constantes, principalmente a tuberculose.

São inúmeras as fontes que evidenciam a presença e a exploração do negro, principalmente através de anúncios de compra e venda de escravos, como apresenta Collaço (1989, p.37)

Anúncio extraídos do Jornal do Comércio – ano de 1844

- VENDE-SE huma preta de nação MINA, a qual sabe lavar perfeitamente e fazer todo o mais serviço de huma casa.
- VENDE-SE na rua do Hospício nº234, dous lindos moleques de 18 anos de idade, sendo hum perfeito cozinheiro [....].

Fatos como esses originaram, posteriormente, a formação de quilombos, pois era comum a fuga de negros que não suportavam os maus tratos e a exploração de seus senhores.

Os negros também deixaram as marcas de seu trabalho em uma das mais importantes edificações de Iguape: A Basílica do Bom Jesus de Iguape. Esta igreja que, segundo Fortes (2000, p.128), teve sua construção iniciada em 1787, só foi terminada em 1856. O interessante é que, como no século XIX a discriminação racial era notória, não se admitia que dissessem que os negros tivessem posto as mãos na edificação da igreja, mas aceitava-se a possibilidade desta ser construída através de munícipes voluntários.

Fortes (p.129) ainda acentua que os negros não podiam fazer parte da Irmandade do Bom Jesus de Iguape e que, assim, os escravos negros para seguirem a religião católica, deveriam participar de suas próprias irmandades, como a de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

As imagens desses dois santos existiam de há muito na primitiva Matriz de Iguape, erigida que fora no local onde hoje se encontra o jardim defronte a atual Basílica. Com a ereção da nova matriz, devotada ao Bom Jesus e ante a ameaça de desabamento da velha igreja, no ano de 1856, todos os santos, inclusive o dos negros, foram transferidos para a Basílica, sob a insistência do cônego Antônio Carneiro da Silva Braga, padre da paróquia, apesar da contrariedade da Irmandade do Bom Jesus[...].

Considerando que a cultura de arroz dava-se em engenhos principalmente localizados na zona rural, e que os negros formavam os quilombos logicamente em regiões afastadas, não é difícil compreender as marcas de existência das primeiras escolas isoladas, justamente nessas regiões, principalmente no bairro dos Engenhos, como forma de educação aos descendentes dos 'senhores do arroz'. A foto a seguir auxilia a compreensão de como se desenvolvia o plantio na época, assim como apresentam a prosperidade industrial através das máquinas de beneficiar.

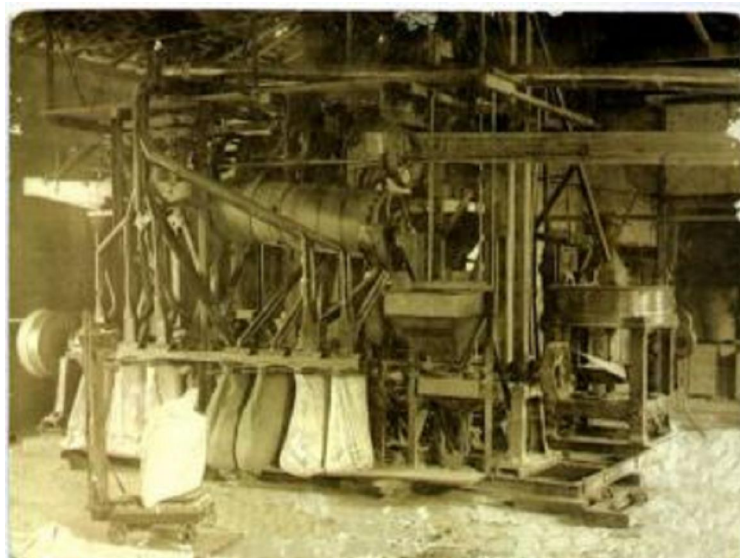


Figura 6: Máquina de beneficiar arroz

Fonte: História da cidade de Iguape

Disponível em:

<<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://files.myopera.com/perfeito/albums/477526/Iguape%2520>>

Acesso em: 25 jan.2008.

Iguape, nesse período, possuía uma sociedade marcada pela manifestação do capital. Escravocrata, também patriarcal, como explica Fortes (2000), eram os senhores do arroz que administravam tanto a cidade como a zona rural. O poder político e a ascensão social dependiam do rendimento proveniente da lavoura do cereal. As famílias abastadas eram facilmente reconhecidas não só pelos casarões vultuosos dos quais residiam, como pelo número de escravos que obtinham para efetuar trabalhos domésticos e nas lavouras.

Fortes, também esclarece sobre o tablóide "A Lyra!", jornal de significativa circulação entre os senhores do arroz e comerciantes :

Entre as dezenas de jornais editados em Iguape desde 1876, data do surgimento da imprensa local, destaca-se o tablóide "A Lyra". No final do Século XIX, houve intensa atividade jornalística e cultural na cidade. Existia, nessa época, uma banda musical chamada "Lyra Artística e Commercial", que, a 27 de abril de 1898, começou a editar o tablóide "A Lyra". Dirigido por Francisco de Castro, era um órgão literário e noticioso, distribuído gratuitamente, cuja publicação foi suspensa em 1900. (FORTES, 2000).

Diante do tablóide, torna-se claro que, durante o século XIX, principalmente à época da Proclamação da Independência, houve integração de classes sociais, onde comerciantes e proprietários de latifúndios se uniram:

os lavradores mais importantes exercitavam simultaneamente a agricultura e o comércio, uns na praça e outros na sede de suas propriedades agrícolas, e os comerciantes que já haviam adquirido alguns cabedais, dedicavam-se à lavoura, comprando sítios e utilizando-os mediante agregados, camaradas e escravos. Dessa aliança feliz resultou o progresso notável na lavoura e no comércio que se desenvolveram em mais larga escala" (p.91-92).

2.1.5 Educação escolar

Como já apresentado anteriormente, a Educação em Iguape teve início com a chegada dos jesuítas no início do século XVI, mas as primeiras instituições de ensino laicas foram firmadas durante o ciclo do arroz, entre os séculos XIX e XX. Em decorrência da economia em alta, em 1917, deu-se a fundação do primeiro grupo escolar na região, o Grupo Escolar de Iguape, que ainda sobrevive com o nome de Escola Municipal Vaz Caminha. Sabe-se a dificuldade que havia na época para se obter autorização para a construção de escolas.

Pereira Jr.(2005, p.73) explica que

Na Vila de Iguape, a partir de 1829, houveram diversas tentativas de se instituir o que se chamavam de cadeiras de primeiras letras, espécie de salas de aula bastante rudimentares. Essas cadeiras de primeiras letras, em 1870, estavam instaladas em alguns pontos: Icapara, Enseada, Porto Ribeira, Engenhos e Juréia.

Diante da citação acima, pode-se perceber que as cadeiras de primeiras letras situavam-se em bairros afastados, geralmente onde havia fazendas com engenhos³ de arroz, pois era necessário que os descendentes dos senhores do arroz tivessem alguma educação. Mas a tendência da organização central da cidade forçou a mudança destas escolas para a zona urbana.

Logo, consolidado o ideal republicano em modernizar a Educação, com as modificações que ocorreram nesse setor, algumas dessas pequenas salas de aula, por volta de 1894, foram unificadas e originaram o primeiro Grupo Escolar, que funcionava em prédios separados para meninos e meninas.

No território brasileiro os grupos escolares foram criados inicialmente no Estado de São Paulo em 1893, enquanto uma proposta de reunião de escolas isoladas

³ Segundo dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, 1993, p.209, a palavra engenho significa qualquer máquina ou aparelho, portanto também é usada para especificar o beneficiamento de arroz, chá ou outros produtos.

agrupadas segundo a proximidade entre elas. Os grupos escolares foram responsáveis por um novo modelo de organização escolar no início da República, a qual reunia as principais características da escola graduada, um modelo utilizado no final do século XIX em diversos países da Europa e nos Estados Unidos para possibilitar a implantação da educação popular.

Segundo Saviani (2004), os grupos escolares constituíram um fenômeno tipicamente urbano, já que no meio rural ainda predominou as escolas isoladas por muito tempo. O Grupo Escolar foi uma escola eficiente para a seleção e a formação das elites. A questão do ensino para as massas populares só esteve presente na reforma paulista de 1920. Os grupos escolares também eram conhecidos como escolas graduadas, já que possuíam turmas seriadas. (VIDAL,1998)

Porém, como esclarece Fortes (2000, p.186), devido à precariedade das instalações desses edifícios, após muitas lutas governamentais para que as salas tivessem melhores condições para atender aos alunos, dos dois locais onde funcionavam as escolas, os estudantes, tanto do sexo masculino como feminino, foram mudados para outra localidade, ou seja, passaram a cursar a estudar no edifício onde funcionava o hotel São Paulo, mas em salas separadas para alunos e alunas. Posteriormente, como já citado, em 1917, foi construído o prédio oficial para o funcionamento do grupo escolar.

2.1.6 Contradições decorrentes da prosperidade econômica e social

Outros setores que prosperaram com o comércio do arroz, foram a imprensa, que chegou a ter vários jornais e a construção civil, com a edificação de casarões.

Em 1876, foi criada a imprensa de Iguape, a fim de promover propaganda das riquezas do município, e trabalhar para o progresso do mesmo (...) em 16 de abril de 1876, tornava pública o primeiro periódico elegantemente redigido, denominado "O IGUAPENSE". Três meses depois, aparecia o paladino da imprensa, o jornal "O CORREIO DE IGUAPE", cujo primeiro número saiu em 21 de julho de 1876. E assim vários outros periódicos surgiram como "A TRIBUNA DE IGUAPE", o "CORREIO DE IGUAPE", o "IGUAPE", o "COMÉRCIO DE IGUAPE", o "SANTUÁRIO", o "NORMALISTA", inclusive "ALMANAQUES" bem confeccionados e repletos de registros valiosos (COLLAÇO,1989, p.47).



Figura 7:Almanaque de Iguape1879

Fonte: Iguape em Imagens

Disponível em:

<<http://robertofortes.fotoblog.uol.com.br/photo20060924180420.html>>.

Acesso em: 10 mar. 2008

A arquitetura desenvolvida na edificação dos casarões também é de fundamental importância para o entendimento da situação em que viveu a sociedade iguapense, pois está diretamente vinculada aos propósitos político-sociais. Também são por meio das construções que se podem analisar as marcas da divisão de classes. Em Iguape, assim como em outras inúmeras cidades, sejam grandes ou apenas vilarejos, é no centro urbano que estão os mais vultosos casarões, bastante distantes da zona rural, ou de outros bairros onde residem operários e outros trabalhadores. Rolnik (1988, p.9) esclarece esta situação, diante da seguinte colocação:

O próprio espaço urbano se encarrega de contar parte de sua história. A arquitetura, esta natureza fabricada, a perenidade de seus materiais tem este dom de durar, permanecer, legar ao tempo os vestígios de sua existência. Por isso, além de continente das experiências humana, a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história.

Conforme a cidade progredia, seu nome e condição geopolítica também se modificava. Iguape deixa de ser vila e passa a receber o título de Comarca pela Lei n.º 17, de 3 de abril de 1844. Posteriormente, criou-se o município, que foi elevado a sede de comarca pela Lei n.º 16, de 30 de março de 1858.

No auge econômico, para satisfazer o lazer da burguesia, outros meios culturais foram inaugurados, conforme declara Fortes. Na década de 1830, existia uma Casa de Ópera; em 1847, foi fundada uma biblioteca, denominada Gabinete de Leitura; vários teatros, dentre eles, os mais significativos: Theatro Iguapense e Theatro Aurelina. Também, neste período foi fundado o Club Gymnastico e Dramático entre outros estabelecimentos culturais, que contribuíram não só para ampliar a divulgação da cultura e lazer, como para gerar novos empregos e estimular a fixação dos senhores do arroz e outros comerciantes que ampliavam o setor econômico de Iguape.

Contudo, não se pode deixar de observar o contraste de classes, uma vez que o homem ribeirinho não possuía qualquer contato com esses benefícios sócio-culturais, pois este se mantinha ocupado nas regiões mais afastadas do centro urbano, com atividades voltadas à lavoura. Os que permaneciam na região central, trabalhavam na construção de imóveis ou sobreviviam da pesca.

Quase cinco décadas depois, no terceiro ano do século XX, estabelecia-se em Iguape o Aprendizado Agrícola. Este foi anexo ao Campo de Experiências, que já estava em funcionamento desde 1901. O engenheiro agrônomo Granato, nesse local, fez importantes pesquisas e escreveu livros como “A lavoura do Arroz em Iguape”, publicado em 1902, “O arroz de Iguape”, em 1910, entre outros.

No Aprendizado Agrícola, já em 1905, estudaram 16 alunos, sendo que 9 se formaram, segundo informações de Fortes (2000).

2.1.7 O Valo Grande e suas consequências

Diante dessa prosperidade agromercantil, a cidade tornou-se centro econômico tão significativo que, para acompanhar o ritmo dessa movimentação, achou-se necessário que o sistema de transporte fluvial, o mais importante da região, fosse ampliado. Optou-se, então, pela abertura do Valo Grande, ação que até hoje marca fortemente a história da cidade em todos os aspectos, sejam ambientais, sociais, econômicos, políticos e até afetivos.

Analisando esse desenvolvimento, principalmente diante de um sistema capitalista, percebe-se que os fatores que envolvem o progresso de uma cidade fazem parte da natureza da evolução daquele local. Rolnik (1988, p.9) mostra que “a cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade da circulação. São fluxos de mercadorias, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras, subjugando territórios.”

Em 1855, foi concluído um projeto autorizado por D. Pedro II, que consistia na abertura de um canal de 4m de largura por 2km de extensão, ligando o porto fluvial ao marítimo. O empreendimento foi edificado, principalmente, pela mão-de-obra escrava, muito sacrificada pelo esgotamento físico causado pelo trabalho árduo e constante, assim como pela febre que ocorria como consequência da umidade.

Há de se compreender que o povo iguapense sempre buscou as margens do rio para facilitar não só o transporte, mas a agricultura nos períodos de cheias. Acreditou-se, então, que, alargado o canal, o transporte fluvial seria beneficiado.

Porém, aponta Young, o povo ribeirinho, já conhecedor da formação geográfica local, por experiência própria sabia que não seria viável o alargamento proposto. Assim também alertou o engenheiro Paulo Freire de Andrade, como conta o autor:

Antes desta época, o povo de Iguape tinha aberto furados em diversas partes do rio Ribeira e conhecia perfeitamente o efeito da força da correnteza e o peso do volume da água deste rio, e, portanto, não podia deixar de prevê-lo o prejuízo que havia de resultar pela corrosão das margens do projetado Canal (YOUNG, 1903, p.294.).

Young ainda esclarece sobre os problemas que a abertura do Valo Grande acarretaria, transcrevendo trecho de um ofício que apresenta o posicionamento do engenheiro Paulo Freire de Andrade sobre a questão:

A experiência Excellentíssimo Senhor, que he a grande e verdadeira Mestre de tudo, tendo aqui mostrado, que qualquer pequeno vallo feito em terreno arenoso em breve se alarga prodigiosamente, ainda que não haja impulso de agoas correntes [...] (p.295).

Mesmo diante dos alertas, o Valo foi aberto, pois “ o Governo quis aproveitar do capricho dos habitantes desta Villa, pondo em actividade com o fim de conseguir a maior quantia possível de dinheiro para a obra projetada” (p.297).

Collaço (1989, p.55) explica que “em pouco tempo, sacarias eram transportadas do Porto Velho (Porto do Ribeira) ao Porto Grande”.

Porém , como já era esperado, a facilidade das águas passarem para o canal causou inundações e erosão das margens que, ao ser desintegradas, foram acumulando areia e outras matérias que as constituíam pelo Valo, causando enormes danos aos ribeirinhos.

Aos poucos, as águas do Ribeira foram ganhando terreno, desabando suas margens, consequência lógica da necessidade que tinha o rio de um leito com capacidade suficiente para seu volume de água (p.56-57).

A abertura do Valo, que inicialmente havia sido considerada como primeira grande obra hidráulica do Estado, acabou transformando-se em um dos grandes problemas da região, repercutindo até em países distantes, como aponta Fortes, quando cita a relevância da situação com o fragmento do jornal alemão Ollgemeine Dentsche Beitung, nº40, traduzido Pelo Commercio de Iguape, nº191, de 19/10/1879:

[...] Iguape está em perigo pelas águas de um canal distanciada 80 metros da cidade, o qual se tinha feito para ligar as águas do mar, e que com o tempo tem sido tão minado, que o mesmo canal já tem a largura de cento e vinte metros. As chuvas e principalmente as ultimas do dia 16 do mez passado fizeram subir as águas a mais de 4 metros, e minarão tanto que todas as casas achão-se em perigo de cahir na Ribeira. [...] Os ameaçados habitantes desta cidade pedem socorros e diligencias ao governo contra este terrível acontecimento (FORTES, 2000, p.201),

De acordo com a citação acima, e também como as áreas mais próximas ao rio estavam constantemente inundadas, o movimento do ribeirinho para o interior da cidade

se elevou. Estes munícipes acabaram buscando outros meios de sobrevivência, uma vez que a degradação ambiental causada pelo Valo Grande não lhes ofereceu alternativa.

Porém, Fortes declara que a cidade sempre foi palco de inúmeras enchentes, ainda que não se possa desconsiderar a relevância do problema causado pela abertura do Valo.

As fotos a seguir dão uma idéia de parte do percurso do rio Ribeira no interior do município de Iguape, apresentando o Valo Grande e sua localização tão próxima às residências, afetando de forma significativa aquelas estruturas.



Figura 8: Rio Ribeira desaguando no mar

Fonte: Iguape-SP-Brasil

Disponível em:

<<http://www.flickr.com/photos/zizimorais/2673658562/in/set-72157621881245713/>>.

Acesso em: 10 mar. 2008



Figura 9: Valo Grande

Fonte: Iguape-SP-Brasil

Disponível em:

<<http://www.flickr.com/photos/zizimorais/2672837777/in/set-72157621881245713/>>.

Acesso em: 10 mar. 2008

2.1.8 Iguape: transformações econômicas, políticas e sociais do século xx

Durante o apogeu do ciclo do arroz, Iguape já abrigava algumas indústrias e fábricas, que ali se fixaram devido à economia promissora. Um exemplo foi a instalação, em 1923, de uma filial das Indústrias Reunidas Matarazzo. Fortes (2000, p.184) explica que

As atividades da Matarazzo na cidade eram essencialmente comerciais. A filial de Iguape, em seu armazém, vendia variados produtos, tais como: sal, querosene, gasolina, farinha de trigo, sabão, velas, fósforos, sacaria, etc. Também comprava, em grande escala, tanto arroz em casca quanto beneficiado.

Proporcionalmente ao crescimento de outros setores sociais, como o desenvolvimento da cultura com a abertura de teatros, clubes, biblioteca, prosperava, também, a Educação. Em 1917, Iguape foi contemplada com a inauguração de uma construção específica para o funcionamento de uma escola de primeiras letras, por exigência da comunidade européia e fazendeiros, que insistiam na educação básica de seus descendentes em um ambiente mais organizado que o Hotel São Paulo, onde funcionava a escola até aquele momento, como já visto em páginas anteriores.

Após muita luta política em prol à construção de uma instituição de ensino, foi edificado um prédio escolar.

Já em 1910, a construção desse novo prédio foi orçada na vultuosa quantia de 111:462\$689 réis, com dez classes. [...] Sua inauguração deu-se em 1917, com a presença de muitas autoridades e pessoas gradas (FORTES, 2000, p.18).



Figura 10: Grupo Escolar de Iguape

Fonte: Iguape em imagens

Disponível em:

<<http://robertofortes.fotoblog.uol.com.br/photo20041001183430.html>>.

Acesso em: 8 mai. 2008.

O poder econômico alcançado na cidade também vinha se fazendo evidente com a construção civil, pois nos imponentes casarões abrigavam-se algumas famílias que se destacaram nessa época e parecem sobreviver até o período atual na memória iguapense. Entre esses nomes, está o responsável pelo fornecimento de energia elétrica na cidade, Capitão Juca Anastácio que, segundo Pereira Jr.,(2005), foi forte comerciante na cidade, além de vereador e prefeito de Iguape em 1920. O importante político, Coronel Jeremias Jr. foi outra importante personalidade cujo nome foi dado à atual escola de Ensino Médio local.

Fortes (2000, p.93) aponta que

A sociedade elitista patriarcal, encontrava em seu seio famílias de verdadeiros fidalgos, detentoras do poder político, econômico e social. As principais famílias que vieram no período dourado de Iguape e que, portanto, contribuíram para a grandeza dessa época foram as seguintes: Toledo, Souza Castro, Silva Franco, Mâncio, Álvares da Silva, Almeida e Cruz, Alvim, Peniche, Fortes, Carneiro Braga, Junqueira, Andrada e Silva, Lopes Trigo, Rollo, Ferreira, Rebello, Muniz, que se destacaram nas artes, na música, nas letras e quase toda política.

Estas são algumas personalidades até hoje mencionadas e respeitadas pela sociedade iguapense, mas que também sobrevivem nas paredes dos casarões, como o sobrado dos Mâncio que, como conta Fortes (2000, p.270), “esse prédio foi construído pelo comendador José Jacinto de Toledo, importante capitalista e agricultor, um dos homens mais ricos e influentes de seu tempo em Iguape”.

Outras marcas da força do capital nas construções estão no Sobrado do Pirá, construído pelo rico agricultor e comerciante de arroz, Comendador Álvares. Neste prédio, nos fins da década de 30, funcionou a indústria de pesca Pirá, marco deste setor na cidade, até 1960. Mas anteriormente, também abrigou, em 1912, o Engenho Central União, de Jeremias Jr.

A foto abaixo mostra Iguape na atualidade, porém com marcas vivas de um passado financeiramente próspero, evidenciado na estrutura de seus casarões.



Figura11: Casarões de Iguape

Fonte: História da cidade de Iguape

Disponível em:

<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://files.myopera.com/perfeito/albums/477526/Iguape%2520>>.

Acesso em: 8 mai. 2008.

Quanto a este aspecto de incorporação e exibição da riqueza, Lefebvre (1969, p.6), aponta que

Quanto aos detentores da riqueza e do poder, sentem-se eles sempre ameaçados. Justificam seu privilégio diante da comunidade gastando suntuosamente suas fortunas: edifícios, fundações, palácios, embelezamentos e festas.

Mas, de forma paradoxal, quando vivenciava seu apogeu financeiro, a situação da cidade, no que diz respeito à economia agrícola, começa a se modificar. Os efeitos causados pela construção do Valo Grande começam a se manifestar de forma significativa. O movimento da população afetada pelas enchentes, para o interior exigia a viabilização de outros meios de transportes por terra.

A população, principalmente de descendentes africanos, passa ao cultivo da banana e da mandioca como alternativa, aproveitando o período do escoamento das águas do Valo.

Ao longo do rio Ribeira e de seus principais afluentes de alto e médio curso estão localizadas aproximadamente 51 comunidades quilombolas. Essas comunidades têm sua economia baseada principalmente na agricultura de subsistência e, nos últimos anos, a produção e comercialização da banana têm possibilitado às famílias um acréscimo de renda. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2008).

Portanto, percebendo que a alternativa do cultivo da banana prosperava, algumas ações políticas voltadas ao problema das inundações centrais, por afetarem também a zona urbana, foram tomadas. Optou-se pela construção de barragens para o fechamento do canal.

A região já vinha se firmando com a plantação de banana e cultivo do chá que em 1919, foi levado para a região por Torazo Okamoto, cultivado e expandido principalmente pela colônia japonesa denominada Katsura, composta por vinte famílias, já estabelecidas na região desde 1913, no bairro Jipovura, na margem do Ribeira, conforme informa Fortes (2000, p.182).



Figura 12: Plantações na planície costeira
Fonte: Instituto socioambiental
Disponível em:
< <http://knol.google.com/k/-/24yvc8v96u0kf/ib-ribeira.jpg> >.
Acesso em: 8 mai. 2008



Figura13: Plantação de banana às margens do rio
Fonte: Instituto Socioambiental
Disponível em:
< <http://knol.google.com/kf/ibp8qb/foto-vale-do-p8qb/foto-vale-do-ribeira.jpg> >
Acesso em: 8 mai. 2008

Essa cultura, apesar de ter auxiliado o desenvolvimento agrícola de Iguape, acabou se voltando para a cidade de Registro, uma vez que nessa região o solo com melhores condições tornou-se mais promissor. Iguape perdia seu contingente nipônico para o município registrense. Nessa época, Registro, já integrado ao território iguapense, tornara-se independente. Portanto, essa ação foi mais um fator que colaborou com a decadência econômica de Iguape, pois, como explica o relatório da Secretaria de Planejamento do Estado São Paulo

Com a chegada dos imigrantes japoneses, que introduziram a cultura do chá, em Registro, o eixo econômico regional que, desde o século XVI, direcionava-se do interior para Iguape, pelo rio Ribeira, passou a se estruturar paralelamente ao litoral, de Registro para Juquiá e daí se expandiu, por via férrea, para Santos. Nesse processo, Iguape perdeu a primazia que tivera no passado e cedeu seu lugar ao município de Registro, que se tornou o centro da região, polarizando a atividade econômica e se consolidando, de maneira crescente, como área prestadora de serviços para turistas. (SÃO PAULO, 2008a).

Diante da migração do chá para Registro, além do cultivo da banana, que também começou a ser mais desenvolvido na região de Miracatu, começa a exploração do palmito. Este tipo de palmeira, principalmente da qualidade “juçara”, se estendia em abundância por todo o território iguapense, mas ao mesmo tempo, era um tipo de cultura instável, pois uma palmeira chega a demorar seis anos para chegar ao ponto de corte. Mesmo assim, esse tipo de cultura que contribuiu de forma significativa para a economia local. Fortes (2000, p.186) explica:

Da década de 1940 em diante, a lavoura da banana foi “perdendo” um pouco sua hegemonia para o extrativismo do palmito. Nas matas de Iguape e Cananéia existiam grandes aglomerações de palmeiras, principalmente a “juçara” (“*Euterpe edulis*”), que eram exploradas para o enlatamento.

Iguape chegou a obter três fábricas para enlatar palmito: a mais importante foi a Caiçara, conforme esclarece o historiador

Cerca de 40 operários viviam dos trabalhos do preparo do palmito da marca "Caiçara". Também no Paraná existiam filiais dessa firma, localizadas em Maringá, Cruzeiro do Oeste e Antonina. A fábrica de Iguape também enlatava palmito para outras companhias, como a "Cica", "Armour", "Paulete", etc. Durante o período de 1946 a 1956, a produção de palmito em Iguape cresceu significativamente. (FORTES, 2000 p.186)

Porém, o problema das enchentes causadas pelo Canal do Valo Grande continuava afetando de forma significativa, principalmente a população ribeirinha, que não conseguia se fixar durante período muito prolongado em um mesmo local.

Assim, acostumados com as perdas e danos agrícolas, muitos habitantes das zonas rurais, principalmente moradores de áreas planas, acabaram buscando outros meios de sobrevivência, relativos a uma cultura aquática. Por isso, é comum ligar o povo de Iguape à pesca.

Mesmo diante do declínio sócio-econômico, algumas iniciativas para a reconstrução da cidade fizeram-se importantes, principalmente na Educação.

Começaram a aparecer as escolas particulares, que ofereciam às famílias iguapenses opções no tocante à formação qualitativa de seus filhos, conforme explica Fortes (2000, p.188). O autor ainda declara que a França chegou a manter não só um consulado como uma escola agrícola em Iguape e assim, também outras instituições de Educação e Ensino foram se incorporando na história da cidade. Declara que "Além do ensino oficial, foram criadas em Iguape várias escolas".

Em 1930, foi fundada na cidade a Escola Normal Livre de Iguape que, conforme apresenta o historiador, "possuía ainda cursos preparatórios de farmácia e de odontologia para o ingresso em faculdades especializadas, mas teve breve existência, deixando a cidade sem qualquer tipo de ensino secundário" (FORTES, 2000, p.74).

Iguape também chegara à categoria de município de acordo com a Lei nº 2456, de 30 de dezembro de 1953, e, para comemorar esse acontecimento, houve o término da construção da igreja, outro ponto relevante da cultura iguapense, que teve início no final

do século XIX. Também, nessa década, foi elevada à condição de 'basílica'⁴, especificamente em 1956, conforme apontamentos de Pereira Jr. (2005, p.34).

2.1.9 Declínio econômico e suas consequências

Apesar das tentativas para manter-se a estabilidade econômica da cidade através do desenvolvimento de outras culturas agrícolas, Iguape assistiu à decadência do prestígio conquistado no decorrer dos três séculos anteriores.

Fortes (2000, p.93) comenta que

Após período relativamente longo de progresso e abundância, um dia veio a decadência econômica e com ela chegava ao fim o predomínio das famílias tradicionais, cuja riqueza era espalhada pela lavoura do arroz.

Contudo, alguns setores sociais que já existiam desde o início do século XIX, como a biblioteca e as escolas, ainda conseguiram firmar-se, uma vez que permanecia na cidade uma população necessitada de escolaridade, principalmente os descendentes dos comerciantes, que exigiam do Governo do Estado a manutenção da escola, assim como a conservação da biblioteca pelo próprio município, alegando ser este um fator imprescindível no auxílio da educação, como forma de preservar a cultura e o hábito de ler.

Até hoje, esses setores mantêm-se em funcionamento. Um exemplo desse fato pode ser evidenciado por meio de certas escolas multisseriadas que puderam manter-se em atividade, como no bairro de Engenhos. Ainda que a clientela se diferenciasse daquela que ali estudou em tempos mais abastados, visto que como os donos de engenho já haviam se mudado daquela região, a escola passou a atender, então, filhos de agricultores que ali permaneceram. Até nos dias atuais, ainda que tenha mudado de

⁴ Basílica é uma Igreja católica que tem certas prerrogativas honoríficas e privilégios sobre as outras, com exceção das catedrais (FERREIRA, 1989, p.68)

prédio, passado à responsabilidade do Estado e posteriormente da Prefeitura, a pequena instituição ainda sobrevive.

2.1.10 Iguape na atualidade

Atualmente, a cidade de Iguape ainda possui comunidades isoladas de povos de origens distintas, como indígenas, negros e ribeirinhos. Este fato estimula o turismo, pois, nas áreas mais altas, conforme informa a Fundação SOS Mata Atlântica(2009), é comum a habitação de comunidades indígenas, já bastante descaracterizadas pelo relacionamento de seus membros com os caiçaras e com as comunidades urbanas. Periodicamente, eles descem à beira mar para vender seus produtos aos turistas.

Esses índios, muitas vezes, são convidados para apresentações ou palestras sobre sua cultura, pelas escolas de ensino fundamental e médio. O deputado estadual Raul Marcelo esclarece que

Há também na região dez aldeias de índios Guarani, formadas por famílias pertencentes aos subgrupos Mbyá e Nandeva. A Fundação Nacional do Índio (Funai) estima que a população indígena na região tenha mais de 400 indivíduos. Os Guarani Mbyá vivem próximos ou mesmo dentro de Unidades de Conservação e nelas se relacionam com os recursos naturais de modo tradicional, pois seu padrão de economia está baseado na agricultura de subsistência (MARCELO, 2007).

O convívio de índios com outras etnias, como brancos e negros, estimulou a miscigenação e a integração cultural, apresentada nos hábitos e costumes, ou mesmo na linguagem iguapense.

Mesmo com a degradação ambiental, atualmente, Iguape é composta por quase uma centena de bairros e comunidades diversificadas, que contribuem por sua riqueza cultural.

Segundo dados do Instituto Sócio-ambiental, é no Vale do Ribeira que se concentram o maior número de comunidades remanescentes de quilombos de todo o Estado de São Paulo, além de comunidades caiçaras, índios Guarani, pescadores tradicionais e pequenos produtores rurais. Trata-se de uma diversidade cultural raramente encontrada em locais tão próximos de regiões altamente urbanizadas, como São Paulo e Curitiba. As comunidades caiçaras se concentram, sobretudo ao longo dos 140km de extensão do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, e hoje somam cerca de 80 núcleos populacionais, formados por 2.456 famílias.

2.1.11 Religiosidade popular

A diversidade cultural em Iguape atrai, atualmente, inúmeros turistas de diversas localizações, tanto brasileiras como do exterior, pois a influência européia, deixou nessa região marcas profundas da religião católica. Inúmeras festas religiosas são comemoradas na cidade. Esses eventos, principalmente os relativos ao catolicismo, dão-se devido ao fato de que em Iguape, especificamente no bairro da Icapara, foi encontrada a imagem do Bom Jesus, padroeiro local, que traz todos os anos inúmeros romeiros para a cidade, até nos tempos atuais. Collaço (1989,p. 22) aponta que “a história dessa venerada imagem, sem dúvida, é um capítulo muito importante para Iguape, a que se deve obviamente a maior difusão desse povo”.

Para Rolnik (1988, p.8), essas comemorações são politicamente importantes. A autora explica que “desde sua origem, como local cerimonial, é na cidade também que se localizam os deuses capazes de garantir o domínio sobre o território e a possibilidade de gestão de vida coletiva”.

A imagem encontrada em 1647 saiu em procissão até 1946, mas, por motivos de segurança, foi colocada definitivamente na basílica, por onde passam milhares de romeiros e turistas, transformando, então, a cidade como centro de peregrinação.



Figura 14: Procissão de Bom Jesus de Iguape

Fonte: História da cidade de Iguape

Disponível em:

<<http://files.myopera.com/perfeito/albums/477526/Iguape%20>>.

Acesso em: 8 out.2009.

Assim, o mês de agosto, época em que se homenageia o santo, conforme apresenta a foto, é esperado com ansiedade pelo povo de Iguape, pois é o principal momento em que a economia do município entra em alta.

A festa popular religiosa em louvor ao Senhor Bom Jesus e a Nossa Senhora das Neves, conhecida por Festa de Agosto, acontece todos os anos de 28 de julho a 6 de agosto, com missas, novenas, palestras, procissões, shows e a feira, onde são concentradas centenas de barracas que vendem os mais diversificados artigos de vestuário e gastronomia a artesanato. (PEREIRA JR., 2005, p.31)

A “Gruta do Senhor” também é marco da fé iguapensen e atrai religiosos. Estes retiram lascas da pedra que constitui a gruta, pois acreditam que essa ação lhes trará longa vida. Não se preocupam em degradar o local, uma vez que a regeneração deste mineral se dá no mesmo momento. Acrescenta o autor que

por mais que retirem lascas dessa pedra, ela continua do mesmo tamanho, e, se colocada uma dessas lascas em um copo d’água ou num filtro, ela, além dos poderes medicinais que dá ao líquido, cresce continuamente, (PEREIRA JR., 2005, p.78).

A influência da crença indígenas faz-se presente pelas lendas sobre os lugares mais visitados tanto pelo próprio povo, quanto por turistas, como a Fonte da Saudade, localizada junto ao Morro do Espia, local que marca a saudade de uma índia pelo pai.

O tucano de Ouro, a Pedra da Paixão, o Choro dos Pagãos, o Cavalo do Valo Grande são algumas das histórias que eternizam o folclore da cidade, assim como as festas da Marujada, Fandango e a Folia de Reis, tão importantes principalmente para aqueles que, no cotidiano, vivem na condição de submissão. Nessas ocasiões de comemorações ou festividades, o trabalhador da zona rural integra-se à sociedade urbana, e por momentos, as classes parecem se unir e voltar a um único objetivo de comemorar, ainda que a divisão de classe esteja visível, seja no vestuário, no vocabulário, nas ações de um modo geral.

Rolnik (1988, p.24) aponta a relevância destes eventos:

Nestes momentos, assim como o carnaval ou as festas religiosas, as muralhas invisíveis que regulam a cidade, mantendo cada coisa em seu lugar e comprimindo a multidão do dia-a-dia, se salientam pela ausência. Quando o território da opressão vira cenário de festa, é a comunidade urbana que se manifesta como é: com suas divisões, hierarquias e conflitos, assim como com suas solidariedades e alianças.

Na hora do rito, isso vem à tona; mas no dia-a-dia tudo isso está presente, subjacente, nos gestos e palavras cotidianas dos habitantes da cidade.

Além das festas, o turismo de Iguape também é estimulado pela riqueza natural. Algumas localidades que se destacam pela diversidade da fauna e flora, que segundo dados da Prefeitura do município, são:

lagamar e imagem do Cristo no alto; Mirante da Pedra Lisa, Mirante do Morro do Rolim do Pontal; Mirante do Farol do Outeiro do Bacharel, 3 km do centro, Bairro Pontal do Icapara, com vista do "Lagamar". Serra: Serra da Juréia, Serra do Despraiado e Serra do Biguá; Praias do Leste, Icapara, da Barra do Ribeira (20 km do centro, ao norte), da Juréia na EEJI (ao norte da praia da Barra do Ribeira; Manguezais: Sete Belo, Tiatan das Acácias, Regatos da Baixada, Icapara, Toca do Bugio, Itapema e Ilha Grande; Baías e enseadas: Enseada do Remanso e Toca do Bugio; Barras e rios: Barra do Icapara, Barra do Ribeira e Barra do Una

Dunas: da praia do Leste, Juréia e Prelado; Grutas e cavernas: caverna do Ódio e do Josito (Juréia); Ilhas e arquipélagos: Lagoa do Suamirim, Momuna, Carvalho e Sapocoitava; Rios: Peroupava, Ribeira do Iguape, de Una, Comprido e das Pedras; Lagos e Lagoas: Lagoa do Carvalho, do Momuna, do Suamirim e Lago do Itacolomin Nascentes: Fonte do Senhor, Fonte da Saudade, Fonte do Itaguá, Juréia, Boiguara, Despraiado, Guilherme e Biguá; Praias de rio: Sete Belo, Ilha Grande e Icapara; Cachoeiras: Cachoeira do Biguá; Trilhas ecológicas: Vila Alegria para rio Suarimim, 13km do centro 1500 m de trilha e 525m em passarela de madeira sobre o mangue. (IGUAPE, SP, 2008).

Diante de toda essa riqueza ecológica que tanto estimula o turismo, a região foi tombada como Patrimônio de Reserva Natural da Humanidade, conforme declara a Secretaria da Economia e Planejamento de São Paulo:

Diferentes ecossistemas formam ali o maior patrimônio de cobertura vegetal preservada do Estado. Grande parte do território é coberto pela Mata Atlântica, protegida por parques, reservas e áreas de proteção ambiental. Em função disso, a Unesco concedeu ao Vale do Ribeira, que abrange municípios da região, além de outros na RA (Região Administrativa) de Sorocaba, o certificado de patrimônio de Reserva Natural da Humanidade. (SÃO PAULO, 2008b, p.2,).

Esta ação governamental relacionada à preservação dá-se, também, devido ao alto interesse de especulação imobiliária após a valorização da região com a construções e, posteriormente, modernização da Rodovia Régis Bittencourt, uma das estradas mais importantes do país. O mesmo órgão oficial explica que

A Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que liga São Paulo a Curitiba e corta a região longitudinalmente, estrutura seu sistema de transportes, constituindo-se rota em direção ao sul do país e ao Mercosul. A construção da Régis Bittencourt provocou modificações na forma de ocupação da região, com a área costeira de Iguape e Cananéia passando por intensa valorização imobiliária, ligada ao lazer e turismo. Há uma ferrovia operando para o transporte de minerais (SÃO PAULO, Estado, 2008b, p.2).

Mediante tal empreendimento, o acesso a Iguape foi facilitado, o que aparentemente parecia satisfatório para a reestruturação econômica da cidade, mas não auxiliou diretamente a população carente.

Ainda do ponto de vista econômico, as grandes obras, assim como a construção da infra-estrutura pública, representam uma oportunidade importantíssima para o capital aplicado da área da construção na medida em que abrem frentes de investimento para as empresas do setor. É por isso que os interesses das empreiteiras e do capital imobiliário são peças importantes no jogo de poder urbano na cidade do capital (ROLNIK, 2008, p.65).

Se por um lado a estrada colaborou com a preservação do meio, paralelamente, acabou por impedir a permanência do homem em certas regiões de Iguape com áreas de reserva ambiental. Logo, a falta de planejamento e consideração sobre a situação de sobrevivência do povo ribeirinho, fez com que muitas comunidades não pudessem estabelecer-se nessas localidades, sendo obrigadas a buscar outros lugares para residir. Rocha e Foresti, indicam que

Deve-se entender como desenho urbano segundo Del Rio (1997) um campo disciplinar que trata a dimensão físico-ambiental da cidade, enquanto conjunto de sistemas físico-espaciais e sistemas de atividades que interagem com a população através de suas vivências e ações cotidianas. Trata-se da produção e apropriação do meio ambiente construído, processos que são permeados pela dimensão temporal. Fazendo parte do processo normativo e regulador do planejamento da cidade (CORRÊA apud ROCHA; FORESTI, 1998, p.11)

Por esses motivos e com as enchentes que ocorreram em 1983, muitos ribeirinhos deixaram suas terras e buscaram a zona urbana, instalando-se no bairro do Rocio, à margem do Rio Ribeira, contrária à zona comercial.

Henry Lefebvre (1969, p.10) explica essa ação apontando ser ela comum em cidades localizadas na América do Sul e África, devido à pobreza. O autor declara que “nessas regiões e países, as antigas estruturas agrárias se dissolvem; camponeses sem

posses ou arruinados afluem para as cidades a fim de nelas encontrar trabalho e subsistência.”

Por esse fato, pode-se perceber que o povo mais carente do município não consegue manter-se instalado por muito tempo em um mesmo local, o que quebra, principalmente, suas estruturas social, econômica e política, se assim, como esclarece Rolnik (1988, p.66), ficar entendido que ser habitante é também participar da vida pública, ainda que esta participação seja de cumprimento de regras, ou mesmo de submissão às normas estabelecidas. A cidade compreende a organização espacial, social, econômica, e esta organização é política. A mesma autora esclarece este fenômeno quando conceitua a cidade como

(...) fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza.
Ela nasce com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza: para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território.

O bairro do Rocio pode ter sido escolhido como moradia daqueles que buscavam espaço para estabelecer moradias, uma vez que não tinham condições de habitar no centro urbano de Iguape devido ao alto valor dos imóveis.

Assim, como não atendia as expectativas da classe superior, o bairro foi praticamente ignorado, levando seus habitantes a enfrentar grandes problemas, conforme aponta pesquisa feita pela secretaria Estadual da Saúde:

Na orla litorânea está sediada a cidade de Iguape, com um núcleo central de feições urbanas, separado por um canal artificial, que ligava o rio Ribeira de Iguape ao mar, de um bairro periférico, Rocio, que deu o nome ao arbovírus a que se atribui a responsabilidade pela recente epidemia de encefalite. Este bairro, com seu casario pobre e ainda esparso, ruas sem calçamento, vegetação predominante de gramíneas e de pequenos arbustos nos terrenos não ocupados, tem um aspecto rural (IVERSSON, 1983).

Como se pode observar na citação abaixo, o bairro acabou se expandindo de forma descontrolada, o que acarretou grandes problemas, inclusive pela escassez de saneamento.

Nas duas últimas décadas, no entanto, vem se acentuando a ocupação da área, intensificando-se os investimentos turísticos e a migração do campo para a cidade o que provocou uma ocupação desordenada do espaço urbano, trazendo consigo diversos problemas ambientais, como a contaminação de corpos d'água por deficiência de saneamento básico etc (ROCHA; FORESTI, 1988).

As imagens apresentadas a seguir, extraídas da Revista de Saúde Pública, ajudam na visualização da realidade contrastante que acontece entre as duas margens do rio.

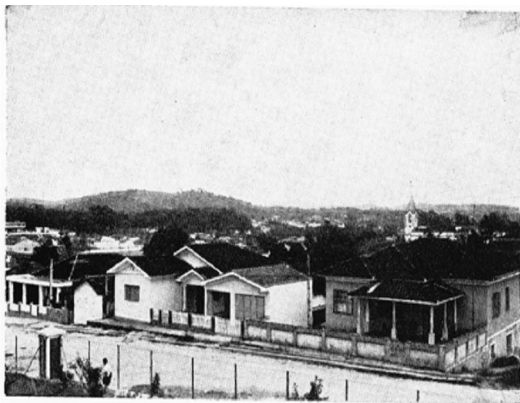


Fig. 1 — Zona urbana de Iguape observando-se a presença de mata no limite da cidade.

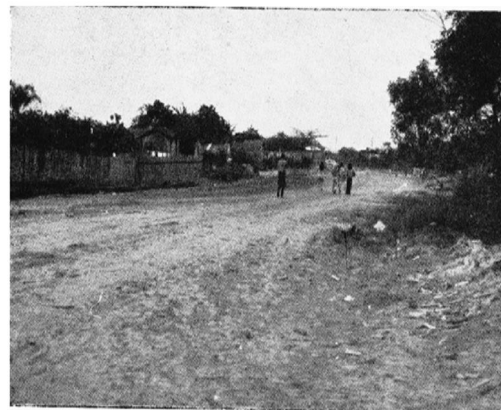


Fig. 2 — Aspecto de uma rua no Bairro do Rocio, município de Iguape.

Figura 15: Centro Urbano

Fonte: Iversson, 1983

Disponível em:< <http://www.scielo.br/scielo.>>

Acesso em: 18 mar.2008

Figura 16: Bairro do Rocio

Fonte: Iversson, 1983

Disponível em:< <http://www.scielo.br/scielo.>>

Acesso em: 18 mar.2008

Para que os habitantes pudessem atravessar do Rocio para o centro, ou vice-versa, era necessário o uso de canoas. Esses transportes foram substituídos por uma

pequena balsa , “ferryboat”. Porém somente em 1986, conforme esclarece Pereira Jr. (2005, p.83) é que a passarela que liga o centro àquele bairro foi construída, fato que auxiliou de forma relevante a vida prática e econômica dos habitantes carentes do Rocio.

Dizem que a historia do Rocio pode ser dividida em antes e depois da passarela, tamanha a importância àquele bairro. (...) Após o encerramento dos serviços de balsas no Valo Grande, a travessia de pedestres era feita em catraias (tipo de embarcação) em que eram cobradas tarifas pela travessia, sacrificando economicamente a população. (PEREIRA JR., 2005, p.83).

Portanto, se de um lado do Rio Ribeira há um centro urbano, com infraestrutura adequada para atender a seus cidadãos, e que parece preservar, através da arquitetura colonial, os mesmos valores da burguesia que habitou Iguape em seu período mais rico, na margem oposta, a realidade é claramente contrária, pois evidencia o declínio e degradação do homem de baixa renda e seu meio.

Segundo Corrêa (1989), o uso do solo apresenta-se como uma expressão das relações sócio econômicas do território, que revelam a apropriação da natureza pelo homem e as alterações impostas à ela. Portanto, a falta de diretrizes que condicionam a ocupação e o uso do solo urbano e conseqüentemente o desenho urbano de Iguape, podem trazer problemas em muitos casos irreversíveis ao ambiente. (Corrêa apud ROCHA; FORESTI,1998, p.11)

Outros bairros onde se estabelecem os trabalhadores da cidade também enfrentam o descaso das autoridades responsáveis pelo município, como o caso da Barra do Ribeira. Conforme demonstrado no blog de Fortes,

(...) o "Jornal da Juréia", nº 19 (janeiro/fevereiro/março/2005), da Associação Eco Juréia, publicou instigante matéria sobre o abandono em que se encontra a Barra do Ribeira, principal balneário do município de Iguape. Entre os problemas elencados, foram citados: a precariedade da Estrada Municipal, que liga o centro da cidade ao bairro; o Posto de Saúde, que funciona precariamente, com o atendimento médico restrito a alguns dias da semana; a falta de água potável

durante a temporada e feriados; a sujeira trazida pelo Rio Ribeira, que suja a Praia da Juréia, e ali permanece até a próxima maré; o mato pelas ruas; a falta de banheiros e sanitários públicos na praia; as ruas esburacadas, entre outros (JORNAL DA JURÉIA apud FORTES, 2008).

É de se notar que a pouca estrutura do Rocio aponta para uma divisão das classes sociais, principalmente quando comparada ao centro, onde ainda estão presentes as fortes marcas de passado economicamente próspero. Lefebvre (1969, p.12) explica que “esses núcleos resistem ao se transformarem. Continuam a ser centros de intensa vida urbana. As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção”.

Assim, os órgãos dirigentes do município, preocupados em manter vivo o semblante da prosperidade central, parece que pouco se preocuparam em restituir a dignidade dos agricultores, ou demais trabalhadores, separando-os dos mais abastados não só pelas condições precárias de vida, mas também por um acidente geográfico: um rio.



Figura 17: Centro urbano e periferia divididos pelo Rio Ribeira

Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica

Disponível em: < <http://www.strallos.com.br/eco/fotos/iguape01.jpg>>.

Acesso em: 18 mar.2008

Como já dito, para o povo mais carente que mora no Rocio chegar ao centro comercial, à rodoviária, hospital, basílica, é necessário atravessar o Ribeira. Assim, a centralização do poder mantém-se resguardada, como esclarece Rolnik (1988, p.51).

O que vai caracterizar esta cidade dividida é, por um lado, a privatização da vida burguesa e, por outro, o contraste existente entre este território do poder e do dinheiro e o território popular. A questão de segregação ganha sob este ponto de vista um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano. Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Por isso deve ser, no mínimo evitado. Por outro lado, o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade.

A citação anterior se esclarece diante da exposição de Fortes (2000), quando este comenta sobre os problemas sérios que enfrenta a população ribeirinha, principalmente no que se refere à higiene. Através da planta denominada “braquiária” pôde-se concluir que há presença de “fósforo” nas águas do Ribeira. Este fato se dá devido à atividade agrícola e também denuncia o descarte de esgoto no canal.

Analisando todos estes fatores que englobam progresso e degradação, há de se perceber que, se no século XVIII a ação comercial estimulou a fluidez do capital e o crescimento econômico na ânsia de lucro imediato, esta não previu o prejuízo que estaria por vir. A cidade, que chegou a ocupar posição de destaque no mercado europeu como exportadora de arroz, pôde assistir em pouco mais de um século a própria decadência, seja econômica, social ou mesmo afetiva, uma vez que muitos iguapenses não conseguem constituir laços estreitos com a terra ou com sua comunidade, por terem de abandoná-las constantemente devido às inundações.

[...] Iguape fica na região mais pobre do estado de São Paulo, o Vale do Ribeira (a população economicamente ativa da região é de 20%) e dentro da maior área de preservação da Mata Atlântica. (VALE ..., 2008)

Assim, a classe média iguapense vive nos tempos atuais, principalmente de cargos públicos, mas a comunidade, em geral, conta com o turismo como apoio econômico devido à riqueza histórica, as diversidades culturais e amplitude da fauna e flora existente na região.

Segundo dados da Secretaria da Economia e do Planejamento de São Paulo, em Iguape, hoje, o turismo, a pesca e a agricultura são suas fontes básicas de economia, principalmente no que se pode usufruir do ambiente marinho, uma vez que a localização da cidade possui extensa faixa litorânea.

A região tem na agropecuária, na agroindústria, na mineração e no turismo os principais segmentos de sua economia. Sua grande reserva ambiental exige, mais do que em qualquer outra parte do Estado de São Paulo, a estruturação de atividades compatíveis com a preservação ambiental. A agricultura e a pesca têm grande destaque na economia regional. A principal cultura é a banana, mas são importantes, também, chá, hortaliças, cebola, alho, pupunha, palmeira real, plantas ornamentais e medicinais (SÃO PAULO, 2008b).

Com esse quadro sócio-econômico, entende-se que a cidade possui boa parte da população também em regiões rurais, compostas por pequenas comunidades, geralmente distantes umas das outras, com baixo número de habitantes.

Essa situação justifica a não criação de escolas seriadas, uma vez que não há número suficiente de crianças em idade escolar nessas regiões, situadas às margens da rodovia Pref. Casimiro Teixeira, que liga a cidade de Miracatu a Iguape, ou mesmo a alguns quilômetros desta pista.

Essa rodovia é essencial para a locomoção destas comunidades distantes, conforme apresenta o mapa do local, mas torna-se intransitável nos períodos chuvosos, devido às enchentes.



Rod. Pref. Casimiro Teixeira (verde)

Figura 18: Rod. Pref. Casimiro Teixeira

Fonte: Mapa Rodoviário

Disponível em: <http://lh4.ggpht.com/JulioSilva.Writer/RzD_29jY9DI/AAAAAAAAArw/4NQClrs0API/s800/mapa2.bmp>

Acesso em: 18 mar. 2008

Essa rodovia pode explicar o motivo de existir, em Iguape, uma quantidade significativa de escolas multisseriadas, localizadas nos bairros mais distantes do centro urbano.

Rolnik (1988,p.61) incita para a reflexão de que “a construção de instituições fechadas e isoladas procura confinar, sob vigilância permanente, uma população marginal, que desafia e ameaça a fluidez da máquina cidade”.

Logo, pode-se concluir, pela existência de escolas tão distantes, que um dos fatores que mais se contrapõem entre os habitantes de Iguape, é a questão educacional. Esse setor social se dispõe de forma relevantemente contrastante, que se justifica por ter sido o município contemplado com um dos primeiros grupos escolares, como já citado, a Escola Vaz Caminha, (antes dividida em dois prédios, um para meninos e outro para meninas), e que passou a funcionar em vultosa construção, que até os dias de hoje mantém-se preservada ainda como estabelecimento de ensino.



Figura 19: Grupo escolar de Iguape

Fonte: Memorial da Educação

Disponível em:

< http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1825-1896/1894_Grupo_Escolar_de_Iguape.pdf>.

Acesso em: 18 mar. 2008.



Figura 20: EM Vaz Caminha

Fonte: Dados de Pesquisa

Essa escola, justamente por estar em zona central, não é capaz de atender a toda população. Assim, para dar sequência ao ensino fundamental e médio, outras instituições, foram fundadas, atendendo à Escola Vaz Caminha apenas o 1º ciclo do ensino fundamental. Estas escolas, - que não foram objeto deste trabalho -, também se localizam no centro da cidade e, ainda que não obedeçam a uma arquitetura colonial, buscaram manter a estrutura e a forma da primeira escola de Iguape, porém, com significativa diferença: o atendimento aos alunos provenientes da zona rural.

Atualmente, conforme informe da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, há, em Iguape, 47 registros de escolas em funcionamento.

Estes estudantes, até então, viviam sob uma educação extremamente distinta, adequada às escolas rurais, compostas por salas multisseriadas, existentes em seus bairros, instituições com organização bastante semelhante às escolas isoladas do período imperial.

Como exemplo, apresentam-se os bairros de Povoá, Pé da Serra e Costão do Despraiado, onde estão situadas três destas unidades escolares multisseriadas que, como esclarece pesquisa feita pelo setor da Saúde, estão

[...] a 43 e 45 km da cidade de Iguape, próximas à rodovia Biguá-Iguape, a uma altitude de 100m do nível do mar, em zona com ampla predominância de florestas. A terceira escola, (Costão do Despraiado), localizada a 78km de Iguape e a 33 da mesma rodovia por uma pequena estrada não pavimentada e não transitável na época de chuvas, está construída em um espaço aberto em mata densa. Os alunos moram junto ao local ou até a uma distância de 30 minutos de caminhada, em casas situadas dentro da área florestal. (IVERSSON,1983, p.424-425).

Para melhor compreensão sobre o impacto causado no processo ensino-aprendizagem dessas crianças da região agrícola, cabe explicar o que são as escolas multisseriadas.

3 DEFINIÇÃO DE ESCOLAS MULTISSERIADAS

Para se falar sobre escolas multisseriadas, há necessidade de se compreender o que originou tais instituições, pois não cabe desvincular a Educação de outros fatores partes da sociedade, como a economia, política, saúde, valor cultural, questões ambientais.

A primeira Constituição brasileira surgiu em período próximo à Independência do país, em 1824. Em 15 de outubro de 1827, foi promulgada a primeira lei orgânica para o ensino brasileiro, que estabelecia, com a Carta de Lei, pela qual o imperador manda executar o decreto da Assembléia Geral Legislativa, no artigo 1º, que *“Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.”* Apesar das linhas gerais em que se encontrava a proposta educacional da época, ainda ficou esclarecido nos artigos 5º e 6º que

Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais. Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL, 2008a).

Em 1834, houve o Ato Adicional, onde constaram 32 artigos relativos à Educação, conforme lei nº16 de 12/08/1834 (Brasil, 2008b). O capítulo V da Constituição de 1924 definia as atribuições dos Conselhos Gerais das províncias. Com o Ato Adicional, houve dissolução desses Conselhos e foram criadas Assembléias Legislativas Provinciais, as quais adotaram o poder para legislar sobre os setores econômicos, educacionais, jurídicos, entre outros seguimentos administrativos.

Especificamente sobre Educação, o artigo 10º, parágrafo 2º, estabelece que caberia à Assembléia Provincial legislar

sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral. (NOGUEIRA, 2001, p. 108).

Assim, a assembléia da província tinha total autonomia para organizar e definir as normas referentes à educação, conforme estabelecia a Lei n. 40, de 3 de outubro de 1834, artigo 1º, do qual estipula que: “o presidente da província é a primeira autoridade dela. Todos os que nela se acharem lhe serão subordinados, seja qual for sua classe ou graduação”. (BRASIL, 2008c).

Portanto, as instituições de ensino eram organizadas diante do aval do presidente da província em Conselho, salvo aquelas situadas onde estivesse a Corte que, conforme o Artigo 16, da mesma Lei “pertencem ao Ministro do Império, o que nas outras se incumbe aos Presidentes.”

Faria Filho (2000, p.29), declara que, até o início do século XX, fundar uma escola isolada não constituía grandes problemas, que bastava ser feito, “um levantamento do número de crianças em idade escolar residente na região” para que os governantes concedessem uma cadeira na instrução primária”. Essa concessão, segundo explica o autor, também dependia do “interesse das autoridades estaduais em prestigiar uma certa região ou pessoa quanto da pressão exercida pelos interessados, principalmente pelas famílias”

Uma vez autorizada a criação da pequena instituição primária, esta poderia passar a funcionar em sala cedida por algum morador da comunidade, ou mesmo na casa de um professor, onde, continua Faria Filho, “alunos podiam permanecer ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso primário.” ou seja, classes multisseriadas, atendidas por um único docente, ainda que tenha sido mantido o Artigo 5º do Decreto-Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, o prédio escolar deveria ser de responsabilidade da Fazenda Pública, conforme já citado. Contudo, observa-se que o Estado considerava somente a

fiscalização do ensino e o salário do professor, respeitando o estipulado no artigo 14, da mesma Constituição:

Os provimentos dos Professores e Mestres serão vitalícios; mas os Presidentes em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas, os poderão suspender e só por sentenças serão demitidos, provendo interinamente quem substitua (BRASIL, 2008d).

A falta de comprometimento pedagógico, a inexperiência profissional, uma vez que os professores nem sempre eram titulados, ou ainda estagiários, assim como a escassez de material didático e mobiliário, colaboravam de forma significativa com a baixa qualidade de ensino.

Esse pouco comprometimento com a educação primária dificultava consideravelmente a análise do processo ensino-aprendizagem, assim como não apresentava controle da frequência discente, uma vez que os professores necessitavam de um número de 40 alunos na zona rural, para manter a escola em atividade e garantir a cadeira. Por esse motivo, como o próprio docente era quem efetuava a estatística escolar, segundo Faria Filho (2000, p.30), esta estava sujeita a todo tipo de fraude.

Foi no período de transição do Império para a República que esse novo sistema de governo buscou consolidar uma educação primária voltada ao progresso e que estivesse de acordo com os interesses sócio-econômicos e políticos da época, decidindo remodelar a educação, distanciando-a definitivamente da organização do período imperial. O autor explica que

o crescente movimento em defesa da instrução como via de integração do povo à nação e ao mercado de trabalho assalariado, que se viu sobremaneira fortalecido com a proclamação da República e com a abolição do trabalho escravo, significou também um momento crucial de produção da necessidade de re fundar a escola pública.

De acordo com essa ótica inovadora, a estrutura pedagógica continuou no caminho dos interesses da classe dominante, que visava, principalmente, ao controle do proletariado, uma vez que no país iniciava-se o processo de industrialização. Então, explica Faria Filho (p.31), buscou-se “moldar as práticas, os ritos, os símbolos escolares, produzindo e expressando, no mesmo movimento, uma nova identidade para os profissionais que se ocupavam da instrução primária”.

Parecem lógicas, então, as mudanças que deveriam ocorrer nas pequenas classes isoladas, que necessitavam “desaparecer” em prol à modernização republicana, dando lugar a instituições formadas por classes coletivas, situadas em locais apropriados, o que facilitaria principalmente a fiscalização e o controle: nascem os primeiros grupos escolares, “criados e instalados em prédios próprios construídos pelo Estado” (SOUZA, 1998, p.57).

Nesse momento, o crescimento das instituições de educação da zona urbana sobrepõe-se consideravelmente às escolas rurais, o que gerou enormes gastos ao Estado, motivando, assim, as primeiras medidas de reforma que, segundo Souza (1998, p.55), entre 1890-1896, levaram o ensino primário a se dividir em dois cursos. Um deveria ser “ministrado em diferentes tipos de escolas conforme a habilitação dos professores: escolas preliminares (posteriormente denominadas escolas isoladas), grupos escolares, escolas intermediárias, escolas ambulantes e escolas noturnas “), o outro, escolas complementares.

Assim, esclarece-se que as escolas isoladas mantinham-se caracterizadas pelo ensino primário – correspondente, hoje, ao ciclo I do Ensino Fundamental. Souza acrescenta que

a política de educação popular orientou-se pela distinção e o atendimento diversificado conforme clientelas determinadas. Logo, em 1909, a Lei 1185, de 16/12/1909, classificou as escolas isoladas em urbanas e rurais...” (p.57),

Nas escolas rurais, o curso preliminar, segundo a Lei 1579, de 15/12/1917, deveria durar dois anos, enquanto nas escolas urbanas o curso primário deveria ser completo, ocupando tempo de quatro anos, conforme aponta Souza (2000). Essa

disparidade educacional foi totalmente contrária à idéia da democratização da Educação, pois, como declara a autora,

as escolas isoladas, em certo sentido, foram as herdeiras das antigas escolas de primeiras letras do Império. Uma escola medíocre e empobrecida, um arremedo provisório (permanente) de escola primária, especialmente em zonas rurais. (p, 63)

Talvez, essa citação explique-se no sentido de que as instituições da zona rural ainda mantinham o caráter multisseriado, com propósitos exclusivos de alfabetização, pois

o programa mais próprio para estes centros atrasados, e por isso mais pobres, deve ser o mais resumido possível. O professor tratará de alfabetizar as crianças dando aulas para o maior número que comportar a sala, ou subdividindo-as, mesmo em duas turmas se for necessário. (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1918:772 (apud SOUZA, 2000, p.63)

Já nos grupos escolares urbanos, ocorria regime de seriação, com a finalidade de atingir a educação de massas e, como acrescenta Faria Filho (2000, p.37),

a racionalização e a divisão do trabalho, a disciplina e o controle do trabalhador, a complexificação do mundo do trabalho e a desqualificação do trabalho individual tanto criaram quanto foram criação da moderna escola brasileira.

Uma vez que se voltava às exigências fabris, as escolas isoladas ou rurais, com salas multisseriadas, onde crianças de ambos os sexos e diversas idades estudavam sob a orientação de um só professor, poderia então, simbolizar a preparação de um conjunto de pessoas que se destinariam ao trabalho na lavoura, onde plantar e colher em grande escala não exige saber científico, nem distinção de trabalho, uma vez que tanto homens como mulheres, crianças e velhos poderiam exercer a mesma função, sob a

fiscalização de um só administrador, que poderia ser um capataz, ou mesmo o dono das terras a serem cultivadas.

Também os professores não se mostravam muito interessados em ministrar aulas nessas escolas, devido à baixa remuneração comparando ao salário dos docentes das escolas urbanas, assim como pelo difícil acesso às regiões rurais, as condições precárias dos estabelecimentos e o grande número de evasões, uma vez que muitas crianças davam sua contribuição no trabalho agrícola, principalmente durante o período de plantio e colheita.

Todos esses aspectos serviram de justificativa para o não desenvolvimento de uma política educacional para essas escolas rurais.

Nas áreas rurais eram grandes as dificuldades para a expansão do ensino – a difusão da população no território do Estado, as condições de trabalho no campo – a rotatividade da mão de obra, os custos elevados de manutenção efetiva de escolas rurais – elevada quantia de escolas necessárias para atender toda a população, ausência de casa para o professor residir. (SOUZA, 2000, p.63).

Apesar de todas as dificuldades pelas quais as escolas rurais passavam, isoladas da atenção dos profissionais da educação, das propostas pedagógicas e investimentos governamentais, esses estabelecimentos de ensino continuaram presentes nas localidades afastadas dos centros urbanos, conquistando, aos poucos pequenas inovações ou meras alterações em sua estrutura não apenas física como pedagógica e, principalmente, sobre os ideais político-sociais, pois a mobilização industrial exigia cada vez mais uma nova concepção educacional e de valores sócio culturais.

Em 1920, a reforma de Sampaio Dória direcionou a Educação para novos métodos de ensino. Também, no decorrer dessa década e na posterior, outras manifestações fizeram-se valer sobre as reformas na Educação. Em 1932 essas alterações ficaram presentes na

IV Conferência, em cujos debates se levantou a idéia de uma declaração de princípios e de um programa de política educacional; o manifesto dos pioneiros

de educação nova, lançado logo depois, em 1932, e a V Conferência Nacional de Educação que se reuniu em Niterói, nos últimos dias desse ano, e foi a mais notável das que se realizaram por iniciativa da Associação Brasileira de Educação, constituíram, sem dúvida, o ponto culminante da grande campanha, iniciada com a reforma de 1928, pela renovação pedagógica e por uma política escolar de caráter nacional, nas linhas gerais de seu plano e nos seus objetivos essenciais. (AZEVEDO,1937, p.669).

Porém, no que diz respeito à zona rural, essa modernização educacional não ocorreu com tanta velocidade. Assim, nessas condições, o número de crianças que não participava da vida escolar tendia a aumentar, acompanhando o desenvolvimento da agricultura, que se estendia cada vez mais distante da região central.

Nas poucas escolas que atendiam a zona rural, o espírito de diferenças pedagógicas entre zonas urbana e periférica mantinha-se intacto, como exposto no Artigo 147 do capítulo I do decreto 17698/47, da Constituição do Estado, relativo à escola primária em geral, quando define que esta deva se organizar de maneira a poder “servir às necessidades peculiares do meio imediato e do grupo social o qual pertence, e em que deve interagir”. Essa mesma idéia tem continuidade no Artigo 194, do mesmo decreto, que em parágrafo único estabelece que

nas granjas escolares, o professor com auxílio dos alunos e, eventualmente, dos pais, organizará trabalhos práticos de cultura, criação, pesca, indústrias rudimentares e outras atividades rurais destinando-se o lucro à escola. (BRASIL, 2008e).

Em 1955, conforme a Lei 3306, de 27 de dezembro de 1955 (Brasil, 2008f), usou-se a denominação de '**escolas isoladas**' àquelas instituições que atendessem a um mínimo de 30 alunos estabelecidos a 2 km do centro urbano de um município, ou mesmo que funcionasse a 30 km da sede de distrito, neste caso, com autorização para atender a um número não menor que 15 estudantes. Nesse momento, essas escolas situadas na zona rural não atendiam ainda a alunos de 4^a série.

Sob essa concepção de necessidade de uma nova Educação, através da Portaria n. 84, de 13 de novembro 1956, pôde-se notar uma certa preocupação com a escola

rural, quanto ao regulamento dos serviços de Assistência Técnica de Ensino Rural, compreendido em cinco setores:

O 1º como Secretaria de Assistência, o 2º orientação e fiscalização, 3º suprimento de material, o 4º planejamento e orientação pedagógica do ensino ruralizado, o 5º contemplava as atividades educativas, cursos de férias e especialização. (BRASIL, 2008g).

Todos esses setores ficaram sob supervisão e fiscalização de um Inspetor de Ensino Rural, ou de um diretor de Grupo Escolar Rural, que teria como função:

- a) enviar mensalmente relatórios circunstanciados das visitas feitas às escolas típicas e grupos escolares rurais; b) propor ao assistente Técnico de Ensino, por intermédio da chefia do 2º setor, a criação, conversão, supressão de classes de grupos escolares rurais e escolas típicas; c) manter em dia o questionário do ensino rural, para fins de pesquisas e providências a serem tomadas por parte da Assistência Técnica do Ensino Rural – o questionário abrange os seguintes dados: I Sobre o prédio; II Sobre o terreno; III Sobre as atividades agrícolas; IV sobre as atividades sociais e assistenciais da escola; V sobre material escolar; VI Sobre a professora.

Considerando a demanda de crianças fora da escola, em 5 de fevereiro 1957, a Lei n. 3783 estabeleceu a criação de escolas de emergência, que para funcionar dependeriam da proposta de um Delegado Regional de Ensino e do parecer do Diretor Geral do Departamento de Educação. O parágrafo 1, indica a localização dessas escolas:

- a) em lugares de acesso e condições de permanência de professor particularmente difíceis; b) onde a matrícula não alcançar os mínimos regulamentares ou for duvidosa a possibilidade de permanência desses mínimos; c) Onde as instalações oferecidas não reunirem os requisitos mínimos regulamentares. (BRASIL, 2008, h).

No entanto, o professor que fosse designado `ministrar aulas nessas escolas rurais, conforme a Lei 5277, de 15 de janeiro de 1959, (Brasil, 2008i), teria acrescido 1/5 do tempo de serviço prestado como professor primário.

A ideia que se tem é que as ações relativas à educação rural naquela época, pareciam não estimular que as mesmas funcionassem.

Em 16 de agosto de 1960, a Lei 5822 (Brasil, 2008j) acrescentou algumas considerações sobre essas escolas, como o mínimo de quinze alunos para a garantia de funcionamento, e um espaço mínimo de 1m² por aluno no estabelecimento, que poderia ser do Estado ou cedido gratuitamente.

Quanto aos professores, estes seguiram critério de classificação como os docentes das escolas urbanas, porém, não teriam direitos a faltas ou licenças com vencimentos, salvo por motivos de saúde, conforme artigo 18 da mesma Lei. Os mesmos só teriam direito às férias de verão se cumprissem cem (100) dias na mesma unidade rural.

Diante do grande número de matrículas, a falta de recursos para sustentar a abertura de mais escolas ou salas foi fator relevante para que se repensasse sobre a obrigatoriedade escolar. O parágrafo único do Artigo 148, da lei 5822, isentava os alunos de freqüentar a escola, quando residissem a mais de dois quilômetros desta.

Nesse caso, há de se entender que a maioria das crianças que vivia a tal distância do estabelecimento escolar, provavelmente não tivesse condições de utilizar transportes, o que leva a crer que pertencesse a um meio rural de baixa renda, ou seja, poderia ser proveniente de famílias carentes, de trabalhadores agrícolas, mas que ainda que possuísse recursos para a locomoção à área urbana, deveria priorizar as escolas mais próximas de suas residências, conforme segue nota do Decreto n. 41.068, de 27 de novembro de 1962 (Brasil, 2008k).

Dessa forma, para que não houvesse necessidade do deslocamento dos alunos que quisessem dar continuidade aos estudos, também ficou estabelecida, no mesmo ano, a abertura da 4^a série, conforme a Lei 6984/62 (Brasil, 2008l).

Outra peculiaridade dessas escolas isoladas ou de emergência está relacionada ao sexo do professor, pois, nas escolas urbanas, os valores morais buscavam a separação entre meninos e meninas, onde aqueles tinham homens como professores, e

estas, mulheres. Nas escolas rurais, não havia esse rigor, uma vez que as aulas aconteciam em uma só sala, assim, abrigando crianças de ambos os sexos e aceitando-se professores do sexo masculino.

A prioridade docente estava relacionada em seu tempo de moradia naquela localização, como esclarece a Lei 8658, de 19 de janeiro de 1965, Art. 1º

A regência de classes de emergência, localizadas no meio rural, será atribuída, de preferência, a professores que provem residir há dois anos consecutivos, no mínimo, na fazenda ou bairro em que estiver localizada a escola, e que por suas aptidões, a critério da autoridade escolar, demonstre estar em condições de exercer o magistério. (Brasil, 2008m).

Essa síntese de características específicas, determinadas pela Legislação da educação rural nas escolas isoladas parece deixar nítida a ótica de que a escola se edificava com as diferenças de sua clientela. Em outras palavras, a escola refletia a imagem da sociedade que nela se infiltrava. Ainda que houvesse ideais de homogeneização da Educação, por mais que esta se estendesse aos locais mais distantes e de difícil acesso e que chegasse a inserir todos os segmentos sociais, não se fazia da mesma forma, e esta distinção, de modo paradoxal, ao mesmo tempo em que parecia unificar um povo buscando igualdade de direitos afastou-o, realçando cada vez mais suas diferenças, com de práticas educacionais tão distintas, ainda que estruturalmente, transmitissem a impressão de funcionar de forma homogênea.

Outro fator importante está em acompanhar o desenvolvimento da nomenclatura das escolas, para que não se confunda a modalidade de ensino exercida nas mesmas.

Cruz e Souza Penin, conselheiras da CEE – Conselho Estadual de Educação- explicam que, apesar de a Legislação considerar o termo ‘descentralizadas’, não se pode confundir esse estilo de escola com as pequenas instituições unidocentes.

Escola unidocente: unidade escolar vinculada que funciona sob a forma de extensão, mantendo apenas uma classe e, por meio desta, atendendo uma ou mais séries (multisseriada), sem ultrapassar a 4ª série do ensino fundamental, contando com apenas um docente "polivalente" (CRUZ; PENIN, 2008).

Diante desse esclarecimento sobre a nomenclatura das escolas, é importante ressaltar que o conceito da terminologia que se faz das instituições de ensino está relacionado com a época a que pertenceram, ou pertencem, e esta está diretamente integrada à sociedade que atende à demanda de alunos, conforme aponta o Informe Semanal do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo, acrescentam as conselheiras:

[...] as expressões utilizadas em cada momento histórico procuram atender a demandas de natureza social, pedagógica ou de cunho administrativo e estatístico.[...] a trajetória da denominação de escolas e classes mostra que a terminologia utilizada acompanhou o crescimento da oferta de ensino obrigatório por parte do Poder Público e que a diferenciação estabelecida entre as expressões "escola", "unidade escolar" ou "classes" foi conciliando tanto os interesses de demanda da população quanto os da administração central no gerenciamento da rede estadual. As diversas situações encontradas suscitavam a necessidade de introdução de uma nova tipologia, diferenciando a situação entre escolas, professores, funcionários e cargos.

Na década de 70, as salas multisseriadas passaram a ser vinculadas a uma escola seriada, pois para a administração e controle dessas escolas, acreditou-se não haver necessidade de um diretor específico, então, aquele que dirigisse a escola seriada urbana a qual a sala multisseriada estivesse vinculada, responderia por esta também.

Segundo apresentam as conselheiras da CEE

Na década de 70, notadamente em meados de 1976, com a implementação da LDB n.º. 5692 de 1971, a denominação "Escola Estadual de 1º e 2º Graus" é introduzida e regulamentada por meio do Decreto 7709, de 18-03-1976. Com isso, a "escola estadual de 1º grau" que mantivesse apenas uma classe, sem ultrapassar a 4ª série, ficava vinculada a uma "escola estadual", dirigida por um diretor de escola. Logo a seguir, por meio da Resolução SE n.º 111, de 05-10-1979, as escolas estaduais isoladas foram transformadas ou em "classes provisórias", quando localizadas na zona urbana, ou em "escolas rurais de emergência", quando situadas na zona rural.(CRUZ; PENIN, 2008)

Assim, verifica-se que, inseridas na reorganização do processo educacional, estão as diversidades administrativas e docentes, ficando as escolas definidas com tipologias distintas, conforme ainda esclarecem as conselheiras:

As escolas estaduais de uma única classe passaram a receber identificações que tinham como objetivo informar, pelo nome, sua tipologia, tais como: EEPG (A), para escolas agrupadas, EEPG (I), para as isoladas e EEPG (E), para as de emergência (CRUZ; PENIN, 2008).

Na década de 80, a valorização social de um estabelecimento escolar, ainda que constituído por uma só classe multisseriada, passou a atender ao chamado de 'escola'. Já na década de 90, conforme conselheiras da CEE, o processo de informatização responsável pelos diversos aspectos administrativos, como cadastro e matrículas de alunos, cadastramento de escolas, vida funcional do corpo docente e administrativo, entre outros, passou a exigir para fins de agilização, uma nomenclatura unificada, passando a adotar códigos específicos para cada estabelecimento de ensino, ainda que sigam o modelo de salas multisseriadas:

a promulgação da Lei 9394/96, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, e com a implementação das Normas Regimentais para as Escolas Estaduais, aprovadas pelo Parecer CEE n.º 67/98, todas as unidades escolares mantidas pela SEE passaram a denominar-se simplesmente "Escolas Estaduais", sem a identificação do tipo de escola e de ensino.

Diante dessas considerações, é necessário certo cuidado para que não se confundam as modalidades de instituições, pois a população tem dificuldade de adequar as alterações na nomenclatura das escolas no estado de São Paulo no mesmo ritmo em que estas se alteram diante das exigências sociais.

Para agilizar e organizar de forma mais eficiente, ou mesmo “fiscalizar” as escolas multisseriadas situadas fora da região central, ficou estabelecido pela Indicação do Conselho Estadual de Educação n. 08/99, com fundamento no Artigo 2º da Lei 10.403/71, (Brasil, 2008n), que qualquer instituição unidocente situada em local distante passaria a ser vinculada a uma instituição seriada em localização central.

Se for considerado que escolas rurais e urbanas atendem clientela diferentes, que vivem realidades distintas, esse vínculo pode comprometer as ações pedagógicas dos professores que trabalham em escolas rurais, porém unificar a prática do docente também é uma forma de controlar suas ações.

Assim, as escolas multisseriadas iguapenses foram vinculadas a outras instituições maiores, com um mesmo diretor que as atendia e se responsabilizava pelas ações pedagógicas, tanto pela estrutura (organização da sala, manutenção, material pedagógico, visitas e controle de alunos), quanto ao que se refere aos docentes. Estes se mantinham subordinados às normas pedagógicas estabelecidas pela vinculadora, aos programas de hora de trabalho pedagógico coletivo - (HTPC), planejamento entre outras ações necessárias à prática.

Portanto, esses professores, ainda que designados a ministrar aulas em uma escola rural, seguiam as regras estabelecidas pela ‘sede’, ou seja, a escola vinculadora situada na zona urbana, e cumpriam horário neste estabelecimento central, com os professores que a ele pertenciam, conforme determinava a deliberação CEE 06/99

Art. 4º- Em qualquer das situações previstas na presente deliberação, para a instalação de classes descentralizadas, sob a forma de extensão, observar-se-á:

- I- toda e qualquer classe descentralizada deverá constar dos registros do estabelecimento vinculador;
- II- o estabelecimento vinculador é responsável pelo arquivo da documentação escolar e pela regularidade dos atos escolares praticados, tais como comprovantes de matrícula, de frequência, de estágios, currículos, planos, atas e registros de avaliação, assim como pela expedição de atestados, declarações, certificados ou diplomas, de acordo com a situação do curso mantido (BRASIL, 2008o).

Ainda que realidades diferentes de trabalho fossem visíveis, entre a prática de professores que atendiam alunos de uma só série e os que buscavam soluções para os problemas encontrados nas salas mistas, a troca de experiência era válida, segundo depoimento dos próprios docentes. Essa consideração é necessária, uma vez que o regimento, planejamento e plano de ensino das escolas multisseriadas são os mesmos adotados na escola central (vinculadora), conforme estabelece o item III do art. 4º da Lei 10.403/71, o qual a deliberação CEE 08/99 foi fundamentada. Logo, as classes descentralizadas somente são autônomas quanto ao cadastramento e censo escolar:

Art. 5º- Para a autorização de instalação de classes descentralizadas, o órgão competente deverá observar:

I - a documentação referente à aprovação do projeto educacional conforme o disposto nos Arts. 2º e 3º desta Deliberação.

II - o regimento escolar;

III- o plano de curso contemplando a proposta curricular, carga horária, dias letivos e estágio, quando for o caso;

IV- o pessoal docente e administrativo, bem como o supervisor de estágio, quando necessário;

V- o material pedagógico e os equipamentos adequados ao curso;

VI- a vistoria do prédio, conforme previsto na Deliberação CEE n.º 01/99 (BRASIL, 2008p).

Assim, o professor das escolas multisseriadas cuidava do cadastramento de alunos, solicitação de vagas e dos assuntos provenientes da comunidade no que se referia à escola (precariedade de mobiliário, limpeza, manutenção do terreno, entre outros aspectos pertinentes à estrutura da sala), mas o mesmo não tinha autonomia para criar o próprio plano de trabalho, considerando a vivência do meio em que situava sua escola, fato este que ainda ocorre, conforme se pode confirmar através da análise feita nas escolas multisseriadas de Iguape, citadas no capítulo posterior.

3.1 Necessidade social

A autorização para uma escola multisseriada passar a funcionar, em primeiro momento, parte da solicitação de sua construção feita por uma comunidade de um bairro afastado. Logo, a Diretoria de Ensino, responsável pelo município no qual esse bairro se estabelece, analisa o número de crianças em idade escolar (1ª a 4ª séries) e a distância em que se encontram da escola mais próxima. Em caso de a instituição escolar não estar próxima o suficiente, ou as condições de estradas e vias encontrarem-se em estado precário, dificultando a condução dos alunos, opta-se pela construção de uma sala multisseriada, que atenda um mínimo de 15 alunos, conforme já estipulava estipula a Lei 5822 de 1960, (Brasil, 2008q).

Porém, muitas vezes esta Lei 5822/60 acaba sendo interpretada como “caso omissso”, em que, diante de algumas situações, uma comissão de supervisores, depois de analisar as solicitações, através de uma justificativa, concede ou não autorização em caráter excepcional para que algumas escolas multisseriadas funcionem com menos alunos do que estipula a legislação, considerando a necessidade da comunidade, conforme explicaram supervisores de ensino da Diretoria de Ensino da Região de Votorantim. Essa ação não é ilegal, uma vez que favorece a sociedade.

[...] a possibilidade da afirmação, mormente quando se sabe que o magistrado, atento às circunstâncias especiais e mutáveis da vida social, não se pode eximir de proferir sentença, sob o pretexto de silêncio, obscuridade ou lacuna da norma escrita.(...)conforme o prisma pelo qual se examine a questão, pode-se falar em revelação de um princípio superior, ínsito no sistema legal, ou em criação de uma regra jurídica especial para a situação anômala.(...) Assim, a regra aplicável ao caso omissso já estaria compreendida no princípio Considerando que o direito não se resume na lei, é de se reconhecer, logo de início geral, mais elevado, latente no sistema. (BASTOS, 2006).

Assim, em Iguape o número de crianças matriculadas em algumas escolas rurais multisseriadas é menor que o estipulado. Um exemplo da situação ocorre no bairro

Peroupava, onde a sala chegou a funcionar com 9 alunos, mesmo número de crianças que frequentaram a escola do Bairro Retiro, em 2007, conforme informações da Secretaria Municipal de Educação de Iguape.

Esse fato mostra-se positivo, pois assim se entende que o interesse do povo é prioridade.

Diante dessas manifestações, a escola multisseriada rural brasileira, já não se mostra tão isolada. As lutas por sua sobrevivência, o desenvolvimento de novas propostas por parte da comunidade fazem-se presentes constantemente.

A importância de manter-se a escola multisseriada também foi apresentada na II Conferência Nacional por uma Educação no Campo (11/08/2004), onde representantes de diversos segmentos sociais debateram sobre a escassez de investimentos e novas políticas educacionais para o homem do campo, assim como denunciaram a realidade onde está situada a Educação rural. “Faltam escolas para atender a todas as crianças e jovens; ainda há muitos adolescentes e jovens fora da escola”.

O que se pode perceber é que houve um novo olhar das políticas que ignoravam as condições de vida do homem rural, assim como daqueles que negligenciavam suas reais necessidades, ou mesmo não lhe davam direito a manifestar sua opinião sobre permanência ou modificação dos aspectos sócio culturais referentes à comunidade a qual pertencia.

Essa atenção, em parte, deve-se às considerações relevantes sobre as escolas multisseriadas que passaram a ser contempladas, considerando não apenas a instituição em si, mas os diversos aspectos em que se inserem, ou seja, a ação educacional passa a ser analisada dentro de um contexto social, muitas vezes ignorado.

O Artigo 53, inciso V do Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA), pode ser interpretado como forte aliado ao funcionamento das escolas multisseriadas situadas distantes da zona urbana, pois determina: “é direito fundamental da criança e do adolescente, o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.” (Brasil, 2008r).

Evitar o êxodo é um fator relacionado com a permanência destas escolas na zona rural, pois, segundo os trabalhadores das comunidades rurais através dos questionários, cujos modelos estão nos apêndices A, B e C, se não houvesse escolas na região, os

filhos teriam de estudar na cidade e, devido a distância que em algumas localidades chega a quase 100km, e à falta de condução, as famílias acabariam sendo forçadas a mudarem-se para mais próximo do centro urbano.

Por outro lado, os alunos que se dirigem ao centro urbano para estudar, acabam buscando se fixar neste lugar, uma vez que o cansaço do percurso diário, a possibilidade de trabalho e as inovações que acontecem nas zonas urbanas são bastante atrativas para os jovens. Lefebvre (1969, p.12) explica que “geralmente a juventude, grupo etário, contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e representações oriundas da cidade”. Assim, políticas para estimular a fixação do jovem em sua comunidade são necessárias, a começar pela Educação pois, conforme esclarecido na II Conferência Nacional por uma Educação no Campo, “os mais altos índices de analfabetismo estão no campo”. Esse fato acaba por incentivar que os alunos da área rural sigam para a cidade.

Investir em escolas rurais não parece ser processo tão burocrático, e esta é uma maneira de solucionar o problema pelo qual passam os habitantes do campo.

Nádia Cardoso, funcionária da Secretaria Municipal de Educação de Iguape, explicou, em entrevista efetuada em janeiro de 2008, que montar uma escola multisseriada é muito fácil:

[...] é só entrar no sistema da PRODESP, digitar o local e o nome de uma escola... isso depois que a solicitação da comunidade é avaliada pela própria Secretaria Municipal de Educação...antes a solicitação era encaminhada à Diretoria de Ensino do Estado...hoje, com a municipalização, é o município quem decide.

Atualmente, exemplificou Cardoso, a comunidade do bairro Despraiado solicitou à Prefeitura do município, a criação de uma sala multisseriada no local, uma vez que as crianças estão usando a sala de uma igreja como escola (classe). A solicitação foi aceita, e a escola já está sendo projetada, aos moldes de sala multisseriada, uma vez que o montante de alunos não atinge o suficiente para a fundação de uma escola seriada local.

O secretário municipal de educação de Iguape, afirmou que não é viável uma criança de seis anos, aluna do 1º ano, movimentar-se até o centro da cidade para chegar

à escola, ainda que haja condução. Ele apresentou a reivindicação dos pais, que se sentem inseguros deixando os filhos nessa faixa etária, estudarem tão distantes de casa. Assim, foi dado início à construção da classe.

Sob esse prisma, pode-se entender que, além do interesse político, há também a manifestação social, que busca reivindicar seus direitos. Ambos aspectos resultam na exigência de ações governamentais em benefício da comunidade.

Essa reivindicação faz mudar a idéia, assim como estimular à mudança de ótica de muitos pesquisadores que vêem a escola rural multisseriada como 'aberração educacional' que deve ser extinta urgentemente, uma vez que funciona dentro de estruturas precárias, como aponta Maria Ignez Guerra quando expõe a escola multisseriada como fator que auxilia o precário desenvolvimento da Educação brasileira

[...] têm direito a ela, ao mesmo tempo em que também determina que todos os brasileiros são iguais perante a lei. Como justificar, portanto, que existam turmas multisseriadas nas escolas rurais, turmas nas quais há mais de uma série por sala e apenas um professor para ministrar duas ou mais aulas. Há décadas o Brasil continua investindo pouco – e mal – na educação pública. Aqueles que podem levam seus filhos para a escola particular em busca daquilo que a lei firmemente determina e que o Estado sublimemente ignora: a educação de qualidade.

A Constituição Federal indiscutivelmente define que a educação deve ser de qualidade [...] (GUERRA, 2008).

Mas diante da necessidade do homem rural ao acesso à educação, essas escolas, devem ser reformuladas para uma educação de qualidade, como apontam Maria Elena Gutierrez e Fernanda de Sá:

Estudo das escolas multisseriadas e a busca de possíveis soluções para a reversão desta escola, de inculta e circunstancial, para uma escola qualitativamente positiva e necessária, tendo como fundamento a sua característica de heterogeneidade grupal. Revelou que o baixo rendimento escolar está ligado a expectativas negativas motivadas pelo contexto socioeconômico e cultural a que pertencem os alunos e suas famílias e às dificuldades pedagógicas encontradas pelos docentes (SÁ; GUTIERREZ, 1993).

A posição de Guerra é confirmada por Marlon Gomes Ney, que acredita que, por serem unidocentes, estas escolas não preparam adequadamente os alunos pois, como os professores não recebem cursos específicos para trabalharem com séries distintas simultaneamente, não conseguem atender adequadamente aos alunos. Ney afirma que

Um dos graves problemas da educação rural é que boa parte das escolas que ministram o ensino de 1a a 4a série são multisseriadas, ou seja, o professor é obrigado a ministrar o ensino de várias séries em uma única classe (NEY, 2006).

Mas, ainda que exista disparidade pedagógica e estrutural relativa ao funcionamento dessas escolas, muitas comunidades se beneficiam dessas salas para eventos culturais, como organização de festas juninas e religiosas, Páscoa, organização de bingos beneficentes, entre outras atividades. Também é nesse espaço que ocorrem, muitas vezes, os encontros com palestrantes de outras áreas, como a da Saúde, e visitas de entidades políticas.

José Fagundes e Adair César Martini (2003) apontam que

As comunidades no interior do estado estavam organizadas em torno de igreja, escola, campo de futebol e salão de festas, tendo a escola como meio de referência intelectual, e o professor desempenhando papel semelhante ao do "intelectual orgânico.

Ainda assim, na tentativa de manter o controle das escolas, com a justificativa de minimizar os problemas pedagógicos e de estrutura das multisseriadas, e ter uma escola que acompanhe o sistema de seriação auxiliando no processo ensino-aprendizagem, o Governo criou a possibilidade de nucleação, onde é construída uma unidade escolar em um bairro rural mais centralizado que possa atender crianças provenientes das localidades vizinhas.

Porém esse sistema nuclear nem sempre é bem aceito pelas comunidades. Muitas vezes, os setores governamentais que se voltam à educação não parecem

preocupar-se, nem considerar as culturas referentes à convivência dos moradores de bairros rurais distantes, com as pequenas salas multisseriadas.

Em Iguape, universo desta pesquisa, a nucleação não ocorreu, uma vez que, além da distância entre os bairros, o contexto sócio cultural, político e econômico nos quais estão inseridas as escolas multisseriadas, foi forte o suficiente para mantê-las em atividade, mas passaram para a responsabilidade do município, como sugere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 recomendando a descentralização do Ensino.

Esse ato foi justificado por acreditar-se na melhoria do processo ensino-aprendizagem, uma vez que o órgão municipal, como a Secretaria Municipal de Educação, pudesse controlar com mais eficiência os problemas e as ações pedagógicas relativas à educação. Hamze (2008) explica que

A constituição de 1988 introduziu os princípios da descentralização e municipalização na gestão e implementação das políticas sociais públicas. A Constituição Federal Brasileira de 1988, reconheceu o Município como instância administrativa. No campo da educação (artigo 211) oportunizou a possibilidade de organização de seus sistemas de ensino em colaboração com a União, os Estados, O Distrito Federal. Os Municípios devem manter cooperação técnica e financeira com a União e com os Estados, através dos programas de educação infantil e de ensino fundamental. (Art. 30. VI). O município, através dessa colaboração e através de seu órgão administrativo, pode administrar seu sistema de ensino, definindo normas e metodologias pedagógicas que se adaptem melhor às suas peculiaridades. As articulações entre as esferas existem, e as leis seguidas pelo município são estaduais e federais. As leis, na esfera municipal, se articulam entre os sistemas de ensino.

Essa proposta não obrigou os municípios a aceitarem prontamente a determinação da descentralização, mas Iguape, aderiu à municipalização, uma vez que era do interesse municipal ser contemplado com o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério- para obter mais verbas para a Educação. O FUNDEF começou a vigorar em 1 de janeiro de 1998, ainda que instituído em 1996. Esse interesse do município de Iguape se deu uma vez que a Lei 9424/96 (que criou o FUNDEF), determina que

15% do FPE (Fundo de Participação dos Estados) ou do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), do IPI (imposto sobre produtos industrializados) e do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias), devem ser usados no ensino fundamental, de acordo com os alunos matriculados em cada sistema, vinculado ao custo mínimo anual por aluno. Esse custo mínimo por aluno deve ser capaz de assegurar ensino e aprendizagem de qualidade. Nos seus artigos 70 e 71 da LBD 9394/96, estão estabelecidos o que compõe e o que não constitui despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino. O Fundef disponibiliza a aplicação de, no mínimo, 60% para o pagamento de profissionais do magistério. Os repasses para estados e municípios são feitos em conta específica do Fundef no Banco do Brasil. O Fundef destinou cerca de R\$ 28 bilhões e 700 milhões para investimento no ensino fundamental, neste ano. Sendo que o valor mínimo foi de cerca de R\$ 537,71 por aluno de 1ª a 4ª série, e R\$ 564,60 para os de 5ª a 8ª da rede pública. (BRASIL, 2008s).

Assim, as escolas de 1ª a 4ª séries, a partir de 2003 passaram à responsabilidade parcial do município, conforme Hamze (2008) esclarece:

As opções dadas aos municípios incluem a constituição de seu sistema de ensino autônomo ou a integração ao sistema estadual de ensino.[...] Esta integração há de ser alcançada mediante entrosamento entre os dois sistemas, ficando claras as responsabilidades de cada um. A integração ao sistema estadual não significa para o Município abrir mão de seus deveres em relação à educação e às escolas, mas apenas a perda parcial de sua autonomia nesse setor. Contudo, o Município não poderá eximir-se de responsabilidades, especialmente em relação ao ensino fundamental.

Essa ação deveria dar-se inclusive nas escolas rurais e, conseqüentemente, com as salas multisseriadas.

No ano de 2008, 18 escolas rurais iguapenses vincularam-se ao poder municipal. Na zona rural são 12 salas multisseriadas que passaram à municipalização, conforme estabelece decreto 43072 – 04/05/98 e a Lei Municipal n.1685/03 e n. 1828 de 16/09/05, (SÃO PAULO, 2008c), mas esse processo não ocorreu de forma simultânea. Porém, em curto prazo, as escolas do 1º ciclo do Ensino Fundamental passaram à responsabilidade municipal, conforme apresenta a tabela 17 a seguir

Município	Diretoria de Ensi	Código Esc	Escola/Séries/Total-T/Parcial-P
IGUAPE	MIRACATU	423075	BAIRRO DOS ENGENHOS - 1ª a 4ª (T)
IGUAPE	MIRACATU	422800	BAIRRO ITIMIRIM - 1ª a 4ª (T)
IGUAPE	MIRACATU	422551	BAIRRO MARIA TEREZA - 1ª a 4ª (T)
IGUAPE	MIRACATU	423063	BAIRRO MORRO SECO - 1ª a 4ª (T)
IGUAPE	MIRACATU	549940	BAIRRO NOVO DIVISOR - 1ª a 4ª (T)
IGUAPE	MIRACATU	539661	BAIRRO PINHEIROS - 1ª a 4ª (T)
IGUAPE	MIRACATU	422915	BAIRRO ALTO PEROUPAVA - 1ª a 4ª (T)
IGUAPE	MIRACATU	422666	BAIRRO RETIRO - 1ª a 4ª (T)
IGUAPE	MIRACATU	924623	BAIRRO ROCIO - 1ª a 4ª (T)
IGUAPE	MIRACATU	422642	BAIRRO TABAQUARA - 1ª a 4ª (T)
IGUAPE	MIRACATU	422952	BAIRRO TUCUM - 1ª a 4ª (T)
IGUAPE	MIRACATU	422691	FAZENDA ITATINS - 1ª a 4ª (T)

Figura 21: Escolas Estaduais Transferidas para as Administrações Municipais
Coordenadoria da Região Metropolitana da Grande São Paulo – COGS

Fonte: Dados da Pesquisa

Diante dessa circunstância, algumas alterações tornaram-se visíveis, tanto no que se refere às escolas, quanto ao que se relaciona ao corpo docente. Porém, certos aspectos continuaram vigorando da mesma forma de quando as escolas ainda se mantinham sob guarda estatal, ainda que com a municipalização. Há de verificar-se que, segundo Resolução SE n.139, de 19 de setembro de 1997, ficam estabelecidas as funções do dirigente de ensino e responsabilidades do município, diante do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para Atendimento ao Ensino Fundamental, conforme artigo 2º, item II, onde passa à responsabilidade do dirigente de ensino

assinar com o Prefeito Municipal termo de compromisso de ocupação, guarda, conservação e manutenção de prédios escolares estaduais, bem como de responsabilização pelas despesas de manutenção e conservação e pagamento de taxas que venham a recair sobre os imóveis e despesas de utilidade pública (SÃO PAULO, ESTADO, 2008 d).

Apesar desse compromisso estabelecido, ainda muito se há de fazer para que as escolas multisseriadas iguapenses conquistem ação educacional de qualidade, pois são inúmeros os fatores que comprometem o processo ensino-aprendizagem, no entanto,

estes nem sempre se fazem de forma homogênea, uma vez que as escolas possuem suas peculiaridades diante da diversidade que ocorre entre comunidades distantes. Assim, para se compreenderem os fatores que contribuem ou dificultam o desenvolvimento da educação nessas escolas, é importante analisar o perfil de cada uma destas pequenas instituições separadamente.

4 AS ESCOLAS MULTISSERIADAS DE IGUAPE

A maior dificuldade em compreender-se a criação das escolas multisseriadas de Iguaape está na falta de documentos que comprovem a existência desses estabelecimentos de ensino, antes da década de 80, pois conforme informações da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, o ato de criação dessas escolas multisseriadas origina-se a partir desse período.

Nem na Prefeitura Municipal de Iguaape foi possível obter qualquer informação sobre essas salas, uma vez que não há nenhum registro desses prédios, nem mesmo uma planta, um croqui que indiquem informações sobre as multisseriadas antes de seus atos de criação.

Em Iguaape, especificamente, Young (1903, p.250) explica que “são poucos os proprietários de terras neste município que possuem mapas dos seus terrenos aprovados pelo Governo”. O pesquisador ainda acrescenta que

Não nos é lícito duvidar que a maior parte das terras deste município fosse adquirida simplesmente por posse usucapiana, e que essas terras mais tarde fossem partilhadas entre herdeiros dos primitivos possuidores, ou vendidas, ficando desta arte os novos habitantes com documentos comprobatórios do seu domínio, e, assim é que neste município, a despeito de sua enorme extensão, poucos terrenos devolutos atualmente existem. (...) alguns registros existem relativos a extensões enormes de terrenos, dos quaes os registrantes não declararam de modo algum como é que os possuíam, e em cujos terrenos não existia naquele tempo mais que um ou dois alqueires de terras em cultura, sendo o resto coberto de matas virgens (p.249).

Dianse deste esclarecimento, é quase impossível descobrir a origem das escolas multisseriadas, o local exato e a data em que começaram a funcionar, pois a maioria estava fixada em terrenos emprestados ou doados por algum fazendeiro ou dono de terras, que tinha interesse em instruir a comunidade local.

Em alguns casos, como do bairro do Retiro, ainda existem estacas no chão que mostram a antiga localização da sala antes da construção atual, poucos metros adiante.

Assim, os depoimentos da população local, ainda que importantes, não conseguiram esclarecer muito sobre a questão.

O que se sabe é que essas escolas existiram e ainda existem sob nova estrutura e organização, pois Young (1903, p.249) explica que

Pelo estudo das cartas de sesmarias pode-se conhecer a expansão do povo para o interior desta zona, começando dos estabelecimentos próximos à Vila e estendendo-se gradualmente, a internar-se cada vez mais, porém acompanhando sempre o rio Ribeira e seus afluentes, especialmente os rios Uma e Peroupaba.

Era natural que o povo procurasse as margens do majestoso rio Ribeira, para ali fundar estabelecimento, em virtude da facilidade do solo das margens ribeirinhas. Logo que essas terras se achavam povoadas, naturalmente eram procurados os diversos afluentes do Ribeira que facultassem os mesmos meios de transporte.

Diante da explanação de Young, pode-se entender como os bairros afastados do centros nasceram e se desenvolveram com a agricultura, pois o povo precisava utilizar embarcações para transportar os produtos que cultivavam em suas terras, uma vez que o transporte terrestre ainda não estava em desenvolvimento naquela localidade. Pode-se deduzir que, para os filhos de colonos adquirirem instrução, se esta fosse do interesse dos senhores do arroz ou mesmo da Igreja, logo deveriam frequentar uma escola local, uma vez que os meios de transportes aquáticos eram mais usados para levar cargas e mercadorias e não funcionavam diariamente ou com frequência.

Assim, acredita-se que algumas salas de aula foram adaptadas nesses bairros mais distantes.

Mas Fortes (2000, p.181), menciona que, desde o século XVI Iguape já possuía escola ministrada pelos jesuítas na região central

[...] é correto afirmar que os rudimentos de primeiras letras eram ministrados pelos jesuítas, que chegaram a construir uma casa na vila, uma espécie de capela, hoje, muito propriamente, chamada de Casa dos Jesuítas, ainda existente ao lado esquerdo da Igreja de São Benedito, na Rua D. Idílio Soares.

O autor ainda esclarece que, em meados do século XIX, com a expansão comercial, algumas escolas isoladas de primeiras letras situavam-se no município nos bairros da Enseada, por ser mais populoso, e Porto do Ribeira, esta para meninas, e complementa que

Nesse período, o ensino de primeiras letras teve algum progresso, apesar de ainda estar muito aquém das necessidades, existindo cadeiras em bairros rurais, como Icapara, Engenhos, Juréia, Enseada, além do Porto do Ribeira. (p.183)

Com a reforma educacional que desenvolveu a unificação das classes isoladas para o grupo escolar, as salas que funcionavam nos referidos bairros de Iguape passaram a ser unificadas em um grupo escolar no centro urbano, no ano de 1894, fato este que comprova a existência dessas escolas e a preocupação que havia com a Educação naquela época.

Primeiro, como já visto, o Grupo Escolar de Iguape foi organizado em dois locais, um para meninos e outro para meninas, em dois prédios particulares situados na Praça São Benedito. Posteriormente, foi transferido para o prédio do Hotel São Paulo, e sua reorganização para um prédio próprio se deu somente em 1917, onde atualmente fica, com o nome EM Vaz Caminha.

Porém, a população conta que quando ocorreram as primeiras enchentes provenientes da abertura do Valo Grande, e os ribeirinhos buscaram alternativas de sobrevivência no interior da cidade através da agricultura de subsistência, algumas comunidades construíram salas em terrenos doados, ou mesmo usaram locais em fazendas ou igrejas como instituições de educação, atendendo as crianças que ali residiam.

É muito difícil conseguir registros que apontem a existência exata dessas escolas. Por isso, foi necessário recorrer às fontes orais para que se pudesse ao menos ter noção de como surgiram as escolas multisseriadas de Iguape, muitas, ainda em funcionamento.

O universo desta pesquisa refere-se a 10 escolas multisseriadas situadas na zona rural, mas existem outras unidades com essa organização. Com as escolas seriadas

rurais, o número total chega a 47 instituições, segundo informes do Departamento de Transportes da Prefeitura Municipal de Iguape.

Por meio de questionários respondidos durante a pesquisa de campo (ver apêndices) por moradores e professores dessas comunidades, onde se foi interrogado sobre forma de funcionamento das escolas, importância dessas instituições para a comunidade, problemas enfrentados relativos ao transporte, prática docente e estrutura física das escolas, assim como alterações após o processo de municipalização, algumas peculiaridades puderam ser observadas.

Após o processo de municipalização, certas providências para melhor controlar estas unidades escolares foram tomadas. No sentido de auxiliar na administração dessas salas multisseriadas, o vínculo com a EE. Vaz Caminha, escola central, foi quebrado, e duas escolas de bairros mais próximos passaram a ser as responsáveis pelas reclamações e solicitações das comunidades e dos professores.

Mesmo assim, Nádia, funcionária da Secretaria Municipal de Educação de Iguape, afirma ser com o próprio Secretário Municipal de Educação, ou com algum funcionário competente desta mesma Secretaria que o povo busca respaldo sobre os problemas que enfrenta nas escolas multisseriadas, ainda que nem sempre possam ser atendidos e assim, tenham que tomar suas próprias providências para assegurar o funcionamento satisfatório da unidade escolar de sua comunidade.

Apesar de as escolas multisseriadas terem sido municipalizadas, as alterações não ocorreram simultaneamente, mesmo porque cada bairro, cada comunidade pertence a realidades diferentes, com suas características singulares, conforme já citado.

Para que fique mais clara a explanação sobre este processo, é interessante analisar cada uma das escolas que participam do universo desta pesquisa. Assim, mais fácil é situá-las em ordem de localização, respeitando a distância a que estão do centro urbano.

4.1 Escola Municipal do Bairro dos Engenhos

O bairro dos Engenhos, como já apresentado anteriormente, foi local fundamental na construção econômica de Iguape, pois ali, no início do século XIX, foram

instalados vários engenhos de arroz, o que deu nome à região. Fortes (2000), conta que, naquele local, famílias de grande importância política e econômica residiam em seus grandes sobrados. Inclusive, em uma dessas residências, a do major Joaquim Carneiro da Silva Braga, foi instalado um teatro a fim de que fossem encenadas peças para serem vistas por selecionadas platéias.

Esse bairro abrigou uma das primeiras salas isoladas de primeiras letras.

Com a decadência do arroz, as famílias que formavam aquela comunidade se transferiram para outras cidades deixando o local totalmente abandonado. Hoje, o bairro apresenta uma estrutura carente, mas à Educação foi dada continuidade, pois ali há uma das escolas multisseriadas de Iguape, situada a 11 quilômetros da zona central, mas próxima à via principal de acesso, rodovia Pref. Casimiro Teixeira, km 49, ou SP 222, conforme apresenta a foto seguinte:



Figura 22: E.M. Bairro dos Engenhos
Fonte: Dados de pesquisa

Conta a comunidade, que antes esta escola funcionava em uma igreja, mas não se sabe exatamente quando este fato se deu. O que os dados da Coordenadoria de Ensino do Interior – CEI – apontam é que, no prédio onde a escola funciona atualmente,

esta autorização de funcionamento ocorreu sob ato de criação publicado em 17 de fevereiro de 1982.

A escola é composta de três salas: uma para 1ª e 2ª séries, uma para 3ª e 4ª séries e ainda outra para a educação infantil.

A comunidade diz-se satisfeita com a escola, Esclarece que o crescimento do número de crianças na comunidade é que motivou a expansão da instituição e a construção do prédio. Dona Lirian, proprietária de um bar e mercearia em frente ao prédio escolar, cita que esta atende também a comunidade do Embu, bairro localizado nas proximidades. São os próprios pais que fazem as matrículas dos filhos junto à professora.

A moradora também comenta que, depois da municipalização, não falta material para as crianças, nem condução. A escola possui merendeira, por isso, não necessita de ajuda da comunidade para esta ação. Há constantes visitas de supervisores e do 'pessoal da Prefeitura', conforme conta Dona Lirian, mas estes, às vezes, deixam de tomar algumas providências essenciais para o conforto e segurança das crianças. Um exemplo é o mato que cresce sem medidas no terreno ao lado, estimulando o aparecimento de animais perigosos, como cobras e ratos.

Uma sugestão da própria moradora, seria a arrecadação de verbas através de festas, para que fossem contratadas pessoas para carpir o terreno, mas a escola só é mesmo utilizada para o desenvolvimento específico de seu currículo, que não abrange uma proposta voltada às questões daquela comunidade, cuja principal atividade é a pesca.

Dona Lirian, que teve seu filho estudando nessa escola ainda quando o prédio fazia parte da igreja, e hoje tem sua neta ali, espera que a escola cresça, pois o ciclo II do ensino Fundamental mais próximo situa-se no bairro Pé da Serra, muito distante; a outra, só no centro urbano de Iguape, apesar de peruas escolares funcionarem regularmente, inclusive no período noturno.

O problema maior é que quando vão para o centro, as crianças sofrem preconceito por pertencerem à zona rural, por isso alguns moradores preferem que seus filhos deem continuidade aos estudos em bairros rurais. Essa situação foi confirmada pelos alunos da 4ª série, que se sentem temerosos em estudar no centro da cidade.

Acreditam que serão agredidos pelos alunos residentes na zona urbana. Declararam que, se houvesse uma escola por perto que atendesse ao ciclo II do ensino fundamental e ensino médio, não sairiam de lá.

A professora que ministra aulas para as crianças de 1ª série, começou suas atividades no início do ano de 2008. É a primeira vez que trabalha em escola multisseriada. A mesma diz que o material apostilado é muito bom e por isso não tem dificuldade em sua prática pedagógica. Também mencionou que a estrutura física do prédio é satisfatória e que o problema mais relevante diz respeito à distância que as crianças dos bairros mais longínquos percorrem para chegar à escola, ainda que usem condução, devido ao cansaço.

Apesar de não ter recebido capacitação para trabalhar com esse modo de organização escolar, a docente declara que não pretende deixar a zona rural e que gostaria de permanecer naquela escola, mas isso depende da classificação em que estará no próximo ano, para conseguir uma vaga no local.

4.2 Escola Municipal do Bairro do Retiro

Esta escola teve seu ato de criação em 2 de fevereiro de 1986. Esta é a próxima escola de 1ª a 4ª série, depois do Bairro de Engenhos, sentido Iguape-Biguá, e também se situa as margens da rodovia Pref. Casimiro Teixeira, km 34, (Biguá-Iguape) a uma distância de 22 quilômetros do centro de Iguape.

No terreno da EM Bairro do Retiro, ainda estão fixadas as estacas que solidificaram a primeira sala ali construída para a educação das crianças do local. Conta a Professora Iranilde, que a construção da escola antiga era feita de madeira e foi doada por um morador de origem nipônica que tinha sítio naquela região. Iranilde ainda afirma que seu marido já estudara nesta escola quando menino, há mais de 30 anos, muito antes do segundo ato de criação. Porém, nem nos arquivos da própria Secretaria Estadual de Educação de São Paulo foi possível encontrar registro do primeiro ato de criação desta escola.

Esta unidade escolar possui duas professoras: uma para atender 1ª e 2ª séries e outra, Iranilde, para as crianças de 3ª e 4ª séries.

No dia em que foi feita a visita, o tempo estava chuvoso, as turmas de 1ª e 2ª séries estavam com professora eventual. Esta informou que não recebera qualquer preparo para trabalhar com turmas multisseriadas, o que confirmou Iranilde, professora que já trabalhou tanto nas escolas rurais quanto em escolas urbanas por 17 anos. Ambas as professoras não veem diferenças entre o material didático destinado às escolas urbanas e rurais. O curso apostilado do Objetivo é o mesmo para todas as escolas municipais de Iguape. O certo é que, para a Secretaria Municipal de Educação, não há diferença alguma entre os alunos que estudam em escolas multisseriadas unidocentes na região rural, de uma escola urbana, seriada, com um professor por série.

A dificuldade maior, conforme aponta Iranilde, é que os textos são distintos entre as séries e esse fator dificulta o trabalho docente. Como o material também não abrange questões comunitárias, há necessidade de complementação e maior dedicação, pois os alunos não estão acostumados a esse tipo de proposta pedagógica. O trabalho com turmas heterogêneas também é complicado, mas é verdade que com a municipalização o apoio pedagógico melhorou, pois podem contar com assistência e materiais didáticos constantemente.

As professoras julgam que o prédio é bem estruturado, mas o espaço é pequeno. Há problemas com a higiene e falta d'água. Também precisam contar com a ajuda das mães para fazerem a limpeza e merenda das crianças.

A expectativa de Iranilde é poder envolver mais a comunidade na escola e assim, poder cumprir com mais qualidade os conteúdos propostos para o ano letivo.

Iranilde, que também trabalha em escola urbana, diz que gosta da zona rural, mas que o problema maior é a distância, pois, apesar de receber passes de ônibus, este não condiz com o horário e, por isso, dificulta para chegar a tempo no outro emprego. Essa informação também foi confirmada pela professora eventual.

4.3 Escola Municipal do bairro Tucum

Também em funcionamento sob ato de criação publicado em 2 de fevereiro de 1986, está a dois quilômetros à frente de Retiro em relação à Rodovia Pref. Casimiro Teixeira, km 39 (Biguá-Iguape), ou seja, 24 quilômetros do centro urbano, e mais 3 quilômetros em estrada não pavimentada.

Esta escola, até 1998 ainda não possuía energia elétrica. Funciona, até hoje, em um pequena sala que integra as quatro primeiras séries do ciclo I do Ensino Fundamental. Utiliza, assim como as outras, o mesmo material apostilado.

4.4 Escola Municipal do Bairro Tabaquara

Tabaquara é o nome do bairro onde está inserida esta unidade escolar, que teve seu ato de criação em 2 de fevereiro de 1986. Está situada a 29 quilômetros do centro da cidade, sendo que, para se chegar à instituição, há necessidade de se percorrer 24 quilômetros da rodovia Pref. Casimiro Teixeira, e mais 3 quilômetros em estrada sem asfaltamento. No dia em que foi feita a visita a esta escola, a mesma não estava aberta e ninguém da região soube explicar o motivo. Talvez pela chuva a professora não tenha ido, e uma vez que a escola só funcione com a presença do professor, então não tinha como a escola estar funcionando, observou um morador da região.

Mas de acordo com a Secretaria Municipal de Educação, o material utilizado é o mesmo das outras escolas, ou seja, curso apostilado.

4.5 Escola Municipal de Barra das Areias.

Caminhando 28 quilômetros ainda pela rodovia Casimiro Teixeira, como quem vai de Iguape a Biguá, no sentido, e mais 9 quilômetros em estrada de terra, chega-se a esta escola.



Figura 23 : EM Barra das Areia
Fonte: Dados de Pesquisa

Esta, talvez por estar situada em local mais afastado, é uma das escolas multisseriadas que mais apresenta problemas.

Mesmo sendo estruturada com material pedagógico, grade de proteção no pátio, brinquedos para atividades físicas, algumas situações afetam a escola de forma significativa.

Um exemplo desta realidade é citado por Dona Edith, moradora da região. Ela é quem há dois anos vem se responsabilizando pelo preparo da merenda, pela limpeza e conservação da sala escolar. A mesma afirma que caso não fizesse a merenda, as crianças somente lanchariam, uma vez que nem sempre a professora prepara a alimentação. Mostrou que a escola poderia ser mais bem conservada se houvesse vontade dos outros moradores, pois a região está infestada por morcegos, e uma das salas não pode ser usada devido ao excesso de excrementos deixados por estes animais, conforme apresentam as fotos que seguem:



Figura 24: Sala fora de uso devido aos de morcegos.
Fonte: Dados de Pesquisa.



Figura 25: Sala em uso para as quatro séries
Fonte: Dados de Pesquisa



Figura 26: Cortina improvisada para evitar reflexos
Fonte: Dados de Pesquisa

Na verdade, os moradores não esperam muito dos setores municipais que pouca assistência dão, mas se consideram responsáveis pela manutenção da escola, uma vez que têm seus filhos e parentes utilizando aquele ambiente.

Assim, é um morador da região que roça a área escolar e se compromete à dedetização, mas reclama que mais pessoas da comunidade poderiam ajudar, já que têm seus filhos estudando naquele local.

O problema da condução é também fator grave. Dona Edite comenta sobre a preocupação que há em relação aos professores não poderem pegar 'carona' com os perueiros que fazem a condução dos alunos. Acredita que os docentes não vão se

submeter a caminhar 9 quilômetros, da rodovia principal, onde passa o ônibus, até a escola.

A professora atual tem feito esse percurso de bicicleta. Ela desce do ônibus na pista por volta da seis da manhã. No inverno, nesse horário, ainda está escuro, por isso ela espera clarear o dia para seguir até a escola. Em dias de chuva, essa ação se torna impossível devido à lama. Assim, esse fator pode prejudicar muito o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Ainda que a Secretaria Municipal de Educação tenha conhecimento da precariedade pela qual esta escola passa, afirma não ser capaz de tomar providências imediatas, uma vez que são inúmeras as escolas rurais em processo de reforma.

4.6 Escola Municipal do Bairro Itatins



Figura 27: Escola Municipal do Bairro Itatins
Fonte: Dados de Pesquisa.

No quilômetro 24,5 da rodovia Pref. Casimiro Teixeira, mas a 30km do centro urbano de Iguape, às margens da via, está situada esta escola, que funciona sob ato de criação publicado em 2 de fevereiro de 1986.

Esta escola funcionava nas dependências da Fazenda Itatins. Antes da municipalização, constava de duas salas de aula, uma para a 1ª e 2ª séries e outra para 3ª e 4ª séries. Nessa época, em que pertencia à responsabilidade do Estado, a escola

era pouco estruturada. Não tinha, por exemplo, um pátio cercado. Por isso, as crianças brincavam muito próximas à pista. Posteriormente, foi colocada a cerca de proteção, mas só após a municipalização é que a segurança foi considerada e fecharam o terreno com alambrado.

A instituição está situada em local de fácil acesso e está sempre sendo visitada pelos funcionários da Secretaria Municipal de Educação. Hoje, em Itatins, também funciona a pré-escola e o curso de educação de jovens e adultos (EJA) no período noturno. Inclusive, este curso usa o mesmo material entregue às crianças de 1ª a 4ª séries.

Próximo à escola, há um bar, cujo dono declarou estar satisfeito com a escola. Disse que os alunos têm de tudo que precisam, que a escola possui ótima merendeira e os professores não costumam faltar. A condução funciona regularmente, mas ainda assim o ideal é que as crianças possam estudar naquela escola o máximo de tempo que puderem, pois não é bom que freqüentem aulas no centro urbano, que é muito distante. Assim, esta escola é fundamental para a comunidade.

Com a municipalização, a escola de Itatins passou a ser uma das vinculadoras e possui uma diretora que se responsabiliza pelas multisseriadas mais próximas, conforme dados obtidos na Secretaria Municipal de Educação de Iguape (2008):

ESCOLA VINCULADAS À ESCOLA MUNICIPAL DE ITATINS :

E.M. Engenhos; E.M. bairro do Retiro; E.M. bairro Tucum; E.M. bairro Tabaquara e E.M. do bairro Barra das Areias.

Porém, como essas escolas não possuem INTERNET, os documentos necessários são efetuados nas escolas centrais, que emprestam o equipamento de informática para os diretores de escolas de bairros afastados. Logo, os registros de matrículas, cadastro de alunos, por exemplo, são feitos nas escolas da zona urbana.

Os professores dessa escola dizem-se satisfeitos com a estrutura do prédio escolar, com suas salas amplas e arejadas. Inclusive, apoiam as medidas tomadas após a municipalização, em relação ao atendimento contínuo e fornecimento de materiais,

assim como condução dos alunos que é regular, por isso, não há muito problema com a frequência. Ainda complementam que a comunidade é presente, costuma participar das reuniões e auxiliam nas tarefas diárias dos alunos.

Mas apesar dos aspectos positivos, existem alguns fatores que preocupam os professores desta escola, como atender a todos os alunos simultaneamente, uma vez que são duas séries distintas. Esta situação compromete a alfabetização, pois os alunos sentem dificuldade de assimilar os conteúdos básicos. O curso apostilado ajuda muito, mas não tem muita conexão com a realidade em que vivem os alunos da região.

Os professores também alegam que uma das principais tensões, é a ida dos alunos concluintes da 4ª série para continuar seus estudos no centro urbano. Eles demoram a adaptar-se com o novo contexto, e isso pode prejudicá-los no aprendizado.

4.7 Escola Municipal do Bairro de Itimirim,

Igualmente às outras escolas já mencionadas, esta unidade escolar teve seu ato de criação publicado em 2 de fevereiro de 1986. Esta escola, hoje, também é uma vinculadora que atende às multisseriadas dos seguintes bairros, segundo informou Cardoso (2008):

ESCOLAS VINCULADAS À ESCOLA MUNICIPAL DE ITIMIRIM : E.M. do bairro Morro Seco, E.M. do bairro Mª Tereza; E.M do bairro Alto do Peroupava e E.M. do bairro Divisor.

Durante o período em que pertencia ao Estado, esta escola era multisseriada, atendendo em uma sala a alunos da 1ª e 2ª séries e em outra aos de 3ª e 4ª séries.

Atualmente, após a municipalização, a escola tornou-se seriada. O bairro tem comunidade participativa, pois está sempre presente no ambiente escolar. Um fator que

sempre ajudou a estimular a proximidade dos moradores com a escola, é que no mesmo terreno onde se situa a instituição, há um posto de saúde.

Da mesma forma como acontece na EM do Bairro Itatins, é na EM de Itimirim que são entregues os materiais de apoio pedagógico para serem distribuídos às escolas vinculadas, assim como o atendimento aos professores que nessas unidades ministram aulas.

Nessa escola, também não é possível o acesso à Internet e, por isso, o diretor necessita utilizar o sistema das escolas do centro urbano.

A escola também usa o mesmo material pedagógico, ou seja, apostilas do sistema Objetivo, e os professores não apresentam dificuldade em usá-las, já que não precisam se preocupar com alunos de séries distintas, uma vez que ali se organiza o sistema de seriação, com um docente para cada série. Esses também não consideram o acesso à escola como um problema, pois esta se situa às margens da rodovia Pref. Casimiro Teixeira km 17 no sentido Biguá-Iguape, a 43 quilômetros de distância do centro de Iguape.

4.8 Escola Municipal do Bairro Alto Peroupava

A 53 quilômetros do centro de Iguape, na rodovia Pref. Casimiro Teixeira, km 18, sentido Biguá-Iguape, e mais 3 km em estrada sem pavimento, caminho da Quilombola de Morro Seco, encontra-se a escola do bairro Alto Peroupava. Esta também possui uma sala com um professor para as quatro séries iniciais. Contém o parque e o alambrado, assim como as cores que marcam a presença municipal de Iguape. Apesar de ser dia letivo, esta escola estava fechada, não houve aula no dia em que foi visitada, e não foi possível saber o motivo da falta do professor, responsável pelas aulas e funcionamento da escola.

Como essas escolas se encontram muito distantes do centro urbano e não há fiscalização constante, é comum que o professor falte sem avisar ou justificar sua ausência para a supervisão de ensino.

No entanto, sabe-se que o sistema pedagógico é o mesmo, através dos esclarecimentos da Secretaria Municipal de Educação de Iguape.

Nas proximidades da escola, não aparecem muitas residências, nem pontos comerciais, o que dificultou o contato com a comunidade.

4.9 Escola Municipal do Bairro Morro Seco

Continuando pela mesma estrada de terra, por mais 15 quilômetros, além dos 3 já caminhados para se chegar em Peroupava, encontra-se a região dos remanescentes de Quilombola, bastante mencionada em pesquisas referentes a Iguape, ainda que não sejam relativas à Educação.

A região é marcada por placas de aviso de que o local é área de preservação, onde não é permitida a especulação imobiliária.

Atualmente, na comunidade de Morro Seco, conforme dados obtidos pelos órgãos responsáveis pelas comunidades quilombolas do Ribeira,

(...) hoje é composta de 22 famílias, totalizando 85 pessoas. Mais da metade da população tem idade entre 19 e 60 anos. Há 16 crianças com até 12 anos e 14 idosos, com mais de 60. A escolaridade da maior parte das pessoas é o ensino fundamental incompleto, até a 4ª. série. Nos extremos, apenas 1 pessoa teve acesso ao ensino superior e 6 não são alfabetizados (VALE..., 2008).

Diante deste esclarecimento, pode-se concluir a importância que a escola tem para a comunidade.

Outro aspecto interessante relativo à escola deste bairro, é que o professor, antes da municipalização, devido à distância, residia no local e retornava para o centro no final de semana, pois este não fazia parte da comunidade permanente. Atualmente, o docente consegue carona até a pista principal e pode regressar ao centro de Iguape, onde reside.

A comunidade desta localidade é a mais presente, conforme se pôde observar em visita feita ao local, durante a pesquisa de campo. A limpeza da escola, merenda e

outras benfeitorias são efetuadas pelas moradoras. A escola, que só possuía uma sala de aula, após o processo de municipalização passou a contar com mais uma sala, parque e reformas significativas, como pintura, piso frio e alambrado.

A organização de festas e eventos escolares também conta com o apoio dos moradores do bairro. Dona Conceição, voluntária há dois anos, conta que, antes de a escola ser fundada ali, aqueles que queriam estudar tinham de chegar ao município de Juquiá, para frequentar uma sala também multisseriada. *“Minha mãe estudou lá também, mas não recebeu nenhum certificado, nenhum papel”*, conta a moradora. Assim, a escola se faz importante demais para aquele povoado.

Há, também, a reclamação de que foi enviado um microcomputador para a escola, mas até agora não se sabe onde está, pois naquele local não receberam nenhum aparelho.

Dona Conceição explica que aquela não é uma escola muito antiga, mas que do outro lado da Quilombola, está a **Escola Municipal do Bairro Maria Tereza**, nome este dado em homenagem a uma sitiante que doou o terreno para que fosse construída uma sala para as crianças estudarem. Não se sabe há quanto tempo isso ocorreu, mas é uma escola muito antiga que, só ‘depois de muito tempo’ foi reestruturada pelo Estado no mesmo lugar.

Hoje, esta também passou para a responsabilidade do município, e contém uma sala que atende a alunos de 1ª a 4ª séries. Assim como as outras, tem as cores que simbolizam o domínio do município – amarelo e azul-, possui o parque e o alambrado. No dia da visita, esta escola já tinha terminado seu horário de funcionamento, às 11:30h.

Dona Conceição disse que não falta material nessas escolas, mas a professora que ministra aulas em Morro Seco comenta que há dificuldades em utilizar as apostilas, pois muitas crianças nem são alfabetizadas, por isso, os textos acabam tornando-se complicados para serem trabalhados.

Outro aspecto pedagógico que também faz parte da realidade das outras escolas é que, ainda que esta unidade escolar esteja situada em área remanescente de Quilombola, as informações, histórias ou quaisquer outros fatores que possam valorizar a cultura afro não são explorados, nem há nenhum componente curricular que saliente a cultura local, uma vez que as crianças desta comunidade, no período vespertino, ajudam

na agricultura de bananas. A didática, o material pedagógico é o mesmo em todas as escolas.

Outras moradoras da comunidade explicam que as visitas dos funcionários da Secretaria Municipal da Educação só ocorrem em momentos festivos, porque, como a região tem sido muito anunciada e pesquisada por autoridades devido à reminiscência de Quilombola, é comum que estes apareçam para as comemorações, e são desses momentos que o pessoal da Educação quer participar. Mas, quando as festas terminam, estas visitas se findam também.

Dona Conceição também fala sobre o 'curso de merendeira' do qual participou no centro da cidade na esperança de assumir a profissão de merendeira da escola, mas até naquele momento nada mais foi mencionado sobre essa questão; então, ela continua cozinhando como voluntária.

4.10 Escola Municipal do Bairro Divisor

No quilômetro 10 da rodovia Pref. Cassimiro Teixeira, sentido Biguá-Iguape, a 49km da zona urbana e 3 quilômetros da pista, está a escola do bairro Divisor, que funciona sob ato de criação, amparado pela Resolução SE, publicado em 30 de julho de 1987.

Nessa instituição, funcionam duas salas, uma para 1ª série e outra para as outras séries do ciclo I do Ensino Fundamental. Há uma sala em construção, que seria destinada à 1ª série, uma vez que, por hora, esta abriga 14 alunos em um espaço de 2,5m² X 2m², metragem esta que não dá opção para movimentação entre carteiras, assim como para o professor (no caso, professora) locomover-se para usar a lousa. Porém, a construção foi paralisada por falta de verbas e não tem previsão para sua continuidade.

Nessa escola, não há equipamentos eletrônicos, como TV, vídeo ou mesmo o prometido computador. A professora é quem leva seu próprio som para incrementar suas aulas.

A merenda, em Divisor, é efetuada por uma moradora local que também faz a limpeza da escola.

As professoras têm apoio do 'perueiro', por isso, não precisam andar até a pista, mas em dias de muita chuva, ou quando a perua quebra, não há outra opção a não ser caminhar.

O depoimento de uma das professoras aponta que ela conhecera uma professora que já havia ministrado aulas na E.M. do bairro Barra das Areias. A mesma conta que àquela época, a professora estava grávida e por não poder caminhar os 9 quilômetros, teve que pedir uma licença médica, o que prejudicou de forma relevante os alunos daquela escola. Assim, trabalhar em Divisor, faz com que ela se sinta bem mais tranquila, mas sonha com uma sala maior, onde possa atender os alunos de forma satisfatória.

4.11 Escola Municipal Pinheiros.

Esta é a última escola a ser citada nesta pesquisa; situa-se do outro lado da cidade de Iguape, em área de divisa com o município de Pariqueira-Açu, no bairro Cavalcante, e está a 47 quilômetros do centro de Iguape, caso se faça a opção de chegar a ela pela estrada do Jairê, via não pavimentada. Mas é possível escolher outro caminho, percorrendo 48 quilômetros da rodovia Ivo Zanello (ainda SP 222), sentido Iguape-Pariqueira-Açu.

Ainda que faça parte do município de Iguape, durante muito tempo esta unidade escolar enfrentou problemas, principalmente referentes à condução.

No período em que pertencia à responsabilidade do Estado, uma vez que esta escola está situada entre os limites de Iguape e Pariqueira-Açu, teve o transporte escolar de seus alunos truncado por divergências políticas.

Segundo consta, há muitos anos que as crianças estudam no Município de Pariqueira, vez que residem na zona limítrofe dos municípios. Até o ano de 1995

era realizado um convênio entre as Prefeituras, sendo que a Prefeitura de Iguape se responsabilizava pelo transporte das crianças até a divisa do Município, e Pariquera buscava as crianças neste local. Entretanto, Pariquera era responsável pelo Bairro do Cerro Azul. Ocorre que tal convênio não foi celebrado no ano de 1996 e as crianças ficaram sem transporte escolar. (SÃO PAULO, Estado, e).

O trecho citado acima da Ação Civil Pública, comprova a não passividade da comunidade rural, que lutou e exigiu que o direito à condução fosse cumprido, uma vez que esse direito é amparado pelo inciso III e 181 da Lei Orgânica do Município de Iguape, 1992. Ainda esclarece que

A **obrigatoriedade** de transporte escolar gratuito aos alunos que cursam o ensino fundamental é evidente. Decorre da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da própria Lei Orgânica do Município. O ensino fundamental é gratuito e obrigatório. O acesso a escola deverá ser pleno, abrangendo, portanto, o transporte escolar.

Também é pertinente esclarecer que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, art. 4º,

[...] em se tratando da zona rural, o dever do Município compreende também, a responsabilidade pelo transporte de alunos e de professores, atendendo as demandas em busca ao acesso do ensino gratuito e obrigatório (ensino fundamental), preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (Lei Darci Ribeiro), no seu artigo 4º - I- Título III- Do direito à Educação e do dever de educar. (BRASIL, 2008, t)

A escola de Pinheiros atendia em uma única sala a alunos das quatro séries iniciais do ciclo básico do ensino fundamental.

Os dados da Controladoria Geral da União, referentes a 1º de março de 2008, apontam que houve, no município de Iguape,

a aquisição de veículo automotor de transporte coletivo, zero quilômetro, com

capacidade de nove até vinte passageiros, conforme o plano de trabalho destinado exclusivamente ao transporte de alunos matriculados no ensino público fundamental, residentes prioritariamente na zona rural, de modo a garantir o seu acesso e permanência na escola. (BRASIL, 2008, u).

O transporte escolar pode ser considerado um motivo relevante para a evasão escolar, ou mesmo estímulo ao êxodo rural. Dentro desta análise, Lisandra Paraguassú aponta que

O censo escolar de 2002 mostrou que 94% dos estudantes do ensino médio que moram na área rural estudam nas cidades e usam algum tipo de transporte escolar. Em muitos casos, essa situação leva à evasão escolar ou à migração para a cidade. (PARAGUASSÚ, 2008)

Apesar dos aspectos singulares de cada escola multisseriada, pode-se esclarecer que algumas situações são comuns a todas. Após a municipalização, algumas alterações foram feitas nas escolas como a colocação do alambrado, instalação do parque, pintura com as cores que representam o município e distribuição do material didático apostilado. No entanto, problemas que envolvem os aspectos pedagógicos, prática do professor, estrutura das escolas, e a forma escolar como um todo, parecem, muitas vezes, seguir estrutura oriunda de tempos retrógrados, semelhante ao modelo das escolas de primeiras letras, ainda do período do Império.

Essas características podem constatar certo descompromisso governamental com a educação do homem rural iguapense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Iguape foi marcada por constantes períodos de desenvolvimento econômico, como os ciclos do ouro, da navegação, do arroz e de outras agriculturas, mas também se somaram à sua história os desastres ecológicos causados pela abertura do Valo Grande, no rio Ribeira, levando não só a economia, assim como o setor da educação a atravessarem crises e modificações.

O grupo escolar de Iguape, hoje Escola Municipal Vaz Caminha, foi um marco da Educação local, assim como símbolo do desenvolvimento econômico, diante do momento próspero pelo qual o município passava com a alta no cultivo e exportação do arroz. A construção do suntuoso prédio desta escola mostra a hierarquia da zona urbana sobre a rural, através de eventos efetuados nesta instituição, na formação do corpo docente, cujos professores eram participantes de famílias importantes, nas atividades culturais e solenidades ali promovidas.

Este setor social também evidencia a força da imigração quando mostra a influência francesa na abertura de escolas no local, no início do século XX, incrementando o centro urbano e ampliando a distância entre a elite urbana e o homem rural. A manifestação europeia fomentou essa sociedade burguesa, na construção de escolas, estimulada pela prosperidade da agricultura, como aconteceu com a França, que chegou a fundar uma escola agrícola na região. Entendeu-se que, para a evolução econômica e social, haveria necessidade de homens letrados, principalmente quando indústrias como a Matarazzo, instalou sua filial no município, oportunizando emprego para o povo ribeirinho.

A edificação dos casarões, o número de jornais, os clubes e teatro que funcionavam na época apresentam a força da economia e a formação de uma sociedade elitista no centro urbano.

Porém, com a decadência do ciclo do arroz, também relacionada principalmente pelo alargamento e extensão do rio Ribeira, esta era também foi marcada pela ação da natureza e o descontrole político, diante das inundações que trouxeram novo prisma econômico, que influenciou entre outros setores sociais, a Educação, uma vez que o

trabalhador rural não podia mais permanecer nas zonas de alagamento, voltando-se para o interior, onde desenvolveu a agricultura de subsistência.

Por volta da década de 80, diante do programa de “Educação para Todos” desenvolvido pelo Estado, uma vez que algumas famílias conseguiram se fixar nestas áreas isoladas, houve necessidade de contemplá-las com escolas multisseriadas, possibilitando, assim, que o homem rural também participasse da Educação.

Diante desse fato, poder-se-ia acreditar que a educação escolar pública estava sendo ampliada a ponto de atender à sociedade de modo geral, se a precariedade pelo qual estas pequenas salas unidocentes, organizadas naquelas regiões mais distantes, não fosse tão gritante, como na Escola de Barra das Areias, por exemplo, onde os morcegos tomaram conta do ambiente escolar.

Ainda que os professores das escolas recebam passes de ônibus que os deixa na rodovia Casimiro Teixeira, a maioria que trabalha em escolas distantes desta rodovia consegue carona com os perueiros, uma vez que não têm direito a este meio de locomoção, contrário ao que está na legislação. Por isso, agem de forma ilícita para trabalhar, exceto a professora de Barra das Areias, a qual tem essa ‘carona’ negada pelo perueiro que faz a condução daquele bairro. A dificuldade do transporte e o difícil acesso viário contribuem para as constantes faltas dos professores, o que compromete o processo ensino-aprendizagem.

Os docentes dos bairros Engenho, Itimirim, Itatins e Retiro afirmam que apesar de a Prefeitura lhes fornecer passe de ônibus para chegarem às escolas, nem sempre a empresa à qual a Prefeitura Municipal é conveniada atende aos seus horários, pois trabalham em um segundo cargo, no centro da cidade e, se dependerem desta companhia de transporte, não chegam a tempo no trabalho. Por isso têm que optar por outra empresa não conveniada – Intersul - e, assim, pagar pela condução.

A conclusão a que se pode chegar sobre o problema da condução, é que este é pertinente ao município, uma vez que recebe verbas para o setor de transporte. Esta verba tem sido repassada em benefício à comunidade e, de certa forma, aos professores através dos passes, mas não atende efetivamente a todos os que necessitam, ou seja, os docentes das escolas nas comunidades rurais distantes.

A estrutura física das escolas multisseriadas é outro fator que favorece a concepção de debilidade dessas instituições. Quanto ao tamanho da sala, não há metragem específica. No caso da E.M. Tabaquara, a sala mede 42m², a E.M. Peroupava, 30m², já a E.M. Barra da Areias, possui duas salas de 57m², mas apenas uma funciona.

NOME DA ESCOLA	m ²	Nº. ALUNOS
E.M. TABAQUARA	42	09
E.M. DIVISOR	49	28
E.M. RETIRO	49	09
E.M. ALTO PEROUPAVA	30	10
E.M. BARRA DAS AREIAS	57	27
E.M. MORRO SECO	57	35
E.M. M ^a TEREZA	57	15
E.M. TUCUM	57	08
E.M. ITATINS	57	24
E.M. ENGENHOS	49	40

Figura 28: METRAGEM DAS SALAS MULTISSERIADAS (m²)

Fonte: Dados de pesquisa obtidos com a Secretaria Municipal de Educação de Iguape

O responsável pelo setor de planejamento da Prefeitura Municipal de Iguape informou que não tinha conhecimento deste fato, pois não havia necessidade de alvará para a construção das salas no período em que foram fundadas. Os registros, segundo funcionários da Diretoria de Ensino, são eliminados a cada cinco anos, mas a Secretaria Municipal de Educação possui esses dados, ainda que não os considere como problema, uma vez que há espaço suficiente para atender os alunos.

Inclusive, com a municipalização, algumas escolas como a do Bairro de Engenheiros, Itatins e Retiro, possuem classes de educação infantil. Em Itatins, a escola também funciona para educação de adultos no período noturno, mas esta realidade não condiz com a Escola Municipal do Bairro Divisor, em que a professora não tem espaço se quer para chegar à lousa.

Conforme consta nos questionários em anexo, uma das questões refere-se à estrutura do prédio, na qual houve divergência nas respostas dos professores, pois as

escolas que se situam próximas à rodovia são bem estruturadas, enquanto outras mais afastadas têm pouco espaço, ou o espaço que têm está comprometido por danos na construção, umidade e falta de segurança. Uma das professoras acredita que as escolas deveriam ser seriadas.

A escassa política de programas para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, uma vez que não há cursos ou capacitação aos professores que ministram aulas para quatro turmas de séries distintas na mesma sala, é outro fator de extrema importância no desenvolvimento das atividades nas escolas multisseriadas.

Conforme esclarece matéria exposta na Revista da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, (Vol. 10, nº18, p.15), na pesquisa sobre “A construção da autonomia escolar” .

As escolas rurais, em geral, são multisseriadas com a existência de apenas um ou dois professores por turno. Nestes casos é a Secretaria Municipal de Educação (SMED) quem se responsabiliza pela determinação do projeto pedagógico destas escolas ficando, tanto o professor, como a comunidade, alheios ao processo de construção coletiva da sua proposta pedagógica, visto o centralismo administrativo nas SMEDs.

O despreparo profissional para assumir as classes multisseriadas também foi outro fator que prejudicou consideravelmente o processo ensino-aprendizagem.

As escolas multisseriadas, por estarem vinculadas a uma instituição central, participavam do mesmo currículo desta, não abrangendo a cultura e o trabalho rural, não relacionando o ensino das crianças dessas comunidades com a terra a que pertenciam. Se a aquisição do livro didático ou o curso apostilado facilitaram o trabalho docente, este projeto pedagógico não visou à valorização do meio agrícola.

As entrevistas feitas aos docentes mostraram as dificuldades que estes enfrentam para chegar às escolas mais distantes, assim como ao exercerem as funções extraordinárias às do cargo docente, definidas pela Legislação. O questionário apresentado a esses professores constou de 22 perguntas referentes à forma escolar, com o qual se obteve o seguinte resultado:

Das 10 escolas, apenas seis professores responderam aos questionários, uma vez que muitas escolas já estavam fechando o período letivo para o início do recesso. Também, é comum a falta de professores nessas escolas em períodos de chuva, como ocorreu no dia das visitas.

Diante desse resultado, ficou constatado que apenas uma professora possuía mais de 10 anos de experiência em escola rural. Quatro docentes trabalham nas escolas multisseriadas há 2 anos, uma professora disse ser a primeira vez que tem essa experiência e outra estava como eventual.

Quanto ao preparo para lecionar em escolas multisseriadas, apenas uma professora respondeu que havia recebido orientação de especialistas nesse setor, mas todos afirmaram não haver diferença entre a proposta pedagógica existente na zona rural, em classes multisseriadas, com a da zona urbana, em classes seriadas. Inclusive, o material apostilado que segue o modelo do Colégio Objetivo foi considerado muito bom por todos os professores, mas todos concordam que esta metodologia não tem qualquer relação com a realidade das escolas rurais. A professora Iranilde, da Escola Municipal do Bairro Retiro, ainda acrescentou que sente dificuldade em trabalhar com textos distintos para quatro séries ao mesmo tempo.

As principais dificuldades ao ministrarem-se aulas nessas escolas, segundo todos os professores entrevistados, foram a falta de condução ou a distância que os alunos têm de percorrer para chegar à escola, pois saem muito cedo de suas casas, caminham até próximo ao local onde as peruas passam para depois se dirigirem à escola. Há aluno que chega a fazer parte do percurso de barco e dorme em sala de aula.

Esse problema não existe nas escolas que se situam nas margens da rodovia, onde o acesso das peruas escolares e ônibus é mais fácil, porém, há crianças que moram no interior da região, em chácaras ou sítios afastados. Estes são alunos que chegam a se ausentar por longos períodos e depois não acompanham mais os outros. Nesses casos, a alfabetização se torna bastante comprometida, diz uma das professoras.

Outra dificuldade é ministrar aulas para duas ou mais séries ao mesmo tempo e ainda ter que preparar a merenda, segundo quatro dos professores que não têm merendeira em suas escolas.

A comunidade participa das reuniões e costuma auxiliar nas atividades relacionadas à limpeza das escolas, por exemplo, esclarecem três dos professores entrevistados. A Secretaria Municipal de Educação está sempre comparecendo nas escolas, afirmam os professores. Dão muita assistência a todos.

Quanto a essa resposta, há de compreender-se que os professores dependem desse órgão público para manterem-se no cargo e, por isso, pode haver certo constrangimento em concordar com os moradores de comunidades mais distantes, como o caso de Morro Seco, ou em Barra das Areias, em que os moradores afirmaram quase não serem visitados pela Secretaria Municipal de Educação ou outro órgão competente à Educação.

Todos os professores afirmam que, antes da municipalização, as escolas estavam bastante abandonadas, seja na estrutura física, seja no setor pedagógico. Essa realidade teve alterações significativas após passarem à responsabilidade do município.

As HTPCs (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo) são efetuadas na EM Vaz Caminha, situada no centro urbano. Todos os professores reúnem-se lá juntamente com outros docentes que ministram aulas nas escolas seriadas da zona urbana.

Diante das respostas dos professores, percebe-se que existe interesse em auxiliar os alunos dessas escolas multisseriadas, alfabetizando-os e preparando-os para o ciclo II do Ensino Fundamental. Porém, ainda que consigam bons resultados na aprendizagem das crianças, todos os professores afirmaram que esses estudantes da zona rural apresentam dificuldades no aprendizado e na socialização quando frequentam as escolas da zona urbana. São discriminados pelos próprios alunos, como cita a professora coordenadora de uma das escolas seriadas do centro urbano, que mais recebe alunos das localidades rurais: a EE Veiga JR.

De todos os professores, apenas um gostaria de trabalhar em escolas da zona urbana. Os outros estão satisfeitos com as escolas multisseriadas, apesar das dificuldades já citadas.

Todas as dificuldades mencionadas pelos docentes têm sido causa de indignação de estudiosos da Educação, dividindo opiniões quanto à permanência ou desintegração, dessas instituições de ensino.

Enquanto estavam integradas ao Estado, essas escolas recebiam as sobras de material da vinculadora. Não havia material didático específico nessas salas, o que sempre dificultou a prática docente. Atualmente, após a municipalização, estas escolas iguapenses receberam apostilas e convênio com o Colégio Objetivo, tanto para o professor, quanto para os alunos, em uma tentativa de equiparar o conteúdo programático ao das escolas centrais, na tentativa de facilitar e controlar o trabalho docente.

Se por um aspecto esse fato foi importante para agilizar o trabalho pedagógico, por outro, tornou-se desconexo com a proposta anterior adotada pelo Estado, que sugeria aos professores um olhar sócio-construtivista, em que o aluno deveria voltar-se à sua criatividade e ter seu tempo de aprendizagem respeitado. Com o curso apostilado, a proposta tradicional passa a vigorar novamente. Mas a maioria dos professores apóia este material, apesar de que sendo destinado às salas multisseriadas, poderiam ser adequados para contemplar conteúdos relativos às características de cada comunidade.

Esta pesquisa não tem o objetivo de abordar as propostas pedagógicas já implantadas pela educação pública, como a proposta sócioconstrutivista, mesmo porque, seja qual for a proposta pedagógica, esta sempre estará voltada, conforme aponta Mészáros, não a um aprendizado significativo, mas àquele que perpetua o domínio do capital, como forma de reprodução social. Mas é pertinente apontar a forma 'brusca' em que uma ideologia pedagógica é estabelecida ou extraída do contexto educacional, sem que ao menos os docentes tenham tempo e condições de analisá-las e compreendê-las para pô-las em prática.

No entanto, pode-se compreender através de (Mészáros, 2008, p.45), que essa ação se dá uma vez que “no âmbito educacional deve-se abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida”. Portanto, diante de uma sociedade capitalista, o autor ainda esclarece que

As soluções educacionais formais, mesmo algumas das maiores, e mesmo quando são sacramentadas pela lei, podem ser completamente invertidas, desde que a lógica do capital permaneça intacta como quadro de referências orientador da sociedade.

A II Conferência Nacional por uma Educação no Campo comenta sobre esse problema, quando aponta que “os currículos são deslocados das necessidades e das questões do campo e dos interesses dos seus sujeitos”.

Também se encontra incluída no projeto pedagógico municipal a inclusão da Informática, que tem por objetivo equipar essas escolas com material de informática para uso de professores e alunos. Conforme aponta dona Edith, em Barra da Areias, o mobiliário para a adaptação desse equipamento já chegou, mas há o problema da falta de segurança, que pode estimular o roubo dos equipamentos e, conseqüentemente, a depredação da escola.

Os alunos da escola do bairro Retiro também reclamam que o material de informática não chegou, e que já esperam há tempos: *“desde a 1ª série que a gente tá esperando o computador, a gente já tá na 4ª, eles vão esperar a gente ir embora pra trazer”* (depoimento de um aluno de 4ª série).

Mas, ainda ao que se refere à prática docente, há de considerar-se que todas as inovações pedagógicas necessitam de capacitação para serem adequadas ao processo ensino-aprendizagem. Por isso, há necessidade de que o professor tenha preparo para acompanhá-las.

As situações apresentadas são algumas das muitas que justificam a ótica daqueles estudiosos, pedagogos já citados e outras entidades relativas à Educação, que não aprovam as escolas multisseriadas, pois, ainda que ocorra a intenção de apoio a estas instituições, na prática, essas ações nem sempre acontecem.

Em 2008, na Reunião de Departamentos da Educação Municipal, ocorrida da Diretoria de Ensino da região de Miracatu, que administra as escolas da região, o Dirigente Regional, Prof. Gabriel Marcos Spinula destacou a importância do diálogo entre Estado e Município, ressaltando que a Diretoria de Ensino estava “à disposição para capacitação dos profissionais da rede municipal, auxílio na elaboração de projetos, enfatizando que a busca por uma escola pública de qualidade é compromisso de todos”.

Porém, através de relatos de professores de escolas multisseriadas de diversas regiões paulistas, principalmente de Iguape, nunca houve quaisquer

capacitações específicas, nem antes, nem após o processo de municipalização, conforme afirma, ainda, Paraguassu: “Para piorar a situação, boa parte dos professores que ensinam no campo tem formação inadequada” (PARAGUASSÚ, 2008).

Esse tema também foi abordado e cobrado na II Conferência Nacional por uma Educação no Campo: “falta infraestrutura nas escolas e ainda há muitos docentes sem formação necessária; falta uma política de valorização do magistério; falta apoio às iniciativas de renovação pedagógica”.

Uma das questões mais frequentes que assola a educação municipalizada, é a mudança na prefeitura a cada eleição. Existe sempre a insegurança das alterações que possam ocorrer, de projetos que podem ser cancelados. Não é possível assegurar que a mesma equipe de educadores responsáveis por este setor vá permanecer na Secretaria Municipal de Educação, dando continuidade às ações iniciadas.

Nesse sentido, a reflexão e avaliação da população que faz uso destas escolas é imprescindível, pois é ela que deve reivindicar sobre ações necessárias que se inserem nesse contexto. Assim, a conscientização política, principalmente no momento de escolher governantes, faz-se necessária.

Ainda que existam estudos referentes à escola multisseriada nas comunidades rurais, são os alunos e suas famílias que mantêm ligação direta com estas instituições e participam diretamente das ações educacionais, conforme pôde-se observar no capítulo anterior, através das ações destes indivíduos na busca de soluções para seus problemas diretamente na Secretaria Municipal de Educação, conforme explicou, também, Nádia Cardoso.

A atuação da comunidade na própria escola, como em Barra das Areias, ou mesmo na “exigência” na abertura de escola, ainda que o número de crianças não atinja o necessário para o funcionamento de uma instituição de ensino, como no caso do bairro Desparaiado, também comprova essa mobilização da comunidade.

Principalmente no que diz respeito à Iguape, onde não há pesquisas ou estudos sobre a realidade dessas escolas, é possível comprovar que há pouca preocupação com a escola multisseriada rural. Esse desinteresse justifica a demora da intervenção das autoridades políticas para este setor, que parece ainda se amparar pelo mesmo conceito que se tinha dessas instituições no início do século passado, que como

se pôde compreender diante da Legislação, não havia consideração relevante com a escola multisseriada campesina.

Damasceno e Beserra acreditam que ainda que alguns pesquisadores estejam voltados à educação rural, o principal elemento que estimula esse olhar é o próprio trabalhador, conforme esclarecem

as tendência, porém, não nascem da clarividência ou excessiva sensibilidade dos estudiosos do tema, mas das próprias circunstâncias da realidade sob estudo, já que são os próprios trabalhadores rurais que, por meio da sua organização política, tornam-se suficientemente visíveis para chamarem sobre si a atenção dos estudiosos (DAMASCENO;BEZERRA, 2004)

Também são demonstrados índices de trabalhos relativos à educação rural, que fazem verdadeira a idéia de que esse fator social tem sido pouco explorado, pois, considerando as produções científicas por região, extraídas do banco de dados da ANPED, em 1999, entre 1981 e 1998, foram registradas 102 teses que abordam sobre a temática, sendo que apenas 10 de doutoramento. Porém, ainda que explanem sobre a Educação rural, no que se refere ao Ensino Fundamental (escola rural), somente 15 pesquisas foram concluídas.

Esses obstáculos talvez sejam as principais causas do impacto no processo ensino-aprendizagem que atinge os alunos de Iguape, mas, de forma paradoxal, também são fortes representantes das manifestações dos trabalhadores rurais, que lutam pela educação de seus filhos, reivindicando seus direitos sobre a cidadania, pois, com as visitas constantes feitas à Secretaria Municipal de Educação, conforme as informações já citadas anteriormente, assim como as respostas dos moradores apresentadas nos questionários (ver apêndice A), mostram em suas ações uma face participativa na Educação.

As comunidades compreendem a necessidade das escolas multisseriadas, fato este que se torna evidenciado através das respostas obtidas através das entrevistas, em que 18 dos 20 pais de alunos ou pessoas que têm parentes nas escolas multisseriadas dos bairros citados afirmam que a escola foi criada, ou permanece em funcionamento, devido ao número de crianças que necessita estudar e que não pode ir ao centro da cidade pela distância e pouca idade.

Todos os entrevistados concordaram que a escola nessas regiões são importantes para suas crianças, que acabariam sem efetuar o ciclo I do Ensino Fundamental, se tivessem de ir às escolas situadas na zona urbana.

Dos 20 entrevistados, 14 afirmaram que as crianças não enfrentam quaisquer dificuldades para irem à escola, pois, como afirma dona Lirian, do Bairro de Engenheiros, *“as crianças têm tudo de que precisam.”* Porém, 6 moradores da comunidade reclamam da falta de segurança quanto ao crescimento do mato e da falta de manutenção do prédio, como em Barra da Areias e Novo Divisor, que contém uma sala muito pequena para o número de alunos, como demonstrado no capítulo relativo à descrição das escolas.

Em relação aos professores, 12 pessoas da comunidade dizem que estes não costumam faltar, mas 8 declaram que, quando chove, principalmente em Barra das Areias, a professora não tem como comparecer, uma vez que não possa utilizar a perua escolar, pois o trecho que tem de percorrer fica enlameado e de difícil acesso.

Também foi perguntado sobre a preparação da merenda. Somente 6 entrevistados responderam que esta é efetuada por cozinheiras funcionárias da Prefeitura Municipal de Iguape. Em outros casos, geralmente é uma pessoa da comunidade quem prepara a alimentação, como dona Judith, em Barra das Areias, ou mesmo os professores.

Foram 14 os entrevistados que afirmaram auxiliar a escola quanto ao preparo de festas, organização e limpeza do prédio, e limpeza das dependências externas.

Somente 4 moradores responderam que as visitas da Secretaria Municipal de Educação (supervisores e coordenadores) ocorrem com frequência nas escolas, coincidindo que estas escolas todas se situam às margens da estrada, locais de fácil acesso. 10 moradores não souberam responder a essa questão, e 4 reclamaram a falta de assistência do órgão público nas escolas de seus bairros: Barra das Areias e Morro Seco.

Todos os entrevistados disseram que os próprios responsáveis fazem a matrícula dos filhos ou dependentes junto à professora que, em outro momento, leva essas inscrições para serem digitadas. Todos também afirmaram que houve pequenas alterações nas escolas após a municipalização, como a colocação do alambrado, instalação do parque e distribuição de material pedagógico, apesar de que, quanto à

estrutura do prédio, a escola de Barra das Areias é a que mais sofre por falta de assistência.

Quanto às expectativas sobre a escola, 100% dos entrevistados esperam que essas instituições continuem funcionando em suas comunidades, e que tenham apoio e fiscalização da Prefeitura. Dos 20 entrevistados, 6 manifestaram-se sobre a importância da melhoria do ensino. Uma das moradoras do bairro de Engenheiros acredita que se deva arrecadar fundos para melhorias através de festas comunitárias. Em Morro Seco, há necessidade de visitas dos membros da Secretaria Municipal de Educação, com mais frequência, como já citado. Um pai de aluno de Morro Seco vê a necessidade da continuidade das obras para ampliação de uma sala de aula, para melhor acomodar as crianças. Em Barra das Areias, dois indivíduos da comunidade cobram que os órgãos públicos tomem providência quanto à manutenção das salas e poda do mato que cerca a escola, principalmente por causa dos morcegos.

Na comunidade de Morro Seco, 8 moradoras que têm seus filhos na escola acreditam que, quanto à proposta pedagógica, estas deveriam abranger a história da cidade e ensinar as crianças sobre a importância da agricultura.

Ninguém soube dizer com exatidão a distância da escola de Ensino Fundamental, ciclo II, mais próxima. Só souberam dizer que fica distante, mesmo os entrevistados na comunidade de Engenheiros, a mais próxima da zona urbana. Porém, todos os entrevistados souberam responder sobre a distância entre a via principal e suas comunidades. Todos os entrevistados também afirmaram que a condução escolar é regular, salvo em dia de muitas chuvas, onde em Barra das Areias, Novo Divisor e Morro Seco, as peruas que fazem o transporte dos alunos não conseguem seguir devido a lama.

Moradores das comunidades, inclusive as crianças, afirmaram haver muitas dificuldades na adaptação dos estudantes da zona rural com os outros alunos da zona urbana, quando têm de frequentar as escolas situadas neste local. Uma entrevistada declarou que não há problemas quanto à condução, pois a escola se situa na margem da pista, mas as crianças da zona rural sempre são discriminadas nas escolas do centro urbano.

Exceto um morador de Morro Seco, que afirmou que após o término do ciclo I do Ensino Fundamental, seu filho teria de estudar em uma escola em outro bairro rural, onde é oferecido o ciclo II desta modalidade de ensino, os outros 19 entrevistados afirmaram que as crianças, após o término do ciclo I, devem estudar na zona urbana e que, se não houvesse as escolas rurais em seus bairros, os alunos seriam obrigadas a se dirigirem a esse local desde pequenos, ou seja, desde o início da vida escolar.

As respostas dos entrevistados divergiram quanto às atividades que desenvolvem em suas regiões, pois, dependendo da localidade, a pesca ou a agricultura prevalecem. Todos afirmaram que as escolas não promovem nenhum tipo de atividade referente aos trabalhos desenvolvidos nessas localidades, mas deveriam, porque muitas crianças trabalham na lavoura depois da aula.

Diante dessa realidade, há necessidade de políticas públicas que se voltem à reorganização dessas escolas, em sua estruturação, tanto física, quanto pedagógica, possibilitando o desenvolvimento e a valorização do homem e da terra, promovendo vínculos do educando com a comunidade à qual pertence, observando de maneira mais comprometida esta realidade que faz parte do processo histórico da cidade como um todo.

Assim, compreende-se que, apesar de o trabalhador dessas regiões ter conquistado o direito à Educação, este não foi adquirido de forma adequada, pois, segundo Mésáros, (2008, p.12). “A educação deveria ser sempre continuada, permanente, ou não é educação”. O autor ainda defende que

A existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade no qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois a classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado.

Por meio do resultado das entrevistas e da observação das ações do trabalhador rural relativas à Educação, concluiu-se que este pode não reconhecer a necessidade de

uma mudança política para um aprendizado de qualidade e significativo, mas não deixa de lutar pelo direito de oportunidades para os descendentes.

É diante das reivindicações das comunidades agrícolas que estas buscam dar sentido à sua história, ainda que esta não seja ação consciente e efetivamente direcionada a esta intenção. As escolas multisseriadas, instaladas nas zonas de difícil acesso, são palco dessas manifestações, desde o momento em que seu espaço é buscado para a incorporação de um aluno, até as cobranças de melhorias, ou mesmo participações comunitárias para a conservação deste patrimônio, conforme declarado nas entrevistas com moradores das comunidades rurais onde se encontram as escolas multisseriadas, professores e depoimento dos funcionários da Secretaria Municipal de Educação de Iguape, (ver apêndice A e B).

Esse quadro possibilita a percepção da organização da classe trabalhadora por uma participação social inclusiva.

Essas comunidades podem quebrar, com ações significativas que visem fortalecer seus valores culturais, a concepção conservadora de que só a elite é participante ativa de um processo histórico, mediante o poder capital. Para isso, é preciso permanência do homem em seu meio, sem carências ou privações que o estimulem a abandonar a terra à qual pertence. Por isso, há necessidade da criação e manutenção de centros de atendimento à saúde, segurança, e outros setores que possibilitem dignidade para a vida do trabalhador rural, principalmente Educação.

Especificamente sobre este setor, as alterações pedagógicas devem ser repensadas, de forma particular, sobre a prática do educador que ministra aulas nesse ambiente. Este tem importância relevante, pois é um elemento que deve incentivar a conservação da identidade histórica, para que não haja ruptura entre a valorização inserida nas ações comunitárias com os conceitos apontados mediante a prática do professor. Também é o professor quem pode transformar a ótica do aluno ou auxiliá-lo na conscientização do significado da verdadeira Educação. Porém, como aponta Mészáros, (2008, p.55)

[...]para tornar essa verdade algo óbvio, como deveria ser, temos de reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical.

REFERÊNCIAS

A CONSTRUÇÃO da autonomia escolar. **Revista Faculdade de Educação Linhas Críticas**. UNB. v.10. n. 18, p.15-32, jan./jun. 2004. Disponível em: <www.fe.unb.br/linhascriticas/n18/a_gestao_democratica.html - 77k.> Acesso em: 09 abr. 2008

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea** – 4. ed. Campinas, Autores Associados, 2006

AZEVEDO, F. **A educação pública em São Paulo: inquérito para Estado de São Paulo em 1926**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

BASTOS, J. J. C. **Interpretação e analogia em face da lei penal brasileira: visão teórico-dogmática e crítico-metodológica Elaborado em 09.2006**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10130&p=1>>. Acesso em: 08 jan.2009.

BEISIEGEL, C. de R. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, B (org.). **História geral da civilização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986. v.4.

BESERRA, B.; DAMASCENO, M. N. Estudo sobre Educação Rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 63, n. 146, 1998,. Disponível em: < www.scielo.br/PDF/EP/v30n1.PDF>. Acesso em: 09 abr. 2008.

BORGES PINTO, M.I.M. **Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo - 1840-1914**. 1984. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

BRASIL. Constituição (1824). **Política do Império do Brasil Jurada a 25 de março de 1824**. Disponível em: <brasilimperial.org.Br/const.1824.htm> Acesso em: 12 mar.2008a.

_____. Constituição (1834). **O ato adicional de 1834**. Disponível em: < http://www.brasilecola.com/historiab/o_ato_adicional_1834.htm>. Acesso em: 22 nov.2008b.

_____. Constituição (1834). **Lei nº 40 de 3 de outubro de 1834**. Disponível em: < http://www.brasilecola.com/historiab/o_ato_adicional_1834.htm>. Acesso em: 22 nov.2008c.

_____. Constituição (1827). **Lei de 15 de out. de 1827**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes/_escritas/3_imperio/lei%2015-10-1827%20lei%ensino>. Acesso em: 22 nov.2008d.

BRASIL. **Decreto nº17698/47**. Artigo 147. Disponível em
<<http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Portaria+84+de+13%2F11%2F1956&s=legislacao&p=12>>. Acesso em 09 abr. 2008e.

_____. Constituição. **Lei 3306 de 27 dez.1955**. Disponível em:
< www.ceesp.sp.gov.br/Deliberacoes/de_06_99.htm >. Acesso em: 09.abr.2008f.

_____. **Portaria nº 84 de 13 nov. 1956**. Disponível em: <
www.al.sp.gov.br/web/20060605_ementas_1953_a_1961-pdf>. Acesso em: 08
mar.2008g.

_____. Constituição. **Lei nº 3783 de 5 fev. 1957**. Disponível em:
<www.al.sp.gov/legislacao/norma.do?id> .Acesso em: 08 mar.2008h.

_____. Constituição. **Lei 5277 de 15 de janeiro de 1959**. Disponível em:
<[www.al.sp.gov.br/.../consultaDetalhesProposicao.do?...>](http://www.al.sp.gov.br/.../consultaDetalhesProposicao.do?...) Acesso em: 08.mar. 2008i.

_____. Constituição (1960). **Lei.nº 5822 de 16 ago. 1960**. Disponível em:
< www.jusbrasil.com.br/.../decreto-lei-158-69-sao-paulo-sp > Acesso em: 08 mar. 2008j.

_____. **Decreto nº 41.068 de 27 nov. 1962**. Disponível em:
<<http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Portaria+84+de+13%2F11%2F1956&s=legislacao&p=12>>. Acesso em 09 abr. 2008k.

_____. Constituição (1962). **Lei 6984/62**. Disponível em:
<www.ceesp.sp.gov.br/Deliberacoes/de_06_99.htm>.Acesso em: 09.abr.2008l.

_____. Constituição (1965). **Lei nº 8658 de 19 jan. 1965**. Disponível em:
<www.al.sp.gov.br/.../ementas%20leis%201962-1972%20%20pl%20456-2006doc>.
Acesso em: 12 nov.2008m.

_____. Constituição (1971). **Lei 10403/71**. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/.../lei-10403-71-sao-paulo-sp. Acesso em: 22 nov. 2008n.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Lei 10403/71, Artigo 2**. Deliberação CEE 8/99. Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no estado de São Paulo.
Disponível em:<<http://www.cieesp.org.br./index.php?ç=508codigo=348>>. Acesso em: 12
nov.2008o.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE 8/99**. Lei 10403/71, Artigo 4, ítem III. Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no estado de São Paulo.
Disponível em:<<http://www.cieesp.org.br./index.php?ç=508codigo=348>>. Acesso em: 12
nov.2008p.

_____. Constituição (1960). **Lei 5822/60**. Disponível em:
<www.al.sp.gov.br/.../Ementa%20Decreto_Lei%20PL%20453-2006.doc>. Acesso em: 12
nov. 2008q.

BRSIL. Constituição (1990). **Lei nº 8.069 de 13 jul.1990**. Artigo 53, inciso V, Capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:
< <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>> Acesso em: 09 abr. 2008r.

_____. Constituição (1996). Emenda Constitucional14/96. **Lei nº. 9424/96**. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Disponível em:
< [pedagogia. Brasilecola.com/politicaeducacional/descentralizacao.HTM](http://pedagogia.Brasilecola.com/politicaeducacional/descentralizacao.HTM)> Acesso em:22 nov. 2008s.

_____. Constituição (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394/96, Art.4º - I – Título III – Do Direito à Educação e do Dever de Educar. Disponível em: < [pedagogia. Brasilecola.com/politica-educacional/descentralizacao.HTM](http://pedagogia.Brasilecola.com/politica-educacional/descentralizacao.HTM)> Acesso em: 22 nov. 2008t.

_____. Presidência da República – Controladoria Geral da União, **Portal da Transparência 2008**. Disponível em:
<<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/ConveniosLista.asp?UF=SP&Estado=SAO%20PAULO&CodMunicipio=6119&Municipio=ALTINOPOLIS&CodOrgao=&Orgao=undefined&TipoConsulta=0&Periodo=&Ordem=3>> . Acesso em: 22 nov.2008u.

_____. Constituição. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 9424/96**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm>. Acesso em: 08 mar.2008v.

CALDART, Roseli Salete. **Momento atual da educação do Campo**:Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2004. Disponível em:
< www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=27-60k>. Acesso em: 09 abr. 2008

CAMPANHAS contra barragens no ribeira:Caiçaras, Quilombolas e indígenas. Disponível em:<<http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/comunidades>> Acesso em: 5 abr. 2009.

CARVALHO, M.C.P. **Bairros negros do Vale do Ribeira**: do ‘escravo’ ao quilombo”.Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP, 2006. Disponível em:
<<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000379009>>. Acesso em: 20 set. 2008.

CASALI, D. **Caminhos para uma educação no campo**. Edital. 27 de julho de 2004. Disponível em <www.adital.com.br/site/noticia.asp?/ang> . Acesso em: 09 abr.2008

COLLAÇO, R.G. **...E assim se fez princesa**. São Paulo: EDICON, [19..].

CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO NO CAMPO, 2., 2004, Luiziana, GO. **Declaração final**. Disponível

em:<portal.mec.gov.br/secad/arquivos/PDF/educacaodocampo/conferencia/PDF>
Acesso em: 14 nov. 2008.

CRUZ, N.; PENIN, S.T.S. **Proposta de deliberação sobre classes descentralizadas no sistema de ensino do Estado de São Paulo**. Indicação CEE nº08/99. Sindicato dos estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo.
Disponível em:<<http://www.sieeesp.org.br/index.php?acao=50&codigo=338>>. Acesso em: 20 set. 2008.

FAGUNDES, J.; MARTINI, A.C. Políticas Educacionais, da escola multisseriada à escola nucleada: o impacto cultural e educacional da extinção das escolas multisseriadas. **Revista Olhar do Professor**, n. 61, 2003. Disponível em:
<www.UEPG.br/olhardoprofessor/PDF/revista61-artigo07.PDF>. Acesso em: 09 abr. 2008

FARIA FILHO, L.M.de **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: Editora Universitária, 2000

FERREIRA, A.B.H. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FORTES, R. **Iguape, nossa história**. São Paulo; [s.n.]. 2000, v.1.

_____. **Iguape em imagens**. Disponível em:
<<http://robertofortes.fotoblog.uol.com.br/photo20041001183430.html>>.
Acesso em: 8 mai. 2008.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Disponível em:
< <http://www.strallos.com.br/eco/fotos/iguape01.jpg>>. Acesso em: 18 mar.2008

GUERRA, M.I. (coord.). **Escolarização no meio rural: condições sócio-econômicas e pedagógicas do seu desenvolvimento**. São Paulo, SP, USP, 156p. Disponível em:
<sistema.USP.br/athena/ATN.curriculolattesmostrar?codpes> Acesso em: 14 mar. 2008.

GUIA de Iguape. **Mapa de Iguape**. Disponível em:
<<http://www.guiadeiguape.com.br/historia.asp>> Acesso em: 22 nov. 2008

GUIA Quatro Rodas 2008. **Distância entre cidades do vale do ribeira**. Disponível em:<<http://viajaequi.abril.com.br/g4r/>>
Acesso em: 18 mar. 2008.

HISTÓRIA da cidade de Iguape. Disponível em: _____ :
<<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://files.myopera.com/perfeito/albums/477526/Iguape%2520>>. Acesso em: 25 jan.2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Campanha contra barragens no Ribeira**. Caiçaras, quilombos e indígenas. Disponível em:

<<http://socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/comunidades>> Acesso em: 18 mar. 2008.

IGUAPE-SP-BRASIL. Disponível em:

<<http://www.flickr.com/photos/zizimorais/>>. Acesso em: 10 mar. 2008

IGUAPE (SP). Prefeitura Municipal. **Portal público**. Iguape, 7 de Maio de 2008. Disponível

em: <<http://www.portalpublico.com.br/pmiguape/index.php?exibir=secoes&ID=34>>.

Acesso em: 22 nov. 2008

IVERSSON, L.B. (org.). Estudos sorológicos para pesquisa de anticorpos de arbovírus em população humana da região do Vale do Ribeira IV- Inquérito em escolares residentes no município de Iguape, SP (Brasil). **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v.17, n. 6, dez.1983.

Disponível em:

<[tp://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489101983000600001&script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489101983000600001&script=sci_arttext)>

Acesso em: 10 ago. 2008.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEFEBVRE, H., Industrialização e urbanização: noções preliminares: In: _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969

MAPA rodoviário. Rodovia Pref. Casimiro Teixeira. Disponível

em: <:http://lh4.ggpht.com/JulioSilva.Writer/RzD_29jY9DI/AAAAAAAAArw/4NQCIrs0API/s800/mapa2.bmp>

Acesso em: 18 mar. 2008

MAPA do Vale do Ribeira. Disponível em:

<<http://camiloaparecido.blog.terra.com.br/files/2008/06/mapa-do-vale-do-ribeira.jpg>> .

Acesso em: 14 mai. 2008.

MARCELO, R. **Rio Ribeira de Iguape, Patrimônio Histórico e Ambiental do Estado de São Paulo** (PROJETO DE LEI Nº394/2007)

publicado em 13, mai. 2007.

Disponível em: <<http://www.raulmarcelo.com.br/portal/2007/05/rio-ribeira-de-iguape-patrimnio-historico-e-ambiental-do-estado-de-so-paulo-2/>>. Acesso em: 22 jul

MEMORIAL da educação. Disponível em: < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1825-1896/1894_Grupo_Escolar_de_Iguape.pdf>.

Acesso em: 18 mar. 2008.

MÉSZÁROS, I., **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEY, M.G. **Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro**. 2006. 335f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em:

< www.UNICAMP.BR/unicamp/UNICAMP_HOJE/JORNALpdf/ju>. Acesso em: 23 set.2008.

NOGUEIRA, O. **Constituições Brasileiras: 1824**. Brasília: Senado Federal e MCT, 2001. Disponível

em:<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ato_adicional_1834%20.htm> Acesso em: 18 mar.2008.

NOLASCO, P.C. **A educação jesuítica no Brasil colonial e a pedagogia de Anchieta: catequese e dominação**. 2008. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

Disponível em: < <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000439857>> Acesso em: 12 jul. 2009

PARAGUASSÚ, L. 28% ainda são analfabetos no campo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 set. 2004. Disponível em:<www.crmariocovas.sp.gov.br/noticiasPHP?> Acesso em: 22 mar.2009.

PEREIRA JR.,C.A. (org.). **Iguape: Princesa do Litoral, Terra do Bom Jesus, Bonita por Natureza!** São Paulo, Noovha América. 2005.

ROCHA,V.L da; FORESTI, C. O uso do solo urbano e os problemas ambientais da cidade de Iguape-SP. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 9., 1998, Santos. **Anais...** Brasília, DF: INPE, 1998. p907-910. Disponível em: <http://marte.dpi.inpe.br/col/sid.inpe.br/deise/1999/02.10.15.48/doc/13_89p.pdf> Acesso em: 12 abr. 2009.

ROLNIK, R. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SÁ, M.E.G.F. **Da escola multisseriada para a escola a-seriada: a busca de uma proposta educacional para grupo heterogêneo**.1993. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, 1993. Disponível em: <phoenix.inep.gov.br/pesquisa/bbe=online/lista.asp?>. Acesso em: 20 fev. 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo. **Região Administrativa de Registro**. Disponível em:

<<http://www.ppa.sp.gov.br/perfis/PerfilRARRegistro.pdf>>. Acesso em: 12 mai.2008a.

_____. Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo. **Região Administrativa de Registro**. Disponível em :

<<http://www.planejamento.sp.gov.br/AssEco/textos/Registro.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2008b.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº.43072, de 04 de maio de 1998**. Municipalização do Ensino Fundamental. Lex: Coordenadoria do Ensino do Interior. Disponível em: <http://CEI.edunet.sp.gov.br/subpages/demanda/escolas_municipalizadas.htm>. Acesso em 8 mar.2008c.

_____. **Decreto nº 41.054, de 29 de julho de 1996**. Resolução SE nº 139, de 19/09/1997. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=10172>>. Acesso em: 12 nov. 2008d.

_____. Ministério Público do Estado de São Paulo. **Ação Civil Pública**. Iguape, 18 de março de 1996. Poder Público do Município de Iguape, 04 de março de 1996. Disponível em: <http://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/19_2100130571582007_ACP%20-%20Iguape%20-%20transporte%20escolar.rtf> Acesso em: 22 abr.2009e.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria do Ensino do Interior. **Lei nº.1685 de 2003 e Lei nº. 1828 de 1 set. 2005**. Resoluções referentes às transferências das Escolas Estaduais para a Rede Municipal. Disponível em: <http://CEI.edunet.sp.gov.br/subpages/demanda/escolas_municipalizadas.htm>. Acesso em 8 mar. 2008f.

SILVA, R. **Várzea Grande**. Disponível em: < www.seduc.mt.gov.br/conteudo.PHP?> Acesso em: 22 nov. 2008.

SOUZA, R. F. de. **O direito à Educação**. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

_____. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910). São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**: educação no Brasil. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

TERRITÓRIO do Vale do Ribeira. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://condraf.org.br/biblioteca_virtual/ep/EP_PR_Vale_do_Ribeira.pdf>. Acesso em: 20 abr.2008

VALE do Ribeira: Riqueza Socioambiental, Populações tradicionais, Experiências de uso sustentável dos recursos. Disponível em: <<http://www.quilombosdoribeira.org.br/comunidades/6/58>>. Acesso em: 22 nov. 2008.

VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária ... São Paulo, Unesp, 1998. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm>. Acesso em: 12 ago.2009. Acesso em: 22 jul. 2009

YOUNG, E. G. A história de Iguape. São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo**, São Paulo, v.8, p.222-375,1903.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO PARA A COMUNIDADE

ESCOLA:

- Há quanto tempo esta escola funciona neste bairro?
- Houve mudança na localização do prédio?
- Qual o motivo que gerou a construção desta escola neste local?
- Qual a importância desta escola para a comunidade?
- Quais as dificuldades que as crianças enfrentam em relação à escola?
- Os professores estão sempre presentes?
- Em relação à merenda, quem efetua?
- Como a comunidade ajuda a escola?
- São comuns as visitas de supervisores ou coordenadores da Secretaria da Educação ou funcionários da Prefeitura?
- Quem faz as matrículas das crianças?
- Após a municipalização, o que mudou na escola? Em caso afirmativo, estas mudanças foram significativas?
- Quais as expectativas sobre a escola?
Quais as sugestões que se daria para a melhora do ensino?
- A comunidade participa da proposta pedagógica?
- A escola de ensino fundamental mais próxima situa-se a qual distância?
- Qual a proximidade desta unidade com a zona urbana?
- Qual a proximidade desta escola da via principal
- A condução escolar é regular

- Quando as crianças saem desta escola para continuar seus estudos em outro local, quais as dificuldades que encontram?
- Qual a principal atividade desta comunidade?
- A escola promove alguma atividade das crianças relacionada à cultura deste local, especificamente?
- O prédio escolar é utilizado para outras atividades da comunidade?
- Caso não houvesse escola neste local, em que lugar as crianças estudariam?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR

Escola:

Há quanto tempo você dá aula na zona rural, em classes multisseriada?

- Você recebeu alguma capacitação para trabalhar com séries distintas em tempo simultâneo?
- Há alguma diferença entre a proposta pedagógica das escolas urbanas com a proposta desta escola?
- O que você acha do material didático?
- Quanto a estrutura do prédio, o que tem a dizer?
- Quais suas principais dificuldades em ministrar aulas nesta UE?
- Em relação à merenda, quem a prepara?
- Como funciona a situação da condução?
- Qual a principal dificuldade dos alunos?
- Como a comunidade auxilia em seu trabalho, ou mesmo na escola?
- Qual a frequência de apoio da Secretaria Municipal de Educação?
- Em que local são feitas as HTPCs?
- Quais suas expectativas quanto ao seu trabalho nestas escolas?
- Se você pudesse trabalhar em escolas urbanas, o que acharia?
- Quando as crianças saem desta escola para dar continuidade em seus estudos em outras localizações, quais as dificuldades que encontram?
- Após a municipalização, o que mudou para a escola e em sua prática?

APÊNDICE C

ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL RURAL

Qual o número de alunos provenientes da zona rural que vocês recebem por ano?

Quais as principais dificuldades desses alunos?

Em que difere a proposta municipal da estadual?

Em que situações ocorrem a não freqüência dos alunos?

Quais as diferenças que existem (se existirem), entre os alunos que vêm de escolas centrais dos provenientes das multisseriadas?

Há um trabalho diferenciado com estes alunos?

Há alguma observação que você ache relevante sobre as escolas multisseriadas?

Você acha que houve alteração no rendimento dos alunos após a municipalização?

De quais regiões e escolas os alunos são provenientes?

Há diferenças entre os alunos destas regiões?

ANEXO A

ÔNIBUS ESCOLARES

ESCOLAS - PONTOS

- A - E.E. Pé da Serra
B - E.E. Prof. João Manoel
C - E.E. D^o Raimundo
D - E.E. D^o Engenheiro
E - E.E. do Rio: E.E. José M. Teixeira
F - E.E. Elvira Silva
G - E.E. do Rio: E.E. Cláudio Cardoso
H - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
I - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
J - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
K - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
L - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
M - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
N - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
O - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
P - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
Q - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
R - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
S - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
T - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
U - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
V - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
W - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
X - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
Y - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio
Z - E.E. D^o do Rio: E.E. D^o do Rio

- 11 - E.E. D^o da Grande
12 - E.E. D^o da Grande
13 - E.E. D^o da Grande
14 - E.E. D^o da Grande
15 - E.E. D^o da Grande
16 - E.E. D^o da Grande
17 - E.E. D^o da Grande
18 - E.E. D^o da Grande
19 - E.E. D^o da Grande
20 - E.E. D^o da Grande
21 - E.E. D^o da Grande
22 - E.E. D^o da Grande
23 - E.E. D^o da Grande
24 - E.E. D^o da Grande
25 - E.E. D^o da Grande
26 - E.E. D^o da Grande
27 - E.E. D^o da Grande
28 - E.E. D^o da Grande
29 - E.E. D^o da Grande
30 - E.E. D^o da Grande
31 - E.E. D^o da Grande
32 - E.E. D^o da Grande
33 - E.E. D^o da Grande
34 - E.E. D^o da Grande
35 - E.E. D^o da Grande
36 - E.E. D^o da Grande
37 - E.E. D^o da Grande
38 - E.E. D^o da Grande
39 - E.E. D^o da Grande
40 - E.E. D^o da Grande
41 - E.E. D^o da Grande
42 - E.E. D^o da Grande
43 - E.E. D^o da Grande
44 - E.E. D^o da Grande
45 - E.E. D^o da Grande
46 - E.E. D^o da Grande
47 - E.E. D^o da Grande
48 - E.E. D^o da Grande
49 - E.E. D^o da Grande
50 - E.E. D^o da Grande
51 - E.E. D^o da Grande
52 - E.E. D^o da Grande
53 - E.E. D^o da Grande
54 - E.E. D^o da Grande
55 - E.E. D^o da Grande
56 - E.E. D^o da Grande
57 - E.E. D^o da Grande
58 - E.E. D^o da Grande
59 - E.E. D^o da Grande
60 - E.E. D^o da Grande
61 - E.E. D^o da Grande
62 - E.E. D^o da Grande
63 - E.E. D^o da Grande
64 - E.E. D^o da Grande
65 - E.E. D^o da Grande
66 - E.E. D^o da Grande
67 - E.E. D^o da Grande
68 - E.E. D^o da Grande
69 - E.E. D^o da Grande
70 - E.E. D^o da Grande
71 - E.E. D^o da Grande
72 - E.E. D^o da Grande
73 - E.E. D^o da Grande
74 - E.E. D^o da Grande
75 - E.E. D^o da Grande
76 - E.E. D^o da Grande
77 - E.E. D^o da Grande
78 - E.E. D^o da Grande
79 - E.E. D^o da Grande
80 - E.E. D^o da Grande
81 - E.E. D^o da Grande
82 - E.E. D^o da Grande
83 - E.E. D^o da Grande
84 - E.E. D^o da Grande
85 - E.E. D^o da Grande
86 - E.E. D^o da Grande
87 - E.E. D^o da Grande
88 - E.E. D^o da Grande
89 - E.E. D^o da Grande
90 - E.E. D^o da Grande
91 - E.E. D^o da Grande
92 - E.E. D^o da Grande
93 - E.E. D^o da Grande
94 - E.E. D^o da Grande
95 - E.E. D^o da Grande
96 - E.E. D^o da Grande
97 - E.E. D^o da Grande
98 - E.E. D^o da Grande
99 - E.E. D^o da Grande
100 - E.E. D^o da Grande

